



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA – PPGSC

GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA

ENTRE RAMOS E REZAS: SABERES E PRÁTICAS DE SAÚDE NA COMUNIDADE
BOA ESPERANÇA, TERESINA-PI (2006-2023)

TERESINA-PI

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA – PPGSC

**ENTRE RAMOS E REZAS: SABERES E PRÁTICAS DE SAÚDE NA COMUNIDADE
BOA ESPERANÇA, TERESINA-PI (2006-2023)**

GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Vitória Barbosa Lima

TERESINA-PI

2024

F383e Ferreira, Gianne Carline Macedo Duarte.

Entre ramos e rezas : saberes e práticas de saúde na comunidade Boa Esperança, Teresina-PI (2006-2023) / Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. – 2024.

155 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC, *Campus* Poeta Torquato Neto, Teresina-PI, 2024.

“Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Vitória Barbosa Lima.”

1. História. 2. Memória. 3. Plantas medicinais. 4. Saúde.
5. Comunidade Boa Esperança. I. Título.

CDD 306.4

ENTRE RAMOS E REZAS: SABERES E PRÁTICAS DE SAÚDE NA COMUNIDADE
BOA ESPERANÇA, TERESINA-PI (2006-2023)

GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura – PPGSC da Universidade Estadual do Piauí – UESPI como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Vitória Barbosa Lima (Orientadora) - (UESPI)

Profa. Dr. Robson Carlos Da Silva (Examinador Interno) - (UESPI)

Profa. Dra. Janaína Alvarenga Aragão (Examinadora Interna) - (UESPI)

Prof. Dr. Túlio Henrique Pereira (Examinador Externo) - (URCA)

Prof. Dr. Luciano Silva Figueiredo (Examinador Suplente) – (UESPI)

*Dedico este trabalho a todos os moradores e
todas as moradoras da zona norte de Teresina.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, Mamãe Oxum, Iemanjá, Oxóssi e ao Povo da Rua - Laroyê! assim como aos meus mestres e mestras e guias espirituais, por toda a inspiração e ajuda para materializar e completar esta importante etapa da minha vida.

À minha ancestralidade, representada por nomes como: José da Cruz, José Neuso, Mãe Quitéria, Vô Chico Caçula, Vovó Mundica, Vó Elias, Bisa Joaquina e todas as pessoas que me fazem estar viva e que permanecem vivas através de mim, agradeço por serem fontes de vida.

Ao meu marido, Lívio, meu amor, que diariamente me ensina que não estou sozinha, e, ao meu filho, Devir, verbo da minha carne, expresso a minha gratidão pela constante ajuda, compreensão e estímulo, que sempre recebo.

À minha orientadora e amiga, Vitória, expresso gratidão pelo apoio, paciência e cumplicidade ao longo desse percurso. Agradeço por confiar em mim, por respeitar os meus limites e por suas provocativas reflexões que tanto me fizeram evoluir.

A todas as pessoas entrevistadas, que gentilmente abriram suas portas, compartilharam suas histórias, memórias e segredos, meu sincero agradecimento por fazerem este trabalho possível.

Aos moradores e moradoras da zona norte de Teresina, em especial, aos moradores da Comunidade Boa Esperança e do seu entorno.

Aos dedicados caseiros e caseiras da Casa Memorial Professora Maria Sueli, especialmente, Sabrina, Lara, Jorge e Maria Lúcia, meu muito obrigada pela constante colaboração e suporte.

Ao meu querido amigo, Gustavo Leite, advogado popular, expresso a minha gratidão pela ajuda e afeto vivenciados ao longo dessa jornada de escrita.

Ao nosso querido griô, Chico, por ser rio que corre e barro que molda, pelas muitas histórias, memórias e risos compartilhados.

Aos excelentes professores e professoras do nosso PPGSC, que através do intenso dos nossos encontros contribuíram significativamente para o aprofundamento deste escrito.

Ao querido Mestre Bob e à querida Professora Lucineide, por serem ACOLHIMENTO e INSPIRAÇÃO.

Aos companheiros e companheiras do PPGSC, em especial, Adriana, Luciana, Elismar Júnior, Josué, Diego, Hellen e Fagner, que através das experiências compartilhadas, ajudaram na construção deste trabalho.

Agradeço também ao Professor Cláudio Melo e à Professora Iraneide pela valiosa contribuição e disponibilidade.

Aos meus irmãos e irmãs que recebi como presentes: Juan, Evelton, Iasmim, Rosângela, Francisco, Jéssika, Valdênia, Leny e Márcia, manifesto a minha gratidão pela força e energia positiva que irradiaram para o sucesso desse escrito.

A minha mãe, minha tia Maria Siqueira das Neves, tia Francisca Mesquita, tia Catarina, tia Maria das Dores, tia Raimunda, minha madrinha Teresa Duarte Franco e Ozandi Mesquita pelas orações e cuidados desde sempre.

Aos amigos Clairton Henrique e Cleiton Henrique, filhos da Dona Josefa Maria da Silva (Dona Zefa), moradores e moradora da zona norte de Teresina. Agradeço por estarem presentes e disponíveis para conversar, principalmente, sobre os primeiros achados dessa pesquisa.

Por fim, agradeço à FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí) pela bolsa concedida, que foi fundamental para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

Oração de São Bento

A Cruz Sagrada seja a minha luz.

Não seja o dragão meu guia.

Retira-te, satanás!

Nunca me aconselhes coisas vãs.

É mal o que tu me ofereces,

Bebe tu mesmo os teus venenos.

(Oração ensinada por Mãe Quitéria aos netos e as netas)

Oração de Santo Antônio Pequeninho

Santo Antônio Pequeninho tem a chave do paraíso. Quem me dera me daria? Foi a Virgem Maria. Cruz em monte. Cruz em Fonte. Que o mal nunca me encontre. Nem de noite e nem de dia. Nem ao pino do meio-dia. Bendizei o meu Santo no lugar onde eu estiver. Amém!

(Oração que Mãe Joaquina ensinou aos filhos e as filhas, aos netos e as netas)

RESUMO

FERREIRA, Gianne Carline Macedo Duarte. **ENTRE RAMOS E REZAS:** saberes e práticas de saúde na Comunidade Boa Esperança, Teresina-PI (2006-2023). 2024. 155 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) – Universidade Estadual do Piauí. Teresina-Piauí.

A comunidade ribeirinha Boa Esperança está presente às margens do rio Parnaíba antes mesmo da fundação da cidade de Teresina, Piauí. Tal comunidade está em luta pela demarcação do seu território, ameaçadas de desapropriação pelo Programa Lagoas do Norte, proposto pela Prefeitura, que visa investimentos na área da habitação, drenagem urbana e infraestrutura viária, mas sem a participação da população lá existente. Esta pesquisa versa sobre a seguinte problemática: quais são os saberes e práticas de saúde sobre as plantas medicinais vivenciadas pelas pessoas da Comunidade Boa Esperança? Logo, o objetivo geral consiste em descrever os saberes e práticas de saúde, com o uso de plantas medicinais, na comunidade ribeirinha Boa Esperança, entre os anos de 2006 e 2023. A teoria fundamenta-se em autores sobre a cidade e a história de Teresina, como Monsenhor Chaves (2013) e Odilon Nunes (2007); história da saúde e comunidade, a exemplo de Ailton Krenak (2020), Chalhoub (2003), Pimenta (2003; 2018; 2022), Montardo e Rufino (2017), Little (2018), Kabenguele Munanga (1999), Chimamanda Adichie (2009), Isabel Jardim e Lucineide Barros Medeiros (2019), entre outros/as. A metodologia ancora-se no paradigma qualitativo de investigação. As fontes analisadas são os depoimentos contidos no Museu Virtual da Comunidade Boa Esperança (de domínio público), o documentário “Lagoas do Norte pra quem?”, entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica e documental. Os dados analisados mostram que o PLN está permeado de divergências entre os representantes do Estado e os moradores da região, e, evidenciam ainda a importância dos saberes e práticas das terapeutas populares e o seu papel na sociedade, na busca por gerar saúde e bem-estar às pessoas; e que suas ações na comunidade visam o não apagamento de seus saberes. Portanto, apesar das tentativas oficiais de exclusão das terapias naturais de saúde, este é um saber que permanece vivo, inclusive em ambientes urbanos, como na Comunidade Boa Esperança, resistindo à criminalização da República, a urbanização, e agora, resistindo às ameaças de desapropriações do PLN, motivadas também pelo capitalismo.

Palavras-chave: História; Memória; Práticas de Saúde; Rezas; Comunidade Boa Esperança.

ABSTRACT

The riverside community is located along the Parnaíba river even before the city of Teresina in Piauí was founded. This community has been fighting for the demarcation of its territory, threatened with expropriation by the Lagoas do Norte Program proposed by the City Hall which aims investments in housing, urban drainage and road infrastructure, however there is no participation of the local people. This research addresses the following problem: what are the health knowledge and practices about medicinal plants experienced by the people from the Boa Esperança community? Therefore, the general objective is to find out about the health knowledge and practices using medicinal plants in the Boa Esperança riverside community between 2006 and 2023. The theory is based on authors on the city and the history of Teresina such as Monsenhor Chaves (2013) and Odilon Nunes (2007); history of health and community, as well as Ailton Krenak (2020), Chalhoub (2003), Pimenta (2003; 2018; 2022), Montardo and Rufino (2017), Little (2018), Kabengele Munanga (1999), Chimamanda Adichie (2009), Isabel Jardim and Lucineide Barros Medeiros (2019), among others. The methodology is based on the qualitative research paradigm. The sources analyzed were testimonies contained at the Virtual Museum of the Boa Esperança Community (in public domain), the documentary “Lagoas do Norte para quem?” and semistructured interviews; bibliographical and documentary review. The data analyzed has highlighted the importance of the popular therapists’ knowledge and practices as well as their role in society in a search for health and well-being for people; their actions which prevent erasing their knowledge in the community. Therefore, despite the official attempts to exclude the natural health therapies, this is knowledge that remains alive inclusively in the urban environments such as in the Boa Esperança Community resisting to the criminalization of the Republic, urbanization and, now, it is resisting to the expropriation by the Lagoas do Norte Program also driven by the capitalism.

Keywords: History; Memory; Health Practices; Prayers; Boa Esperança Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Registro de protesto em casa na Avenida Boa Esperança	27
Figura 2 - Mãe Alice, fundamentos entranhados na Boa Esperança	28
Figura 3 - “Seu” Luiz, o rio é sua casa e sua vida	30
Figura 4 - Dona Maria e “Seu” Valdir, produzindo tijolo por tijolo, construíram sua moradia	31
Figura 5 - Dona Helena em seu quintal	33
Figura 6 - Dona Maria em seu quintal	34
Figura 7 - Quintal de Dona Maria	35
Figura 8 - Dona Davina, seu quintal e suas memórias	38
Figura 9 - Miniatura do Plano de Teresina, 1852	41
Figura 10 - Mapa da Localização de Teresina.....	51
Figura 11 - Mapa da Zona Norte de Teresina com Destaque Para a Região da Boa Esperança.....	51
Figura 12 - Representantes do CDFS e Raquel Rolnik	54
Figura 13 - Representantes do CDFS e Raquel Rolnik	54
Figura 14 - Reprodução da página do Facebook: Lagoas do Norte Pra Quem?	56
Figura 15 - Reprodução do Museu da Boa Esperança	58
Figura 16 - Mãe Preta e eu na calçada.....	66
Figura 17 - Dona Maria mostra o seu “pé-de-manga-rosa”	95
Figura 18 - Selo de cadastramento do imóvel	99
Figura 19 - Boa Esperança e suas diferentes representações	105
Figura 20 - Dona Graça e Seu Raimundo.....	124

LISTA DE SIGLAS

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

APCC-AA - Associação Piauiense De Combate Ao Câncer Alcenor Almeida

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

CABAR - Instituto Social Ambiental Cágado-de-Barbicha

CACON - Centro de Alta Complexidade em Oncologia

CDFS - Centro de Defesa Ferreira de Sousa

CF - Constituição Federal

HTP - História do Tempo Presente

IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde

IPHAN - Instituto Brasileiro Histórico e Artístico Nacional

MA - Maranhão

MPF - Ministério Público

NUCS - UFCG - Núcleo de Psicologia Comunitária e da Saúde - Universidade Federal de Campina Grande

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PICS - Práticas Integrativas e Complementares

PI - Piauí

PLN - Programa Lagoas do Norte

PT - Partido dos Trabalhadores

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS - Unidade Básica de Saúde

UESPI - Universidade Estadual do Piauí

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco

SUS - Sistema Único De Saúde

SUMÁRIO

1 NOTAS INICIAIS DE UMA ESCRIVIVÊNCIA	15
2 AS PESSOAS DA (E A) COMUNIDADE RIBEIRINHA EM TERESINA-PI: FALAS, MARCAS E SINAIS	25
2.1 AS FALAS: “Nós lutaremos até o fim pelos nossos direitos, nossas moradias, nossas histórias”	26
2.2 OS ESPAÇOS VIVENCIADOS: “A gente faz parte da história de Teresina, a gente não queria ser excluído como a gente é”	38
2.3 OUTRAS MARCAS E OUTROS SINAIS: O Programa Lagoas do Norte (PLN) e as estratégias de resistência.....	50
3 ENTRE RAMOS E REZAS: A RELAÇÃO ENTRE ACESSO E USO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E O FORTALECIMENTO DAS REDES DE APOIO HORIZONTAL	63
3.1 BOA ESPERANÇA: Acesso e uso de serviços de saúde e o fortalecimento das redes de apoio horizontal	64
3.2 QUINTAIS: Brincando de pescar histórias e uma vida à beira da lagoa	87
4 NÃO EXISTE TERAPEUTA POPULAR SEM PLANTA	101
4.1 NA COMUNIDADE: lugar e saúde	102
4.2 “A REZA FOI O REMÉDIO!”: práticas e vivências	117
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UM ESPERANÇAR	134
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICES	152

1 NOTAS INICIAIS DE UMA ESCRIVIVÊNCIA

Nós temos que contar as nossas histórias e precisamos contá-las em todos os lugares¹ (Sousa², 2022).

A fala proferida pela professora Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa me tocou profundamente e me fez refletir ao ponto de sentir a necessidade de interpelá-la sobre como nós poderíamos contar as nossas histórias e fazê-lo em todos os lugares. A resposta veio imediatamente. Deveríamos falar sobre nós em todos os lugares e em todos os momentos, seja na escola, na academia e, principalmente, entre os nossos e as nossas, pois se nós insistíssemos em falar, uma hora seríamos escutados (Sousa, 2022). Assim, passei a compreender que este estudo consiste em “contar as nossas histórias”. Entendo que ao redigir sobre os saberes e práticas de saúde sobre o uso de plantas medicinais da Comunidade Boa Esperança e o seu entorno, estou registrando uma coletividade, mas também registro sobre mim, minhas vivências e vicissitudes para me ajudar a entender a realidade do lugar em que vivo e pesquiso, além do meu próprio trânsito entre as relações estabelecidas na comunidade, o campo de pesquisa e a academia.

Por isso, inicio apresentando as motivações que me levaram ao estudo de práticas de saúde em uma comunidade ribeirinha. Foi a partir das minhas vivências, da minha relação afetiva com o lugar do meu estudo, que me senti desejosa e me aproximei dessa temática. Ressalto que em 1994, meus pais e eu, após passarmos um período em São Paulo-SP, vivenciamos a diáspora nordestina e o processo de retorno, e, passamos a morar em um bairro vizinho à Avenida Boa Esperança, também atingido pelo Programa Lagoas do Norte (PLN), chamado Nova Brasília. Assim, a minha infância e adolescência, além da fase adulta, foram e são permeadas por vivências na Comunidade Boa Esperança, percorrendo a horta comunitária e o Mercado do Peixe para compra de alimentos e as frequentes visitas às casas das rezadeiras e dos rezadores para cuidar da saúde. Esse contato cotidiano com a população da Comunidade atingida pelo PLN e suas preocupações ao sofrerem o **processo de desapropriação**³ provocaram-me inquietações que resultaram no interesse em aprofundar o conhecimento sobre a comunidade, as pessoas que a compõem e seus saberes e práticas de saúde.

¹ Fala da Professora Maria Sueli Rodrigues de Sousa, proferida durante o Seminário de Acolhimento do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura – PPGSC/UESPI, realizado em 4 de fevereiro de 2022.

² Professora Dra. Maria Sueli Rodrigues de Sousa (1964-2022), mulher, negra, professora, pesquisadora, intelectual, filha do semiárido. Ela é a intelectual que mais se harmoniza com este escrito, pois este trabalho está integrado à lógica de contar histórias sobre nós.

³ É importante mencionar que durante a execução da primeira etapa do PLN, estava prevista a remoção involuntária de 1.588 (mil quinhentas e oitenta e oito) famílias durante todo o projeto. As remoções foram justificadas por estarem

Menciono ainda que a proposta aqui apresentada se insere nas minhas experiências de investigações anteriores. Sendo, portanto, um processo que teve início com duas pesquisas de iniciação científica que desenvolvi. A primeira pesquisa (2006-2007), *As Jovens da Casa de Zabelê: Sociopoetizando⁴ os conceitos sobre o corpo*, e a segunda pesquisa, que representa uma ampliação da anterior (2007-2008), que se intitulou *Resistências e Disciplinas Vividas Pelos Corpos das Crianças e Adolescentes da Casa De Zabelê, em Teresina/PI⁵*. Estas pesquisas culminaram em uma monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História: *Uma questão de corpo: procedimentos disciplinares sobre o corpo de crianças e adolescentes no enfrentamento da violência física, psicológica e sexual em Teresina-PI*, em 2009, sob orientação do Prof. Dr. Edmundo Ximenes Rodrigues Neto. Ressalvo que as análises realizadas me fizeram refletir sobre a pobreza urbana, a história da cidade, a vulnerabilidade social, a História do Tempo Presente (HTP), pesquisa qualitativa, análise de imagens e documentos, dentre outras possibilidades teórico-metodológicas. Isso me proporcionou uma aproximação com as atividades acadêmicas e despertou meu interesse pela pesquisa.

Além das minhas vivências na comunidade e as experiências de investigação anteriores, houve também implicações pessoais, pois, desde 2009, estudo as Práticas Integrativas e Complementares (PICS)⁶ e realizei vários cursos de formação na área, dentre eles: “Práticas Naturais de Saúde”, “Floral de *Bach*”, “Instrutora de *Yoga*”, dentre outros. No entanto, em 2021, fui atravessada pelo curso de extensão promovido pela Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco (UNIVASF), sobre Saberes Ancestrais e Práticas de Cura, no qual pude me aprofundar, através das aulas com integrantes de povos tradicionais ancestrais de diferentes etnias, como: O povo

em áreas consideradas de risco de inundação ou por estarem localizadas em território requisitado para obras. Na primeira etapa compreendida entre 2007 e 2014 foram desapropriadas 513 (quinhentas e treze) famílias e 1.730 (mil setecentos e trinta) famílias tiveram as suas casas seladas em 2014 (Teresina, 2007; Teresina, 2014b).

⁴ A Sociopoética é uma prática filosófica de pesquisa idealizada por Jacques Gauthier, teórico francês; esse método produz conhecimento em grupo e com o corpo todo (Adad, 2004).

⁵ Destaca-se que o referido projeto foi premiado no ano de 2009, selecionado entre os 10 (dez) melhores projetos de iniciação científica da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

⁶ As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são recursos terapêuticos que buscam a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade. Uma das abordagens desse campo é a visão ampliada do processo saúde/doença e da promoção global do cuidado humano, especialmente do autocuidado. As indicações são embasadas no indivíduo como um todo, considerando-o em seus vários aspectos: físico, psíquico, emocional e social. Entre as principais diretrizes da PNPIC está o aumento da resolutividade dos serviços de saúde, que ocorre a partir da integração – ao modelo convencional de cuidado – de racionalidades com olhar e atuação mais ampliados, agindo de forma integrada e/ou complementar no diagnóstico, na avaliação e no cuidado (Ministério da Saúde, 2021).

Truká, Guarani, Pankararu, Quíchuas, Krenak, alguns pajés e mães de santo, suas compreensões e experiências relacionadas à cura e interculturalidades.

Conforme tive contato com as primeiras aulas e textos sobre os saberes ancestrais quanto ao uso de plantas medicinais e formas de transmissão desses conhecimentos para as gerações futuras, fui então me sentindo inclinada a estudar a temática na cidade em que resido, Teresina-PI, mais especificamente na Comunidade Boa Esperança.

A partir dessa relação, a pesquisa versa sobre a seguinte problemática: quais os saberes e práticas de saúde sobre as plantas medicinais vivenciadas pelas pessoas da Comunidade Boa Esperança? Por isso, o objetivo geral desse estudo consiste em descrever os saberes e práticas de saúde sobre as plantas medicinais da comunidade ribeirinha Boa Esperança, localizada em Teresina, capital do Piauí, entre os anos de 2006 e 2023⁷. Ele (objetivo geral) desdobra-se em: identificar as pessoas que constituem a comunidade Boa Esperança, através de suas falas, marcas e sinais, evidenciando a relação entre os sujeitos, a comunidade e a cidade de Teresina, e seu processo de luta e resistência pelo direito à cidade, moradia e o direito de preservar suas histórias, memórias, laços comunitários e tradições; compreender a relação entre acesso e uso dos serviços de saúde e o fortalecimento das redes de apoio horizontal na Comunidade, o que possibilitou as pessoas a procurarem a intervenção dos saberes tradicionais para a recuperação de sua saúde, física e mental, através da utilização de plantas medicinais utilizadas em rezas, benzimentos, banhos, garrafadas, chás e lambedores na Comunidade Boa Esperança e compreender a relação entre lugar e saúde, bem como uma concepção do que é saúde para uma comunidade ribeirinha, os motivos pelos quais as pessoas procuraram a intervenção dos saberes dos rezadores e benzedeiros para a recuperação de sua saúde física e mental, e que tais práticas contribuem para a preservação dos conhecimentos e da cosmovisão trazida para o Brasil pelos africanos em processo de diáspora.

Para tanto, utilizo-me de Certeau (1982) para evidenciar a importância da relação teoria e prática no fazer historiográfico. Para este autor, a história deve ser vista como uma operação, isto significa que a história deve ser entendida como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura); assim, o pesquisador pode apropriar-se da realidade a ser pesquisada “enquanto atividade humana”. Ou seja, toda pesquisa historiográfica estaria entrelaçada a um lugar social,

⁷ O recorte estudado compreende os anos de 2006 e 2023, porque 2006 é considerado o ano em que o PLN chega com mais intensidade e força sobre o território das comunidades tradicionais de Teresina (Museu da Boa Esperança, 2021); e, 2023 configura-se como o ano em que as entrevistas para a composição deste trabalho foram realizadas.

procedimentos técnicos e, para concretizar, a escrita, lembra ainda que é a partir do entrelaçamento da história com um lugar que é possível uma análise da sociedade (Certeau, 1982). Enfatizo a importância da relação das pessoas com o lugar de fala; lugar definido como “identitário, relacional e histórico” (Augé, 1994).

Nesse contexto, é interessante notar a argumentação de Marc Augé (1994), antropólogo francês, que explora a ideia de não-lugar, mas para alcançar este fim, antes caracteriza o lugar, e tal ideia aproxima-se dos ensinamentos de Ailton Krenak, líder indígena, ambientalista, palestrante, que pertence ao povo indígena *krenak*. Ailton Krenak, em suas palestras e livros, aborda a importância da terra e da territorialidade para os povos indígenas, explicando para o/a leitor/a que a terra não representa apenas um espaço a ser ocupado, mas um **lugar** que representa a base da cultura de um povo, seja coletiva ou individualmente, sua cosmovisão e modos de vida, e que a degradação ou até mesmo a perda do território acometem o bem-estar e a existência das pessoas envolvidas (Campos; Krenak, 2021).

Assim, os não-lugares de Marc Augé (1994) contrapõem-se aos lugares de Ailton Krenak, pois aqueles representam locais de transição, de fluxo em que as pessoas envolvidas não registram afetividade, como: *shopping center* ou hotéis, ou seja, locais em que as pessoas são tratadas como consumidores e de forma superficial. Já nos lugares as histórias são transmitidas, as tradições preservadas e as cosmovisões vivenciadas, ou seja, as relações são profundas e aprofundadas cotidianamente.

Desta feita, o presente estudo privilegia o aporte teórico decolonial, na perspectiva da escrevivência, conceito criado pela professora e romancista Conceição Evaristo (2007), em razão da escrita da autora desdobrar-se a partir do eu, do nós, da escrita das vivências. Assim, para refletir sobre a realidade vivida na Comunidade Boa Esperança e outras áreas atingidas pelo PLN, como a que acolheu aos meus pais e a mim, e que me cerca, é imperativo antes, refletir que a vivência é “[...] a gênese de minha escrita, [ela] está no acúmulo de tudo que ouvi desde a infância. O acúmulo das palavras, das histórias que habitavam em nossa casa e adjacências” (Evaristo, 2007, p. 2). Assim, incluo no texto as minhas experiências e as do meu pai e da minha mãe através das lembranças que habitam a minha memória. Sendo considerada elemento fundamental para a compreensão e análise das questões que cercam a comunidade que vivo e pesquiso e suas inter-relações com o PLN.

Ainda como aporte teórico priorizo, autores como Chalhoub (2003), Cunha (2004), Pimenta (2003, 2018), Montero (1985) que trabalham com saúde e práticas de cura no Brasil; Hobsbawm (1998), Delgado e Ferreira (2013) com a História do Tempo Presente; Little (2018),

Mato (2017), Montardo e Rufino (2017), que abordam os saberes ancestrais de povos tradicionais; e ainda Rolnik (1994) e Fenellon (1999), os quais revelam a História da Cidade.

Nesse caminhar teórico, a metodologia se faz presente na realização deste trabalho por intermédio do levantamento bibliográfico que realizei sobre cidade, práticas de saúde e religiosidade em repertórios de programas de pós-graduação, em busca de dissertações e teses; bem como em bibliotecas físicas e no *Google Acadêmico*, em busca de livros e artigos científicos sobre a temática. Na rede mundial de computadores, em sites especializados, localizei documentos oficiais e um grupo variado de fontes compostas por: panfletos, cartazes, fotografias, documentários, a página na rede social *Facebook*®⁸ intitulada: “Lagoas do Norte, pra quem?” que em abril de 2024 contava com 1.100 (mil e cem) seguidores e era alimentada constantemente com relatos e histórias da população da Comunidade Boa Esperança em situação de risco de desapropriação.

Analiso documentos oficiais produzidos e disponibilizados pela Prefeitura de Teresina, tais como: “Manifestação sobre a 2ª etapa do Programa Lagoas do Norte na comunidade impactada”, “Programa Lagoas do Norte - Avaliação Ambiental do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina”, “Programas Lagoas do Norte - Marco de Reassentamento Involuntário”, dentre outros que retratam uma realidade visível e oficial. Reafirmo: organizada, a partir do olhar da Prefeitura Teresina.

Ressalto que o objeto principal do estudo é o conjunto de saberes e práticas de saúde sobre as plantas medicinais de uma comunidade ribeirinha, por isso elejo imagens, relatos orais e histórias de vida. Estes são os elementos indispensáveis, pois não desejo perceber apenas o visível - expresso principalmente nos documentos oficiais já citados no parágrafo anterior - almejo compreender o que vem a ser o invisível, o não-dito⁹. De tal modo, as falas das pessoas da Comunidade, sejam rezadeiras/rezadores, garrafeiros/as, mateiros/as, conhecedores/as das plantas, ervas, raízes; seja nas hortas, nas plantas cultivadas nos quintais e jardins ou à beira dos rios ou lagoas,

⁸ O *Facebook* é uma rede social na internet que em 2023 possuía 109 milhões de brasileiros cadastrados, sendo considerada a rede social mais popular do mundo (Volpato, 2023). Dentre as ferramentas estão a criação de perfil pessoal, envio de mensagens particulares entre os/as usuários/as, criação de páginas para as mais diversas finalidades e organização de grupos de discussão. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/>. Acesso em: 4 de janeiro de 2024.

⁹ Este trabalho inspira-se nas percepções de Eni Puccinelli Orlandi (2007) sobre o não-dito. Para a autora o não-dito abrange os aspectos que não são explicitamente tratados como linguagem, ou seja, o silêncio. “O silêncio foi relegado a uma posição secundária [...]. Nosso trabalho o erige em fator essencial como condição de significar” (p.12). No entanto, o silêncio e o vazio são permeados de histórias e significados. Assim, o foco volta-se para **o como é dito e não somente ao que é dito**. Dizendo de outra forma: levo em consideração choros, pausas, respirações profundas, gestos e gesticulações, tentativas de rememorar nomes, pessoas e lugares. Tais elementos não-verbais configuram-se igualmente pertinentes para a compreensão das informações obtidas.

possuem direito especial neste escrito, pois entendo essas pessoas como guardiãs da memória, história e das práticas de saúde da Comunidade.

Isto posto, friso que compreender a importância da escrivência neste trabalho vai muito além de simplesmente incluir as minhas próprias histórias e memórias. Reconheço que, ao incorporar as histórias e relatos dos moradores e moradoras da comunidade, é possível desafiar as narrativas conservadoras e hegemônicas que, muitas vezes, dominam o discurso histórico. Essas vozes, subalternizadas¹⁰ trazem consigo perspectivas únicas e valiosas, contribuindo para uma compreensão mais completa e contextualizada das questões que impactam a comunidade Boa Esperança.

Contudo, ao explorar a escrivência, surge a necessidade de considerar também a autoetnografia como um elemento fundamental. Segundos os pesquisadores Pedro Motta e Nelson Barros (2015) autoetnografia¹¹ aborda a experiência pessoal dentro de um contexto de relações, categorias sociais e práticas culturais. Esse método busca revelar conhecimentos internos ao fenômeno, revelando aspectos da vida cultural que não seriam acessíveis por meio das pesquisas convencionais.

Logo, a inserção da escrivência e da autoetnografia em uma pesquisa pode ser entendida como uma estratégia que se harmoniza de maneira eficaz para enriquecer a compreensão do fenômeno em estudo. A escrivência, ao trazer as experiências pessoais do pesquisador ou da pesquisadora permite uma abordagem mais empática. Isso ocorre porque as vivências são essenciais para dar significado e contextualizar às informações obtidas através das entrevistas semiestruturadas, o que contribui para que a pesquisa seja mais próxima das realidades vividas pelas pessoas da comunidade estudada.

Por outro lado, a autoetnografia complementa a escrivência ao proporcionar uma análise mais aprofundada das relações sociais, das práticas culturais, e das categorias sociais presentes no contexto da pesquisa. Entendo que através da autoetnografia é possível explorar as dinâmicas culturais que moldam as experiências das pessoas na comunidade.

¹⁰ Para a autora indiana, pós-colonial, Gayatri Chakravorty Spivak (2010, p. 12), a pessoa subalterna ou subalternizada é aquela pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

¹¹ Segundo Jones, Adams e Ellis, o termo “autoetnografia” foi utilizado inicialmente pelo antropólogo Hayano em 1979. Depois, no início dos anos de 1980, esta abordagem metodológica começou a ser desenvolvida e definida como um método de pesquisa, quando compreensões mais sofisticadas e complexas do campo de pesquisa emergiram, e sua conexão com a experiência pessoal começou a ser desenvolvida no Departamento de Fenomenologia, Etnometodologia e Sociologia Existencial na pós-graduação da Universidade de Chicago (Motta; Barros, 2015, p. 139).

Portanto, ao unir escrevivência e autoetnografia, a pesquisa ganha em profundidade e complexidade, pois essa combinação permite uma triangulação de dados em que as vivências pessoais podem ser complementadas e/ou confrontadas pelas observações e análises, resultando em uma visão abrangente do objeto de estudo.

Assim, observei ainda, a necessidade de aprofundar leituras sobre história e memória para a continuação deste escrito e trago à tona ideias da historiadora Rosa Maria Godoy Silveira sobre memória. Para Silveira (2008, p. 187), a memória é a base de “todo conhecimento” e é o que “alimenta a existência das pessoas e os movimentos sociais de forma ativa”. Pois, a memória traz o aspecto individual e o aspecto coletivo e dessa forma acontece o registro de suas experiências que são plurais e singulares. Logo, a memória configura-se como um elemento indispensável ao ofício de historiar, pois é justamente pelo intermédio de tais reflexões que compreendo a memória como um arcabouço de vestígios que revelam marcas que devem ser analisadas considerando o tempo de quem fala e o lugar de onde se fala.

Diante do exposto, esta pesquisa se insere na lógica da pesquisa qualitativa, em que o/a pesquisador/a tem um importante papel. Não é à toa que para René Barbier (2002), o pesquisador das ciências humanas não pode prescindir do que ele denomina escuta sensível. Esta não é uma simples escuta com os ouvidos, é a capacidade do pesquisador e da pesquisadora de sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro, para ‘compreender do interior’ as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos. Isso, devo frisar, não significa identificação ou adesão às referências do outro, mas uma abertura para compreendê-las.

A fim de melhor compreender o fenômeno em estudo e cruzar as informações, coletadas pelas diferentes fontes, utilizo como instrumento de aproximação entrevistas individuais, pois segundo Macêdo e Evangerlandy (2018, p. 81), “[...] a entrevista é uma técnica eficaz de coleta de dados em pesquisas qualitativas. O investigador deve escolher os entrevistados em potencial, que realmente podem contribuir com a pesquisa”. Assim, tendo em vista os objetivos da pesquisa os critérios de inclusão são: ser morador/a da Comunidade Boa Esperança ou ex-morador/a (no período compreendido entre 2006 e 2023); ter conhecimento sobre práticas de saúde, ervas e plantas; ter mais de 21 (vinte e um) anos e aceitar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa, explicação dos termos e a sanção de possíveis dúvidas, bem como a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Deste modo, fiz levantamento de um/a possível informante semente, mapeamento e identificação das pessoas a serem entrevistadas. Em seguida, as entrevistas foram organizadas seguindo o Roteiro de Entrevista Individual (Apêndice A) de acordo com a lógica das entrevistas

semiestruturadas, “com perguntas abertas e fechadas, isto é, o entrevistador dá opções de escolha de respostas ao entrevistado em algumas perguntas e, em outras perguntas, deixa livre para o entrevistado responder o que ele pensa ser a resposta” (Macedo; Evangerlandy, 2018, p. 83). Essas respostas foram ainda gravadas, com a devida autorização dos/as interlocutores/as que terão suas identidades preservadas, segundo o termo de confidencialidade, com o uso de nomes fictícios. Por fim, a transcrição e as análises foram realizadas.

Para a etapa da transcrição inspirei-me em Tourtier-Bonazzi (1998) que apresenta alguns pontos a serem observados nessa fase, dentre eles: a transcrição deve ser feita o quanto antes e, de preferência, pelo próprio entrevistador; as dúvidas, os silêncios, as rupturas sintáticas, assinaladas por reticências; as palavras usadas com forte entonação devem ser grafadas em negrito e o grifo utilizado para anotações, por exemplo: “risos”. Já na fase da análise, as transcrições foram examinadas minuciosamente em busca de padrões, convergências e divergências entre as falas, sistematizando-as, focando nas categorias da pesquisa previamente estabelecidas, a fim de cumprir com os objetivos da investigação (Grazziotin; Almeida, 2012).

Uso neste trabalho a amostragem em bola de neve, que utiliza cadeias de referência. Assim, busquei o/a informante-chave (semente) para localizar as pessoas que correspondem aos critérios de inclusão deste trabalho e, no transcorrer da entrevista, solicitei que a pessoa entrevistada indicasse novos contatos com as características imprescindíveis para este estudo. Essa técnica foi escolhida por ser indicada para pesquisas cujos grupos em questão são de difícil acesso ou quando não se há precisão sobre a quantidade de indivíduos que integram o mesmo (Vinuto, 2014).

Diante do exposto, cito o texto do professor Hilton Ferreira Japiassu, maranhense que viveu boa parte da sua vida no Rio de Janeiro e Doutor pela Universidade Sciences Sociales Grenoble. Este pesquisador é conhecido por seu trabalho no campo da interdisciplinaridade. Em seu livro *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber* há uma atenção especial para a necessidade de transcender as limitações impostas pelas disciplinas acadêmicas tradicionais para promover uma abordagem mais integrada e abrangente no entendimento e solução de problemas complexos (Japiassu, 1976).

Desta feita, diante da complexidade do objeto de estudo, reconheço esta pesquisa como interdisciplinar. Tal reconhecimento reforça a importância de adotar uma abordagem que ultrapasse as fronteiras tradicionais das disciplinas acadêmicas, integrando conhecimentos e metodologias já discutidos em parágrafos anteriores. Neste contexto, embora eu seja uma pesquisadora

com formação, a nível de graduação, em licenciatura em história e pedagogia, a interdisciplinaridade emerge como estratégia essencial para o desenvolvimento da pesquisa em análise, o que visa proporcionar uma compreensão holística e eficaz.

Por tudo que foi revelado até o momento, registro que a escolha teórica estará incluída nos capítulos, pois entendo que não há necessidade de desmembramento e sim antepenho a possibilidade de cruzá-la com a pesquisa, a fim de melhor compreender o fenômeno em estudo e entrecruzar as informações reunidas através das diferentes fontes. Logo, acredito que ao tecer os documentos e as fontes citadas com a historiografia, foi possível responder aos questionamentos que integram o texto e alcançar os objetivos deste trabalho. Portanto, discorrerei, a seguir, sobre a estrutura dos capítulos.

O primeiro capítulo intitulado “As Pessoas da (E A) Comunidade Ribeirinha Em Teresina-PI: Falas, Marcas e Sinais”, consiste em apresentar as falas de uma comunidade ribeirinha, ressaltando que a história engloba uma parte mínima das vivências de uma cidade, por isso a necessidade de materializar as falas dos moradores e moradoras da Comunidade Boa Esperança sobre si mesmos, a própria comunidade e a cidade. A relação entre os sujeitos, a comunidade e a cidade (a cidade de Teresina para além da Comunidade Boa Esperança e as demais zonas e bairros) discutindo/contrapondo os achados com as informações presentes na “historiografia” evidencia uma Cidade Verde, mas este trabalho pretende abalizar uma cidade com outras cores.

Finalizo o capítulo caracterizando o PLN e considerando que a questão do saneamento é um dos principais argumentos para a criação do Programa e entendendo a Comunidade Boa Esperança como um espaço de prática tradicional, atentando-se para a seguinte minúcia: o PLN envolve vários bairros e a Comunidade Boa Esperança é apenas um dos lugares afetados. Nesse sentido, cabe evidenciar as ações coletivas da Comunidade Boa Esperança e seu processo de luta e resistência pelo direito à cidade, moradia e o direito de preservar suas histórias, memórias, laços comunitários e tradições, com destaque para: a criação do Centro de Defesa Ferreira de Sousa - CDFS¹² e o Museu Virtual da Boa Esperança¹³.

O segundo capítulo denominado “**Entre Ramos e Rezas: A Relação Entre o Acesso e o Uso de Serviços de Saúde e o Fortalecimento das Redes de Apoio Horizontal**” tem por objetivo

¹² Centro de Defesa Ferreira de Sousa (CDFS), foi criado em 2008 e leva o nome de um dos primeiros moradores da Avenida Boa Esperança. O centro de defesa é formado por famílias atingidas pelo PLN e dentre os seus objetivos estão: o direito à moradia; identificar, preservar as memórias e histórias dos moradores da comunidade, este local segue reivindicando o reconhecimento da Comunidade Boa Esperança enquanto remanescente quilombola (Rodrigues Neto; Lima, 2017).

¹³ MUSEU DA BOA ESPERANÇA. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/>. Acesso em: 10 out. 2022.

discutir o acesso e o uso dos serviços de saúde por moradores/as da Comunidade Boa Esperança, favorecendo o surgimento/ampliação das redes de apoio horizontal ou redes de solidariedade formadas por curandeiros/as, parteiras, rezadeiras e a importância dos estabelecidos religiosos de matriz africana e quintais produtivos como locais de salvaguarda das plantas e ervas usadas nas práticas de saúde.

E, por fim, o último capítulo desta dissertação, “**Não Existe Terapeuta Popular Sem Planta**”! Lugar e Saúde”, este tem como objetivo central compreender a intrínseca relação entre lugar e saúde, aprofundando elementos fundamentais que compõem tais conceitos. Essa análise se mostra indispensável para a compreensão da saúde na comunidade ribeirinha Boa Esperança. Assim, explorar essa interseção entre saúde e lugar que se atravessa, é indispensável para entender as práticas de saúde da comunidade ribeirinha Boa Esperança.

2 AS PESSOAS DA (E A) COMUNIDADE RIBEIRINHA EM TERESINA-PI: FALAS, MARCAS E SINAIS

Revelar a história é fazer justiça! Por que nós duas estamos conversando aqui? Porque nós temos a ciência e a consciência. Foi despertada a nossa consciência sobre o que os nossos antepassados fizeram. Então, a gente não pode deixar morrer essa história. A gente não pode ser governada por príncipes e princesas a nossa vida toda [...] (Oliveira, 2021 *apud* Matheus, 2021).

A fala de Maria Lúcia Oliveira revela a necessidade que temos de conhecer a nossa história e torná-la visível a todas as pessoas. Esta líder comunitária fala do lugar Boa Esperança, localidade ribeirinha, às margens do Rio Paraíba, localizada na capital piauiense, Teresina-PI.

“Revelar a história é fazer justiça!”. É dizer que existem muitas histórias que nós devemos contar, principalmente para empoderar, humanizar e acrescentar que há persistências ideológicas que diferenciam os grupos humanos e que inferiorizam, sobretudo, os africanos e seus descendentes diaspóricos. São marcos de uma história do ponto de vista colonial no tempo presente, como lembra Michel Hamenoo (2008), ao se referir aos europeus do século XV, que descreviam os africanos como “uma raça menor e carente de lei” e insiste que esta história deve ser questionada e superada.

A esse respeito, Munanga (2008) sensibiliza o leitor para uma história que rompa com pensamentos permeados de uma herança intelectual colonialista e realça a importância das escolas para que neste ambiente seja ensinado os contributos da África para a formação da civilização universal e do povo brasileiro. Ideias estas também presentes na escrita de Hamenoo (2009).

Romper com o pensamento colonialista permite problematizar nosso tempo presente e nossas áreas de confluências. Assim, considerando a Comunidade Boa Esperança, questiono: Quem são as pessoas que moram na Comunidade? O que as levou a viverem na Comunidade? Quais são suas experiências de vida na Comunidade? Por que as autoridades municipais almejam desalojar essas famílias? Quais meios essas pessoas utilizam para resistir à ação governamental? Estas são algumas indagações que surgiram ao vivenciar a causa da Comunidade Boa Esperança.

Com efeito, este capítulo visa identificar as pessoas que constituem a comunidade Boa Esperança através de suas falas, marcas e sinais, evidenciando a relação entre os sujeitos, a comunidade e a cidade de Teresina, e seu processo de luta e resistência pelo direito à cidade, moradia e o direito de preservar suas histórias, memórias, laços comunitários e tradições.

Saliento que, por se tratar de um estudo sobre saberes e práticas de saúde com o uso de plantas medicinais de alto grau de complexidade, não se pretende esgotar as ações de análises, e sim, apresentar elementos relevantes que possibilitem este estudo e outras pesquisas.

Diante do exposto, inicio trazendo à tona as falas dos moradores e moradoras da Comunidade Boa Esperança, com o objetivo de identificar as pessoas que vivem na comunidade através de suas falas - não apenas as lideranças visibilizadas pelas mídias -, mas também as pessoas consideradas “comuns”, embora sejam proativas.

2.1 AS FALAS: “Nós lutaremos até o fim pelos nossos direitos, nossas moradias, nossas histórias”

Andando pela Avenida Boa Esperança encontro, nos muros das casas, dizeres como: “Minha Terra, Minha História”, “Lagoas do Norte Pra Quem?”, “A História da Boa Esperança são os Moradores”, “Nós Lutaremos Até o Fim Pelos Nossos Direitos, Nossas Moradias, Nossas Histórias”, dentre outros, como consta na figura 1. Estes e outros escritos nas casas da referida comunidade me fizeram refletir sobre quem são as pessoas que as escreveram pelos muros da comunidade e as razões subjacentes para as lutas que estas frases representam. Entendo que as paredes e muros das casas da Comunidade Boa Esperança transformaram-se em um meio de expressão que manifestam preocupações, interrogações e anseios, e ainda, afirmam a presença das vozes que muitas vezes não encontram espaço nos registros formais.

Percorro a comunidade cotidianamente há cerca de 30 anos na caminhada da minha casa até as escolas que estudei e trabalhei ou para buscar/levar o meu filho à aula, nas filas da Unidade Básica de Saúde (UBS), objetivando atendimento médico ou alguma vacina, nos grupos da igreja, que fiz parte, ou nas festas dos terreiros que frequentei/frequento. Nesse caminhar, paro para ouvir as novas e as velhas histórias disponíveis nas calçadas ou nas portas das casas. Dessa forma, a cada passo, ao longo dessas três décadas, sou presenteada com histórias, memórias e fragmentos da urdidura da Comunidade, que entrelaçados transformam-se em um legado das pessoas que vivem no lugar.

Este “lugar”/Comunidade é também o “lugar de nascimento de minha escrita”, uma vez que sinto que as nossas escritas estão atreladas a um lugar que nos anuncia (Evaristo, 2007). Ou seja, os meus escritos são permeados pela minha condição de mulher, negra, e pelo lugar, dado que sou uma moradora da zona norte de Teresina (precisamente um dos 13 bairros atingidos pelo PLN). Sou uma mulher que nasceu em São Paulo-SP, devido a diáspora nordestina, em razão do

meu pai e da minha mãe, que como tantos outros nordestinos e nordestinas, viajaram para São Paulo, ainda na década de 80, em busca de melhores condições de vida, os quais realizaram o processo conhecido como **migração de retorno** em 1994.

Figura 1 - Registro de protesto em casa na Avenida Boa Esperança



Fonte: Vasconcelos (2019).

Assim, as frases mencionadas no primeiro parágrafo da seção, surgem após 2006, revelam problemas que, à primeira vista, parecem maiores do que a gente pode dar conta. Elas são fruto do caminho trilhado pelas pessoas que fazem parte da Comunidade Boa Esperança, é o caminhar da luta, da resistência. Frases que comunicam um forte senso de propósito e comprometimento das pessoas em proteger aspectos vitais da vida, como: direitos, moradias e histórias. As frases de resistência àquilo que é o Programa Lagoas do Norte tem de pior: **a expulsão dos moradores e moradoras de suas casas**. Isso destaca a natureza adversa do Programa em relação à comunidade. Vale explicar que a resistência não se dá em relação às benfeitorias que o Programa propõe à comunidade; mas, a percepção de que essas benfeitorias serão usufruídas por outros.

Mas, quem são essas pessoas, as/os moradoras/es da Comunidade Boa Esperança? Raimundo Pereira da Silva Filho¹⁴, historiador e vazanteiro, mais conhecido como Novinho (dora-vante como será identificado), oferece algumas informações sobre as pessoas da comunidade ribeirinha. Segundo ele, a comunidade está em processo de autorreconhecimento quilombola e é

¹⁴ Fala registrada no documentário *Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança* disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4N-9kFKkcAU&t=172s>. Acesso em 19 abr. 2023.

território de diversos povos e comunidades tradicionais, dentre eles: povos de terreiro, vazanteiros, pescadores, ribeirinhos, rezadeiras, griôs, antigos vaqueiros e pessoas que conhecem a história da fundação da cidade.

Inicialmente, apresento as falas de algumas/alguns moradoras/moradores da Comunidade Boa Esperança¹⁵. Para compreender melhor, apresento a fala de Mãe Alice, Mãe de Santo, que chama a atenção para a relação com as desapropriações dessas famílias e a continuidade das religiões de matrizes africanas da região:

A minha avó faleceu, mas os fundamentos dela estão aqui enterrados e não tem como tirar. Como é que eu vou pegar um fundamento que o guia dela plantou na nossa tenda, no nosso local que hoje é a nossa Tenda São Jorge? ... [Como] eu vou retirar ele e vou colocar em outro local? Não tem como! (Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, 2017).

A Mãe Alice, também conhecida na comunidade como Mãe Neta, é uma jovem Mãe de Santo, está à frente da Tenda São Jorge Guerreiro desde 2013, ano em que a sua avó, Mãe Maria

Figura 2 - Mãe Alice, fundamentos enterrados na Boa Esperança



Fonte: Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2017)

Badé, faleceu, e ressalta que a tenda existe há mais de 30 anos. Para ela o PLN veio como uma bomba e informa que os representantes da prefeitura agiram de má-fé, pois selaram¹⁶ a Tenda como se fosse uma casa comum – apesar das características religiosas – e desde então, Mãe Alice, dedica-se a lutar e rezar por todos os terreiros que também foram selados e passam pelos mesmos problemas.

A partir da fala da Mãe Alice, entendo que um terreiro não pode ser percebido como uma casa comum, pois existe uma relação profunda entre as religiões de matrizes africanas e o lugar onde estão enraizadas. Ela se utiliza da expressão:

¹⁵ Os depoimentos de Maria Lúcia, Novinho, Mãe Alice, Dona Helena, Seu Luís, Dona Maria e Seu Valdir, Maria Pastora, Marlene e Luzia Maria aqui descritos, são de domínio público e estão disponibilizados através do Museu Virtual da Boa Esperança, em artigos previamente publicados e referenciados e nas entrevistas realizadas por mim.

¹⁶ Entendo por selar, a partir da entrevista realizada com D. Maria (2023), a ação dos agentes da PMT de deslocarem-se até as habitações que são margeadas pelos rios e lagoas localizadas nos 13 (treze) bairros atingidos pelo PLN, fotografar a área interna e externa - casa e quintal -, informar aos moradores/as que a partir daquele momento a reforma, ampliação e melhorias na propriedade estão proibidas e ao final colarem um selo (lacre) na porta de entrada da casa.

“fundamento plantado” para ressaltar que há elementos em um terreiro que não podem ser removidos ou transferidos de maneira simplista. Ou seja, a fala de Mãe Alice resalta o elo entre o lugar físico e as práticas espirituais, evidenciando a indissociabilidade entre estes dois elementos. Nesse ínterim, Mãe Alice, que assume o papel de liderança religiosa, após a morte da avó (Mãe Maria Badé) zela um legado de mais de três décadas de tenda aberta, suscita a discussão sobre as desapropriações que envolvem o PLN e a descontinuidade das tradições religiosas.

As expressões enraizadas nas religiões de matrizes africanas não ressoam apenas nas palavras de Mãe Alice, já que também fazem parte das minhas lembranças de criança e de mulher-mãe, seja através dos aromas exalados pelos defumadores, o cântico dos pontos cantados e o som dos tambores, das pessoas transitando com suas roupas brancas e turbantes e de suas manifestações de fé, como procissões, em homenagem aos santos cristãos como São Sebastião, no dia 20 de janeiro, em irmandade com a Igreja Católica.

Recordo como as “pessoas do terreiro” eram as primeiras a passar pela porta da minha casa, no início da tarde, de modo mais silencioso e modesto, com cantos e rezando o terço preenchiam a rua, enquanto seguiam em frente. Paralelamente, “as pessoas da igreja” iniciavam a procissão mais tarde, por volta das 18h, acompanhadas por carro de som, muitos foguetes, músicas, pessoas segurando velas, de vermelho, descalças, pagando promessas. Assim, a devoção, as tradições e a fé uniam e unem o dia 20 de janeiro como um elo entre as pessoas da comunidade e as diversas maneiras de professar a fé a cada passo dado nesse dia especial.

Neste contexto, Mãe Alice ou Mãe Neta, portadora do legado da Mãe Maria Badé, surge como uma figura emblemática engajada na preservação das tradições religiosas de matrizes africanas e de conexão com o lugar. Ao manifestar a experiência no lidar com os agentes da PMT durante o processo de selagem da sua tenda, Mãe Alice lança o olhar para a complexidade que abrange as desapropriações que envolvem os terreiros, tendas, congás, casas de santo ou roças decorrentes das imposições a partir do PLN.

O senhor Luís Miores pescador, dedica-se à pesca há mais de cinco décadas e há 30 anos vive na Comunidade Boa Esperança, lugar em que construiu a sua casa em frente às águas do Rio Parnaíba, e é através da relação com o Rio que ele consegue o próprio sustento e garante o sustento da sua família. Assim, trago suas palavras sobre a ação de remoção que envolve o PLN: “Não tem como eles me tirarem daqui. Se me tirarem dessa casa, eu faço outra mais pra frente. Eu sou da água, não tem como me separar dela. [...] Qualquer lugar do mundo que tiver perto da água eu vivo” (Miores, 2019 *apud* Vasconcelos, 2019). Assim, questiono: como um pescador

pode se apartar da água? Para o Seu Luís o Rio Parnaíba é o seu quintal e dele não se aparta (conforme figura nº 3).

Figura 3 - "Seu Luís, o rio é sua casa e sua vida



Fonte: Vasconcelos (2019)

Lembro-me que quando cheguei a Teresina, mais precisamente ao bairro Nova Brasília, um dos primeiros impactos que tive refere-se à possibilidade de brincar na rua e nas calçadas com as demais crianças, brincadeiras com corda e cantorias, brincadeiras de pular com elástico ou com pedrinhas. E o segundo impacto foi justamente ter uma casa com quintal e tudo o que isso possibilitou: andar descalça, árvores frutíferas, subir em árvore, brincar à beira da lagoa, pegar “fruta no pé”, correr.

Durante o dia, no período escolar, a rotina era permeada pelas obrigações, estudos, tarefas escolares, mas a “boquinha” da noite era o momento mais esperado, pelo menos para mim, enquanto criança. Aos finais de semana, feriados prolongados e períodos de férias escolares o momento das brincadeiras era estendido para o período do dia, e assim podíamos passar mais tempo brincando em nossos quintais, subindo em árvores, comendo as “frutas no pé” e brincando à beira das lagoas...

Além das novas possibilidades de brincadeiras e contatos com os/as vizinhos/as e as atividades que poderiam ser realizadas em nossos quintais, houve ainda um terceiro grande impacto, as novas cenas cotidianas: casas feitas de taipa, homens carregando canoas com auxílio de bicicletas, algumas casas com canoas na entrada delas. Ao fim da tarde via-se/vê-se homens e mulheres produzindo suas redes de pesca nas calçadas de suas casas e a circulação de animais (que segue diminuindo), como: cavalos e porcos. E, vendedores que passavam na rua com as suas belinas (versão de carro produzido pela Ford), vendendo frutas e verduras ou pessoas em suas bicicletas usando a voz para oferecer os seus produtos, dentre eles: "PEEEEE-PEIXE"! Ou "LEEEEEEEEEEEEE-LEITE"! Possivelmente, o peixe que consumíamos poderia ter sido pescado pelo "seu" Luís.

Em adição à pesca, a vida na comunidade ribeirinha também guarda outras práticas tradicionais, como a vivência nas olarias, em que as pessoas moldam os tijolos com as próprias mãos e as atividades na vazante, como descrito nas falas do senhor Valdir e Dona Maria que aparecem

Figura 4 - Dona Maria e "Seu" Valdir, produzindo tijolo por tijolo construíram sua moradia



Fonte: Vasconcelos (2019)

na figura 4. Ele usa uma camisa de gola polo com os dois botões desabotoados, listrada em preto, branco e cinza, respectivamente e complementa a sua roupa com uma bermuda jeans. É fotografado olhando para a frente, enquanto os dedos das mãos estão entrelaçados. Ela, por sua vez, usa um vestido florido de fundo azul e os cabelos cuidadosamente amarrados em um co-

que alto. Ambos aparecem sentados em cadeiras de espaguete em uma calçada, possuem os cabelos grisalhos e apresentam marcas de expressão facial que atestam os desafios enfrentados ao longo de suas jornadas. Este casal se mudou para a comunidade em um contexto particularmente desafiador para a família. Qual seja? Depois que a casa em que viviam na cidade de Timon, localizada no estado do Maranhão, “pegou fogo”.

Desta feita, logo o casal e os filhos e filhas adaptaram-se e contribuíram para a comunidade, pois não apenas se mudaram, mas envolveram-se nas atividades oleiras (começaram a trabalhar na fabricação de tijolos) e através desse labor fabricaram também os tijolos para construir a própria casa que abrigaria a grande família, composta pelo casal, quatorze filhos e filhas e um afilhado, como afirma: “Todos os tijolos dessa casa foram feitos por essas mãos e pelas mãos dos meus meninos”. Depois que as olarias foram fechadas¹⁷ a família começou a produzir quiabo, maxixe e feijão na vazante (Vasconcelos, 2019).

Sobre a relação do Seu Valdir com a vazante e as implicações do PLN, compartilho o fragmento da entrevista conduzida pelo antropólogo Lucas Coelho (2021).

Criei essa família todinha trabalhando de vazante e pescando [...]. A gente chegou nesse lugar sem nada e depois de ter arrumado alguma coisa nesses trinta anos ter que mudar para outro lugar, começar de novo, do zero, ir cuidar de outra vida [...]. Não tem condição! Porque aqui, se chegarem a me tirar daqui, pra onde eu ir eu vou começar do zero e já na minha idade! Tem condição um negócio desses? (Valdir *apud* Coelho, 2021).

Seu Valdir, em sua fala, destaca o valor central do rio e da terra para a sua vida, pois é através da vazante e da pesca que o sustento da família foi garantido. Ele lembra que chegou à comunidade sem nada – após o incêndio na sua casa anterior, na cidade de Timon. Nesse contexto, ressalta o esforço e o tempo investido para construir uma casa e uma vida na comunidade: trinta anos! E assim, Seu Valdir enfatiza que caso realmente saia da sua casa para onde ele for, precisará recomeçar e destaca o fator idade como um elemento dificultador. E, finaliza com uma pergunta retórica: Tem condição um negócio desses?

¹⁷ Em 2012, devido aos avanços do PLN, as olarias foram fechadas. É importante mencionar que a extração de argila foi, por muito tempo, a principal fonte de renda para muitas famílias. E que após o fechamento das olarias houve proliferação de animais selvagens (jacarés e cobras) e insetos e ainda crescimento demasiado do mato. E, impactou negativamente várias famílias que sobreviviam das olarias, pois nem todas as famílias foram indenizadas (Oliveira; Lopes, 2020). Como é o caso de Dona Margarida, 60 anos, que começou a trabalhar na olaria em 1974, produzindo tijolo e telha comum, que revela que com o fechamento das olarias ela não fora indenizada, pois quando procurou o responsável pela última olaria que ela trabalhou ouviu “que a quantidade já havia fechado” e para sobreviver tornou-se artesã ceramista (Museu da Boa Esperança, 2022).

Portanto, Seu Valdir e Dona Maria mudaram-se para a comunidade, contribuíram com a comunidade e adaptaram-se às mudanças ocorridas na comunidade. Assim que as olarias foram fechadas a família passou a trabalhar na vazante produzindo quiabo, maxixe e feijão. Esta ação ressalta a diversidade de práticas tradicionais na região.

Trago agora, a partir de uma matéria veiculada no Jornal Cidade Verde, a fala de Dona Helena, que é apresentada, bem como seu quintal - com dezenas de plantas medicinais. Dona Helena expressa o seu desconforto em relação à ideia de abandonar a sua casa, seu quintal e suas plantas medicinais depois de anos de tanto esforço. É Dona Helena que no “Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança” recebe as pessoas que querem conhecê-la e apresenta as suas plantas e compartilha o seu conhecimento sobre os benefícios que elas oferecem à saúde, por exemplo: jalapa, limão, vinagreira, penicilina, entre outras, demonstrando uma diversidade de espécies cada uma com sua propriedade terapêutica específica.

Figura 5 - Dona Helena em seu quintal



Fonte: Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2017)

Para ampliar o entendimento sobre a relação entre os moradores da comunidade, os seus quintais e a plantas medicinais, introduzo os dizeres de Dona Maria (figura 6), moradora da Comunidade, conhecida por sua sabedoria no uso de plantas para chás medicinais e garrafadas. Ela mantém uma conexão afetiva profunda com seu “sítio”, pois vive há “muitos anos, são 55 anos só nesse pedacim de chão”.

Dona Maria me recebeu gentilmente em seu quintal (figura 7). Ela fez questão de me apresentar a uma variedade de plantas que ali prosperam, incluindo a “pimenta de cheiro”, “rosas”, “rosa do deserto”, “beija-flor”, “bem-te-vi”, “tomate”, “coentro-do-pará”. Segundo Dona Maria, este último “é o mesmo que o coentro verdadeiro que a gente usa pra dar um gostinho na comida”. Seu quintal não tem muros, apesar de que alguns vizinhos até fizeram um muro, mas

tem um portão pra chegar até a lagoa”. Portanto, os muros limitam os espaços, mas não separaram

Figura 6 - Dona Maria em seu quintal



Fonte: Ferreira (2023)

os/as moradores/as da(s) lagoa(s) que os/as cercam (Dona Maria, 2023).

Percebo nas falas, até aqui referenciadas, a relação das pessoas com o lugar. O lugar - Comunidade Boa Esperança - para Maria Lúcia e Novinho, Mãe Alice e outras Mães e Pais de Santo, Maria(s), Luís, Valdir e outros “Seus”/senhores, se transformou mais do que apenas um espaço geográfico; ela (a Comunidade) se transformou na base para a construção e reprodução de vidas, possibilitou que transformassem cotidianamente enquanto pessoas (e sofressem transformações), estabelecendo vínculos com os de dentro e com os de fora, os “nós” e os “outros”, dentro do plano do vivido, sentido, percebido e concebido por eles e elas, os identificando com seu “lugar” e os tornam sujeitos e sujeitas do seu processo histórico.

Para ajudar a discorrer todas as falas aqui apresentadas, cito Adichie, em seu livro intitulado *O Perigo de uma História Única*, a autora conta a história de Fide, um menino que foi trabalhar na casa dos pais da autora. Ela diz que a única coisa que a mãe contou sobre o menino e sua família foi sobre a sua pobreza. No entanto, ela relata:

[...] Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe nos mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha ouvido falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha história única deles (Adichie, 2009, p. 9 -10).

Como pessoas pobres podem produzir alguma coisa? Sim, essas pessoas produzem cestos, como a família de Fide, mas também trabalham com o barro e com a terra, conhecem plantas

Figura 7 – Quintal de Dona Maria



Fonte: Ferreira (2023)

e ervas para a melhora de algum sintoma, conhecem os rios e os tempos de plantar e colher, dentre outras práticas e saberes.

As falas do professor Novinho revelam uma história de Teresina que nos é negada. A historiografia de cunho colonial e conservadora¹⁸ apresenta a cidade características destituídas dos personagens acima descritos. Acredito que estas falas conversam com o que Chimamanda Adichie chama de história única, pois é revelado ao leitor, tendo por base, as falas de Novinho e Maria Lúcia, de que a história de Teresina só é contada a partir da chegada do Conselheiro Saraiva, e não a partir da perspectiva dos povos que já habitavam a região. “Comece a história com as flechas dos indígenas americanos, e não com a chegada dos britânicos, e a história será completamente diferente” (Adichie, 2009, p. 13-14). Pela ausência de uma historiografia inclusiva, de uma “história vista de baixo”, a ativista Maria Lúcia exige uma reparação histórica.

¹⁸ Para este contexto em discussão considero a história colonial contada sob a ótica do colonizador, do detentor de poder, ou seja, o colonizador escravagista que chega com o intuito de escravizar e explorar e, sob o manto protetor de uma sociedade conservadora e hierarquizada, deixou marcas do poder, de modo a acobertar e/ou invisibilizar as narrativas dos povos originários.

Ela exige em seu discurso uma reparação histórica para desconstruir a lógica colonial que coloca o povo negro em uma situação de exclusão, seja econômica, seja social. Assim Maria Lúcia não aceita a história única e como nos diz Chimamanda Adichie:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2022, p. 18).

Sigo trazendo as falas das mulheres atingidas pelo PLN, desta vez através do trabalho intitulado: *Aprendi Lutando: falas de mulheres atingidas pelo Programa Lagoas do Norte (PLN) em Teresina (PI)*, das autoras Isabel Jardim e Lucineide Barros Medeiros (2019). As autoras trazem as falas de três mulheres, a saber: Maria Pastora de Moraes e Silva, Marlene da Silva Costa e Luzia Maria Lago Ferreira, todas moradoras da comunidade, que na época da entrevista, 2017, atuavam na luta pelo direito à casa contra as arbitrariedades da Prefeitura Municipal de Teresina, que tem a aspiração de materializar a remoção das famílias.

As três mulheres entrevistadas pelas autoras revelaram que suas vidas mudaram e estas mudanças foram cotidianas, após a inserção nas causas comunitárias. Luzia disse que saiu da sua zona de conforto, se soltou e saiu da rotina, completou sua fala informando que várias foram as donas de casa, que assim como ela, aprenderam que as suas funções não se limitavam a cuidar de uma casa, fazer comida ou lavar roupa, indo além disso. Assim, a sua vida na comunidade e a relação com os vizinhos, foram aprofundadas, da mesma maneira como a vida das demais entrevistadas. Marlene, por sua vez, destaca que após o início da luta, percebeu que a comunidade se esforça pelo direito à moradia o que entende como um empenho coletivo, pois ao lutar percebe que não defende apenas a sua casa, mas de todas as pessoas atingidas pelo PLN (Wanderley; Medeiros, 2019, p. 19).

Ainda sobre a relação com os vizinhos, Pastora afirma: “A COMUNIDADE FOI FEITA POR NÓS!”. E ressalta as trocas, dentre elas: pratos de comida (refeições prontas) ou frutas (Wanderley; Medeiros, 2019, p. 10). E, Luzia, destaca o hábito que qualifica como quilombola: plantar à beira do rio. Lembra ainda do seu irmão mais velho que ajudou a reflorestar a região e do sentimento de pertença e amor que o seu pai sentia, pois dizia que não sairia do lugar.

Sobre os valores relacionados ao trabalho, Luzia evidencia as formas de trabalhar, seja através do barro (olaria) e a agricultura que é passada de pai para filho e às vezes chega até aos netos, bem como os valores familiares atrelados às práticas religiosas, dentre elas: Umbanda,

Igrejas Evangélicas e as práticas das rezadeiras, que são passados através das gerações (Wanderley; Medeiros, 2019).

Assim, percebo as vozes e a potência do protagonismo feminino da Boa Esperança - que falam sobre as pequenas mudanças cotidianas - como sair da zona de conforto, sobre o construto da comunidade e retomam a própria participação e importância nesse processo sem medo de afirmar: “A Comunidade foi feita por nós!” Afirmando a pluralidade religiosa e as formas de trabalho, práticas de caráter intergeracional, elementos de cunho religioso e laboral, que normalmente são passados de geração em geração.

O entendimento do significado do apoio comunitário ao que se refere à importância das trocas como frutas e pratos de comida, também é uma prática comum no bairro em que vivo, Nova Brasília. Nós, do bairro, compartilhamos legumes e galinhas que são produzidos em nossos quintais, bem como as frutas: manga, amora, banana, limão, ata, goiaba, abóbora, feijão-verde, quiabo. Além disso, também doamos e trocamos plantas e raízes, cada uma com sua finalidade, que são usadas para feitura de chás e/ou banhos, como: erva-cidreira, hortelã, capim-santo, folha-santa, a “folha-do-olho-da-goiabeira”, mastruz, gengibre, açafraão, dentre outros.

É importante sublinhar que as plantas usadas para fins medicinais, como para a preparação de chás e banhos, podem ser acessadas através de um pedido ao/a vizinho/a, na colheita em um terreno baldio e/ou à beira da lagoa, como profere D. Maria:

Aqui a gente sai trocando, num sabe? A colega vem e a gente troca um fio. Eu vou lá passo, vejo e digo: “Me dá um fiim”. É assim. A gente vai trocando as plantas. E se alguém chegar aqui na minha porta e me pedir uma erva-cidreira para fazer um chá, uma folha de malva-do-reino, um mastruz [...] se eu tiver eu dou (Dona Maria, 2023).

É importante mencionar que ao longo do texto, eu trouxe a fala de moradores e moradoras, pessoas atingidas pelo PLN. Contudo, é imprescindível trazer à baila que os/as moradores/as da comunidade Boa Esperança não se limitam à história única contada sobre Teresina, e, organizam-se de forma a contar a sua história, seja através das manifestações ou acionando os órgãos públicos, como o Ministério Público (MP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Portanto, as falas de Maria Lúcia, Novinho, Mãe Alice e os demais moradores e moradoras da comunidade ressaltam a força e a coragem de um povo em preservar sua memória e revelar sua história. Mostram ainda uma outra forma de olhar as histórias e memórias dos moradores e moradoras de uma comunidade de Teresina e evidencia a força da comunidade em manter sua cultura, práticas e vivências coletivas.

2.2 OS ESPAÇOS VIVENCIADOS: “A gente faz parte da história de Teresina, a gente não queria ser excluído como a gente é”

Na figura 8 vemos Dona Davina, mãe de Maria Lúcia e Chico e avó de Novinho, uma senhora negra e idosa que está no fundo do seu quintal, segurando uma espécie de bastão. Na representação, ela surge com os cabelos embranquecidos presos em um coque, usando um vestido de cor clara, próxima à abertura de um portão e apoiada no muro da sua casa. O portão dá acesso à vazante que é cultivada por ela e pela família desde meados dos anos 50, e foi cultivando neste lugar, entre as conversas com os/as vizinhos/as, que Dona Davina, uma das moradoras mais antigas da comunidade e Seu Roxo, já falecido, criaram os nove filhos (Coelho, 2021).

Figura 8 - Dona Davina, seu quintal e suas memórias



Fonte: Vasconcelos (2019).

Assim, ao apresentar, as falas de Maria Lúcia e Novinho. Percebo não apenas a relação dela e dele com a comunidade, as ações de resistência visando o não apagamento de seus saberes,

a intimidade com as plantas, com a vazante e os impactos do PLN para a comunidade, mas também enxergo as vivências e a conexão familiar com o lugar através de, no mínimo, três gerações que vivem na comunidade.

A fala de Maria Lúcia em *Maria Lúcia conta a história da comunidade Boa Esperança*, revela que a ativista vive na Boa Esperança desde o seu nascimento em 1970. Para ela, o local representa a última comunidade com raiz indígena e negra da cidade e denuncia que a região nunca foi assistida pelo poder público e assim os moradores aprenderam a se relacionar com a terra, buscando a sobrevivência, através de trabalhos que estão relacionados à pesca, vazante¹⁹ e olaria. Para ela, a comunidade tem tradição da cultura negra e quilombola e a luta dos moradores tem por objetivo preservar, além da cultura, a natureza e as águas da região.

No depoimento *História sem Máscaras*, Novinho fala sobre a história negada de Teresina, diz que a história que nos é apresentada sobre a cidade é conservadora e tradicional e que historicamente nega a existência das pessoas negras e pobres. Novinho cita três mitos que envolvem a cidade de Teresina. O primeiro é referente a Teresina ser a primeira cidade planejada do Brasil - ele diz que a primeira cidade planejada do Brasil é Salvador. O segundo mito se faz em relação ao título de fundador da cidade que Saraiva recebe. Para ele, Saraiva é um forasteiro que convenceu as autoridades da época de que a margem do Poti seria uma boa região e que contribuiria para o transporte e produção de alimentos.

Novinho, pronuncia que Saraiva, quando chega à região, se depara com dois grupos. O primeiro composto por pessoas pobres, indígenas e negras, que carregavam a ancestralidade e o segundo grupo, formado pelas pessoas mais ricas do Poti, conhecidas como homens bons²⁰, e que Saraiva doou quarteirões para essas famílias na região da Chapada do Corisco.

No entanto, as pessoas pobres continuaram vivendo no Poti e lembra dos negros escravizados que vieram com Saraiva para a construção da cidade, com o tempo, esse grupo começou a se aglomerar aos arredores do centro e quando foram expulsos acomodam-se às margens dos rios e lagoas da zona norte, lugar em que começam a plantar e trabalhar. O terceiro mito se refere ao mestre de obras João Isidoro França, português de nascimento, que esteve na comitiva de Saraiva

¹⁹ Entendo por vazante uma terra baixa e plana, temporariamente alagada, ao longo dos rios. Nessas áreas, quando os rios voltam ao seu nível normal, é comum serem usadas para o cultivo.

²⁰ O termo “homem bom” surgiu na América Portuguesa para determinar as pessoas que poderiam ocupar cargos de “governança” na esfera local. Para alcançar a condição de “homem bom”, era necessário que o homem fosse maior de 25 anos de idade, casado ou emancipado, praticante da fé católica, ser proprietário de terras que legitimavam sua condição social, podendo ser da nobreza, do clero ou das milícias, e não possuisse nenhum tipo de “impureza racial”. Confira: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200013> Acesso em: 28 maio 2023.

para comandar as primeiras edificações da cidade. No entanto, para Novinho, o mestre de obras, não foi o grande construtor de Teresina, pois ele fora demitido, porque os prédios que por ele foram construídos, caíram.

Dessa forma, registro que discorrer sobre Teresina é, sem dúvida, falar de uma cidade inventada ou imaginada. Uma cidade que deu os seus primeiros passos na zona norte da capital, a região que neste trabalho será percebida como a raiz da cidade. Vale destacar que Novinho e Maria Lúcia denunciam o colonialismo presente nos escritos sobre a história da cidade de Teresina. Vejamos como algumas dessas histórias são contadas pela historiografia clássica.

Dito isto, destaco que a cidade de Teresina foi inaugurada em 1852. No entanto, a Vila do Poti, que atualmente configura-se o bairro Poti Velho, localizado na zona norte de Teresina, foi fundada pelo decreto de 06 de julho de 1832 (Dias, 2008). Ou seja, 20 anos antes da elevação de Teresina à categoria de capital.

Monsenhor Chaves (2013) ensina que a seis quilômetros do centro de Teresina situa-se o povoado Poti Velho. O pesquisador narra que até o século XVII toda a região era ocupada pelos índios potis que são descritos na obra *Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brazil* de Manuel Aires de Casal (1817, p. 291), como “os selvagens que mais deram de fazer, liderados por um índio doméstico que fugira de uma aldeia de Pernambuco, e os aticava a uma teimosa resistência [...]”.

De tal modo, no final do século XVIII, “em 1760 já havia um aglomerado de fogos, ou seja, casas habitadas por pescadores, canoeiros e plantadores de fumo e mandioca” (Teresina, 2022). Assim, aos poucos “brancos vão se estabelecendo, aqui e ali, com suas fazendas de gado e vaqueiros” (Chaves, 2013, p. 161).

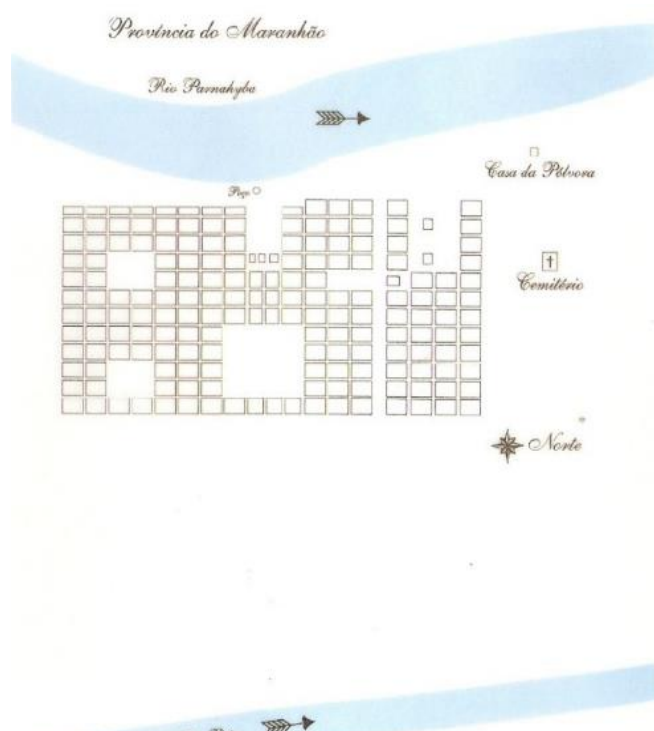
Na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino foi possível localizar um requerimento assinado por moradores do Arraial da Barra do Rio Poty. Documento enviado ao Rei Dom José em junho de 1761. Neste documento há a descrição do arraial como “um terreno saudável, aprazível, abundante em frutas” que dispunha de admirável fertilidade e vantajosa situação devido às margens do Rio navegável, mas que, não dispunha de ofícios espirituais e de justiça e há uma solicitação para a demarcação dos terrenos necessários para a construção da Igreja Matriz dedicada à Nossa Senhora do Amparo, de um pelourinho, da cadeia e da casa de câmara (AHU-PI, cx. 7, doc. 7).

Conforme Monsenhor Chaves (2013), em 1797, inicia-se a edificação de uma capela para Nossa Senhora do Amparo. A povoação ampliou-se rapidamente e o motivo elencado foi a localização, pois a região cruzava o caminho da estrada que levaria tanto para Oeiras, que se configurava como a capital da capitania e depois província, como para Parnaíba, situada no litoral.

A partir de 1807 os moradores da região, denominados potienses, iniciaram o processo solicitando a elevação da região à Vila (Chaves, 2013). Em 1815, Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos, então governador do Piauí, envia ofício a Dom Fernando José de Portugal e Castro, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, sobre a elevação da região à categoria de Vila (AHU-PI, cx. 23, doc. 38).

No ano de 1822, por meio de um ofício enviado à Junta de Governo há insistência no pedido e descrição do lugar como saudável, abundante em peixes e frutas, com proporção para ser, talvez, a melhor povoação da Província, devido a sua localização às margens do rio Parnaíba fazendo a barra do rio Poti, e, persistem que havia necessidades a partir do campo espiritual e das justiças as quais se fazia forçoso recorrer à São Gonçalo, localizada à 25 léguas ou a Oeiras, 40 léguas. E, cinco anos mais tarde, a freguesia é denominada Barra do Poti, desmembrando-se das freguesias de Campo Maior, Valença e São Gonçalo do Amarante (Chaves, 2013).

Figura 9 - Miniatura do Plano de Teresina, 1852



Fonte: Teresina (2022)

Desta feita é importante rememorar que a região que atualmente está situada Teresina foi inicialmente chamada de Vila Nova do Poti, no período considerado entre 25 de dezembro de 1850 a 1852, tendo sido a sua primeira construção a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, e assim, as ruas de Teresina foram traçadas equiparando-se a um tabuleiro de xadrez (Figura 9) e as primeiras casas começaram a ser edificadas para abrigar os funcionários do governo com a transferência da capital de Oeiras para a região (Nunes, 2005; Pantaleão; 2016). Teresina, então, reproduz a lógica colonial da fundação das primeiras cidades, pois, no Brasil, a construção de uma capela ou igreja

representa o pilar para o nascimento de uma cidade.

Para nos ajudar a pensar Teresina como uma cidade inventada, considero as discussões da historiadora piauiense Cecília Nunes.

Ora, Teresina é uma cidade inventada, construída entre os rios Parnaíba e Poti e foi planejada para ser a nova capital do Piauí, no momento em que os políticos e capitalistas da região envolvidos pela euforia do progresso acreditam que o Piauí se tornaria uma província progressista e o seu povo muito bem-sucedido, pois alimentavam o sonho de que o local era favorável à comunicação e ao transporte, alavancas propulsoras para a modernidade da região (Nunes, 2005, p. 235).

Diante do exposto é importante materializar que no início do século XVIII, o Piauí foi elevado à categoria da Capitania. No entanto, não possuía autonomia administrativa estando, dessa forma, subalterno à jurisdição do Maranhão. Fernando Antônio de Noronha, governador e capitão-general das capitanias do Maranhão e do Piauí, sugeriu ao rei a mudança da Capital do Piauí:

[...] para a margem do rio Parnaíba, mostrando que Oeiras estava situada no interior da Província, em **sertão seco e estéril, impróprio para a agricultura** e que pouco produzia, além da difícil comunicação com as demais cidades da Província, criando sérias dificuldades administrativas, além de prejudicar o intercâmbio comercial entre elas, não podendo, assim, permanecer por mais tempo, como sede da Capital (Dias, 2008, p. 264) (Grifo meu).

A partir deste trecho infere-se que o local almejado para sediar a nova capital deveria apresentar características opostas à Oeiras que era adjetivada como seca, estéril, imprópria para a agricultura e de difícil acesso o que dificultava a relação com as demais cidades das províncias. Assim, o pesquisador Cid de Castro Dias (2008) nos diz que em 1728, João Maia da Gama, que ocupou o cargo de ex-governador e capitão-general do Maranhão, chegou à região da barra do Poti e registrou: “[...] deixando anotado em seu “diário” de viagem as melhores referências sobre as riquezas naturais do lugar, como a abundância de peixes, matas repletas de madeira de lei, com a fartura das vazantes e grandes plantios de cana” (Dias, 2008, p. 264).

Segundo o historiador Monsenhor Chaves (2013), Oeiras, a primeira capital do Piauí, não conseguiu agradar aos governadores e presidentes que por ela passaram, sendo entendida como uma capital incapaz de cumprir a sua missão, partindo daí a formulação da necessidade de mudança da Capital para um local que oferecesse as características consideradas necessárias. Por isso, em 1798, D. João de Amorim Pereira, Presidente da Província, propõe ao Ministro de Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que a mudança da capital fosse feita ou para a Vila da

Parnaíba²¹ ou para uma povoação promissora localizada na embocadura do Rio Poti com o Rio Parnaíba. Argumentando que a região era inapta para a produção dos provimentos considerados essenciais para alimentar a população “vindos de 10, 15, 20 ou mais léguas, transportados em lombos de cavalos [...], chegando, portanto, mais caros que em Portugal [...]. Isso não aconteceria se a Capital estivesse na margem do rio Parnaíba” (Dias, 2008, p. 265).

A Lei Provincial n.º 140, de 1/12/1842, após observar as sucessivas enchentes dos rios, autorizou que a capital da província fosse transferida para um local que oferecesse mais segurança, ou seja, 10 (dez) anos após a fundação da Vila do Poti. Todavia, houve períodos chuvosos menos intensos o que favoreceu para que a referida lei caísse no esquecimento e contribuísse para que o Conselheiro Saraiva atingisse os seus objetivos ao que diz respeito à transferência da capital, pois, naquele momento, poderia evidenciar para os potienses os proveitos que lhes chegaria caso a Vila do Poti fosse elevada à condição de metrópole, o que para acontecer, necessitaria da solidariedade da população que já estava na região antes da sua chegada. Assim, protegido pela lei, Saraiva demanda assistência aos potienses para a mudança da Capital para um local considerado como mais apropriado. De tal modo, “[...] Saraiva encontraria, na vila castigada, valerosos aliados e contornaria os empecilhos apresentados por seus antecessores, e ainda o indiferentismo, ou melhor, a oposição do Governo Central” (Nunes, 2007, p. 100).

Dentre os obstáculos apresentados no extrato do historiador Odilon Nunes estão: a ineqüilibrabilidade da mudança da Capital devido às dificuldades da criação de uma povoação e a prudência administrativa que aconselhava a evitar despesas. No entanto, como alternativa, Saraiva apresentava como solução que os próprios habitantes do Poti ajudassem no que tange às edificações de suas moradas no novo local e que custeassem a casa da municipalidade e outras mais, visando alugar para repartições públicas (Nunes, 2007, p. 99).

Para o Conselheiro Saraiva, desde que foi nomeado Governador da Província do Piauí pelo Imperador D. Pedro II, em 23 de julho de 1850, a questão da mudança da Capital o assolava e elencou como uma das prioridades estudar com profundidade os relatórios e documentos que analisavam a mudança da capital, e assim, escreve ao Ministro do Império, informando-o que seguiria para a Vila do Poti para conhecer a cidade e verificar se o local era adequado para vir a ser a sede da província, pois o mesmo estava ciente de que a região “[...] desde muito vinha sendo castigada pelas enchentes de seus rios” (Nunes, 2007, p. 9; Dias, 2008).

²¹ Situada próxima ao litoral. “Menciona que a Vila de Parnaíba poderia sediar a Capital, pois estava mais adiantada que Oeiras em número de casas e prédios, com comércio direto com Lisboa, vendendo os gêneros que produzia” (Dias, 2008, p. 265).

É importante mencionar que José Antônio Saraiva nasceu na província da Bahia, tornou-se Bacharel em Direito, tido como uma das pessoas mais importantes durante o Segundo Império, exerceu diversos cargos como: Ministro do Estado, Juiz Municipal, Procurador Fiscal, Deputado, Senador e Presidente de várias províncias. Foi o principal articulador da transferência da capital do Piauí que estava situada em Oeiras para Teresina, durante o período que desempenhou a responsabilidade de presidente da província. Trago à baila que os presidentes das províncias eram pessoas indicadas pelo imperador e de sua extrema confiança (Gandara, 2011; Sousa, 2009).

Monsenhor Chaves (2013, p. 25) por sua vez, revela que Saraiva - ao chegar à Vila do Poti - não achou o local propício para edificação da cidade e a descreve como “sujeita a febres endêmicas, sempre arruinada pelas enchentes daquele rio, não podia aquela vila florescer, e que seus habitantes desejavam com ansiedade edificá-la em qualquer outro lugar que pudesse convir a seus interesses”.

Transcorridos nove anos desde as iniciativas para a transferência da Vila do Poti, tais ações não foram bem-sucedidas em sua execução. Desta feita,

Saraiva, então, sela um pacto de cavalheiro com os potienses: se eles construíssem suas casas na nova Vila, ele se encarregaria de fazer a mudança da Capital [...]. Na certeza de que Saraiva transferiria brevemente a Capital da Província, os potienses deram início ao desmatamento da espessa vegetação que cobria o local da chapada, onde havia apenas três casas remanescentes da antiga fazenda de gado [Conhecida como Chapada do Corisco] (Dias, 2008, p. 266-267).

Em 18 de novembro de 1850, Conselheiro Saraiva, chega à região que viria a ser Teresina, deparando-se com a população local liderada pelo Padre Mamede Antônio de Lima, que ocupava a função de pároco da freguesia. No momento da sua chegada a população já havia feito a escolha quanto ao local para a sede da Capital que seria à margem do rio Parnaíba, seis quilômetros acima da foz do rio Poti. A população é retratada como engajada em relação à transferência da Vila do Poti para um local que atendessem aos almejos dos políticos e capitalistas da época: “um lugar mais salubre, alto e livre de inundações” (Dias, 2008, p. 266). E, o próprio inicia as subscrições populares para a construção da futura igreja matriz (Dias, 2008; Chaves, 2013).

É importante registrar que Saraiva ao longo do processo de transferência da capital defrontou-se com um grupo de oeirenses que se manifestaram contra a transferência da capital para Vila Nova do Poti. Entretanto, Conselheiro Saraiva apresentava os argumentos que subsidiaram a mudança, dentre eles: a salubridade, a possibilidade de competir com o comércio de Caxias-

MA e a proximidade com a cidade de Parnaíba-PI, o que facilitaria as relações políticas e comerciais com a corte e consegue apoio da maioria dos deputados da época, objetivando a concretização da transferência da capital (Chaves, 2013).

Para dar continuidade à edificação da cidade, Saraiva designou para tal função João Isidoro da Silva França²², português de nascimento e mestre-de-obras. João Isidoro já havia trabalhado na Igreja Matriz de Valença. Desta feita, devido à aproximação do período chuvoso, Saraiva autorizou o Mestre João Isidoro a interromper temporariamente as obras da ladeira do Castelo e iniciar a elevação da igreja Matriz na Vila do Poti (que deveria ter capacidade para abrigar de oitocentas a mil pessoas), bem como o transporte das ferramentas e dos obreiros. Então, no dia 6 de dezembro, João Isidoro chega à região com trinta e seis pessoas, e logo inicia o levantamento de galpões para abrigá-las, bem como as ferramentas. Vale destacar que o Mestre edificou a própria moradia e várias outras edificações rústicas e cobertas de palhas (Chaves, 2013).

Em Assembleia, é concedida autorização para transferência da Capital para a Vila Nova do Poti, que deveria receber o nome de Teresina, em homenagem a Teresa Cristina, imperatriz do Brasil. A resolução autoriza também a construção de obras consideradas essenciais para a cidade, como: cadeia pública, cemitério, quartel etc. (Dias, 2008). E, dois anos depois, a capela estava construída e houve celebração da missa proferida pelo Padre Mamede, e outras obras são pensadas por Saraiva, dessa vez os incumbidos são: José Mendes Vieira e Júlio César Andreini para a obra do Hospital da Caridade e estrada que ligaria a igreja matriz a povoação do Poti (Nunes, 2007). No dia 16 de agosto, Saraiva emite circular endereçada a todos os dirigentes das províncias, transmitindo a informação referente à transferência da capital e anunciando a sua nova morada (Gandara, 2011).

Odilon Nunes (2007) registra que o Conselheiro Saraiva se atenta para a necessidade de vigilância quanto as pessoas que tomariam posse dos terrenos na Vila Nova do Poti e aproveita o ensejo do convite da Câmara do Poti para efetivar a mudança para a Vila Nova, orientando que seja escrito o **código de posturas municipais** que norteasse as futuras edificações de forma que atendessem as conformidades urbanísticas e em relação à salubridade. O referido documento procura melhorar as condições das ruas que ficavam próximas à igreja Matriz, pois é onde localizam-se as boas edificações. Contudo, revela que havia muitas cabanas à beira do rio. Evidencio que: “A Câmara Municipal já havia designado, para acomodação da **pobreza** que não pudesse fazer

²² Menciono que o Mestre de obras João Isidoro da Silva França é descrito pelo pesquisador Odilon Nunes como homem vaidoso e com ambição de distinção. Diz ainda que ele pedira a naturalização de cidadão brasileiro e mercê do Hábito da Ordem de Cristo (Nunes, 2007).

casas conforme as exigências legais, lugares às margens do rio e em torno da cidade” (Nunes, 2007, p.124) (Grifo meu).

Diante do exposto, entendo que as ruas de Teresina são rigorosamente traçadas e demarcadas, bem como as residências construídas circunvizinhas à igreja Matriz que foram pensadas para receber os funcionários do governo que estavam em processo de transferência da antiga capital para a nova capital, mas e os potienses? Quais os motivos que fizeram o povo do Poti permanecer na região conhecida como Vila do Poti?

Para a historiadora Cecília Nunes (2005) não havia sentimento de pertença para os moradores da Vila do Poti quanto à nova Capital, pois:

Nesse sentido, existia neles um sentimento de pertencimento àquele lugar [Vila do Poti], fruto de sua luta diária e de seu **amor**, como resultado de toda uma vivência que ao longo do tempo estabeleceu e criou laços afetivos entre sujeitos, cujos antepassados e suas expressões são o legado cultural da Vila do Poti (Nunes, 2005, p.237) (Grifo meu).

Isto posto, Teresina, na forma do tabuleiro de xadrez não guardava memória, não falava do cotidiano dos potienses que desfrutavam da vida ligada à terra, às vazantes, à prática da agricultura, ao rio, aos peixes, aos rebanhos e a criação de animais. As ruas rigorosamente delimitadas não combinavam com a lógica sinuosa do rio e tudo o que ele oferece, ou seja: a história do Poti se faz através dos seus moradores e é vista nas ruas dos bairros através dos ceramistas, pescadores, brincantes de Bumba Meu Boi, ex-vaqueiros, rezadeiras, pessoas que representam a salvaguarda de memórias e histórias da cidade de Teresina.

Assim, penso que temos duas “Teresinas”, uma cartesiana, com suas ruas perpendiculares tal como um tabuleiro de xadrez e outra sinuosa considerando a cartografia natural dada pelos rios e lagoas; uma Teresina rígida, inspirada no progresso e outra maleável, que se molda a partir das cheias dos rios, uma para os funcionários públicos provinciais e outra para a “pobreza”. Seguindo esta lógica, a construção da cidade de Teresina, tendo como elemento central a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, acarreta uma imagem de cidade atípica para as pessoas que já viviam ali - os potienses.

Logo, a história de Teresina, não começa com a chegada de Saraiva, o local era habitado por comunidades originárias que elegeram a região margeada pelos rios e lagoas para viver, produzir os seus alimentos e sobreviver, ou seja, a urbanização de Teresina acontece de forma a não considerar os habitantes originários e a zona norte da capital. Por isso, o que é considerado cidade é apenas o que cabe no “tabuleiro de xadrez de Saraiva” e aqueles/as que não tivessem condições

para construir suas casas aos moldes impostos, tinham autorização para construir ao redor dos rios e das lagoas, lugares tidos como insalubres. Logo, entendo e reafirmo que o centro de Teresina estava reservado para os funcionários públicos provinciais pertencentes às classes privilegiadas, enquanto a zona norte abrigava a “pobreza”.

Segundo Gercinair Silvério Gandara (2011), para os oeirenses a transferência da capital foi um golpe terrível, embasado pelo fracasso, abandono e esquecimento que era explicado pela sua localização geográfica, culminando no isolamento e no esquecimento, enquanto Teresina simbolizava as águas da esperança.

Neste raciocínio cito Raquel Rolnik (1994, p. 8), a autora diz que a cidade é: “fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra criativa que desafia a natureza”. Estruturando-me a partir da lógica sobre cidade apresentada pela autora, entendo que a Teresina cartesiana e perpendicular é fruto da imaginação de Saraiva, que nasce com ares modernos e promissores ao que se refere ao desenvolvimento do capitalismo, sendo articulada por muitos homens: Padre Mamede, os potienses, João Isidoro França e todas as pessoas que integravam a sua comitiva; e, diferindo da lógica expressada por Raquel Rolnik, a cidade de Teresina, embora modifique a natureza, não tem a intenção de desafiá-la, mas o intento de beneficiar-se do que a natureza proporciona, especificamente, o elemento de maior destaque é a alternativa fluvial.

A propósito, a autora associa a cidade a um imã, por se tratar de um local que sugere aglomeração, e, nos explica as características de uma cidade antiga e uma cidade contemporânea. Para a autora as cidades antigas são fechadas e possuem muralhas a fim de proteger-se dos inimigos, já a cidade contemporânea possui os seguintes atributos: fluxo de pessoas e mercadorias e velocidade de circulação, bem como ausência de barreiras. De tal modo, associo tais elementos às duas cidades em discussão neste texto, Oeiras, devido a sua localização de difícil acesso, representaria a cidade antiga. Já Teresina, através de seus rios, representaria o fluxo da cidade contemporânea.

Friso que o Rio Parnaíba e o que ele representava – caminho líquido – são elementos que fundamentaram a transferência da Capital, pois a partir desta, nasceria um novo tempo de modernidade, encurtamento de distâncias e ampliação das comunicações, pois até então, a província vivia um isolamento devido às condições geográficas de sua antiga Capital, Oeiras. Mas, a modernidade, como vale lembrar, é para os colonizadores.

Segundo o pensamento do sociólogo português, Boaventura de Sousa Santos (2007), a sociedade moderna ocidental foi estruturada em dois eixos: “regulação-emancipação”, constitutiva do “Norte”, e “apropriação-violência”, constitutiva do “Sul”, duas regiões distintas, conexas, mas separadas por um pensamento abissal. Por pensamento abissal, Santos (2007) designa o pensamento moderno ocidental, que produziu distinções entre o “Norte” e o “Sul²³”, dando visibilidade ao primeiro lado da linha abissal e tornando invisíveis as suas relações com o outro lado (o “Sul”).

O monopólio da distinção universal entre “verdadeiro e falso” pela ciência moderna, e do que é “legal” ou “ilegal” pelo direito do Estado moderno e o direito internacional, do lado “Norte”, eliminam as realidades do “Sul”. Assim, os moradores da Comunidade Boa Esperança estão do lado “sul”, pois seus pensamentos foram invisibilizados pelos pretensos “nortistas”, representantes “legais” da “verdade” e da “modernidade”, detentores do poder local e expropriadores dos demais segmentos sociais.

Isto posto, é importante mencionar novamente “Seu” Valdir que vive na Comunidade, trabalhou na olaria, fabricou os tijolos que ergueram sua casa com o auxílio de um afilhado e dos seus quatorze filhos e filhas e percebe que não há uma alternativa além de resistir. Perder a casa, a qual ele mesmo fabricou os tijolos e construiu, é uma opção que não será aprovada pela família. Para o Seu Valdir a sua história é intrínseca à sua casa, pois a história da sua família está naquelas paredes, nos tijolos, e assim, manifesta-se:

A prefeitura diz que vão fazer essa Lagoa do Norte pra nós moradores, mas eu digo para eles que está errado, não será feito para nós. Se a gente for pra Santa Maria, que pobre tem condições de vir pra essa Lagoa do Norte andar e passear? Como vamos pagar um transporte para vir pra cá com a nossa família? Eu disse ao secretário, em uma audiência passada, que se fosse pra nós eles deixavam a gente aqui. Falei que eles tavam fazendo pra turista ver (Vasconcelos, 2019).

Seu Valdir revela-se de modo cético quanto aos planos da prefeitura de criar a “Lagoa do Norte” realmente para as pessoas que lá vivem, para ele será um projeto para atrair turistas, e assim, Seu Valdir segue ativo participando das audiências e apresentando as suas preocupações e questionamentos, ou seja, os/as moradores/as seguem envolvidos/as nos processos de tomadas de decisão e fazendo-se ser ouvidos/as.

²³ O autor inclui no *Sul*, áreas geográficas e processos sociais situados/ocorrentes no hemisfério geográfico Norte, a exemplo da Palestina, Iraque, México, Guantânamo (Cuba), além de guetos, prisões, novas formas de escravidão, transplante de órgãos, trabalho infantil, prostituição, entre outros, ocorrentes também no hemisfério geográfico Norte.

Além disso, exponho ainda mais uma declaração de Maria Lúcia, proferida em setembro de 2016 durante o Grito dos Excluídos e das Excluídas²⁴:

Esse prefeito [Firmino Filho²⁵] quer tirar todo mundo de lá, mas só que nós não vamos deixar! Porque a nossa força e a nossa raça não permite! Porque ali está a descendência indígena e a descendência negra daqui de Teresina! A nossa raiz é ali! Nós somos filhos de Nanã, o primeiro orixá, o barro que construiu essa cidade! O barro da Zona Norte, a mão oleira da Zona Norte construiu a cidade de Teresina [...]. Quem é mais antigo aqui sabe! Se você passar de avião em cima dessas casas mais antigas aqui do centro, você vai ver! Essas telhas foram construídas por aqueles oleiros! E sabe como é que essas telhas eram construídas? Na coxa! Os oleiros construíam na coxa! Bem aqui na Igreja São Benedito, aqueles tijolinhos que tem bem ali foram construídos pelos oleiros da zona norte, na mão! De quem será aquela mão que passou naquele tijolo? Então, a gente está aqui para denunciar! E aonde a gente for a gente vai denunciar sim, porque nós temos raízes e temos coragem, por que foi assim que nós aprendemos: lutando! (Oliveira, 2016 *apud* Coelho, 2016).

Neste trecho percebemos uma forte resistência à ação do prefeito, na época, Firmino Filho, que buscava remover as pessoas que viviam na região das Lagoas do Norte. A motivação para resistir é fundamentada na força da identidade racial da comunidade local - que se afirma detentora das descendências indígena e negra de Teresina. Maria Lúcia vincula a importância da localidade à ancestralidade, referindo-se à região como a raiz da cidade e associando-a a divindade Nanã, o primeiro orixá, e ao barro que foi utilizado para a construção da cidade. Pontuo que Nanã Buruquê é a mais velha entre os orixás femininos, sendo as suas atribuições relacionadas às águas paradas, aos pântanos e a terra úmida. No âmbito divino ela é considerada a senhora da sabedoria, da vida e da morte e os seus domínios estão intrinsecamente relacionados ao barro, à mistura de água e terra que deu origem a toda a vida.

A fala destaca a contribuição histórica da Zona Norte na formação de Teresina mencionando a tradição oleira que moldou as antigas casas, inclusive as telhas que foram modeladas diretamente nas coxas dos/por oleiros e oleiras. Ela conecta a construção da Igreja São Benedito (um dos templos religiosos mais antigos de Teresina) à mão habilidosa dos oleiros, o que ressalta o caráter artesanal do templo. Somado a isso, a luta como algo intrínseco da vida na Comunidade, pois a coragem e a resistência são características fundamentais das pessoas que vivem na região.

²⁴ O grito dos excluídos e das excluídas configura-se como um conjunto de manifestações populares que ocorrem no Brasil desde 1995 e acontecem na semana da pátria, culminando no dia 7 de setembro e tem como objetivo principal promover visibilidade às pessoas que integram as chamadas minorias sociais e as suas especificidades.

²⁵ Firmino da Silveira Soares Filho (1963-2021) foi um destacado professor universitário, economista e político piauiense, com expressiva atuação no PSDB. Ele exerceu o cargo de prefeito da cidade de Teresina por dois períodos distintos, de 1997 a 2004 e de 2013 a 2020, estabelecendo-se como o recordista no número de mandatos no cargo.

E, o ato de denunciar, evidenciado durante o discurso, é anunciado como uma ação contínua e é uma aprendizagem adquirida por meio da luta através do tempo.

Portanto, os moradores e moradoras da Comunidade Boa Esperança e descendentes de homens e mulheres que contribuíram para a história da cidade ao longo do tempo e desempenham/desempenharam um papel vital em sua formação resistem coletivamente ao avanço do PLN e em cada ação há um vozear que enuncia: “A GENTE FAZ PARTE DA HISTÓRIA DE TERESINA, A GENTE NÃO QUERIA SER EXCLUÍDO COMO A GENTE É”, como disse Jorge Marreiros, morador da comunidade, em entrevista à TV Antares, em março de 2023 (TV Antares Piauí, 2023).

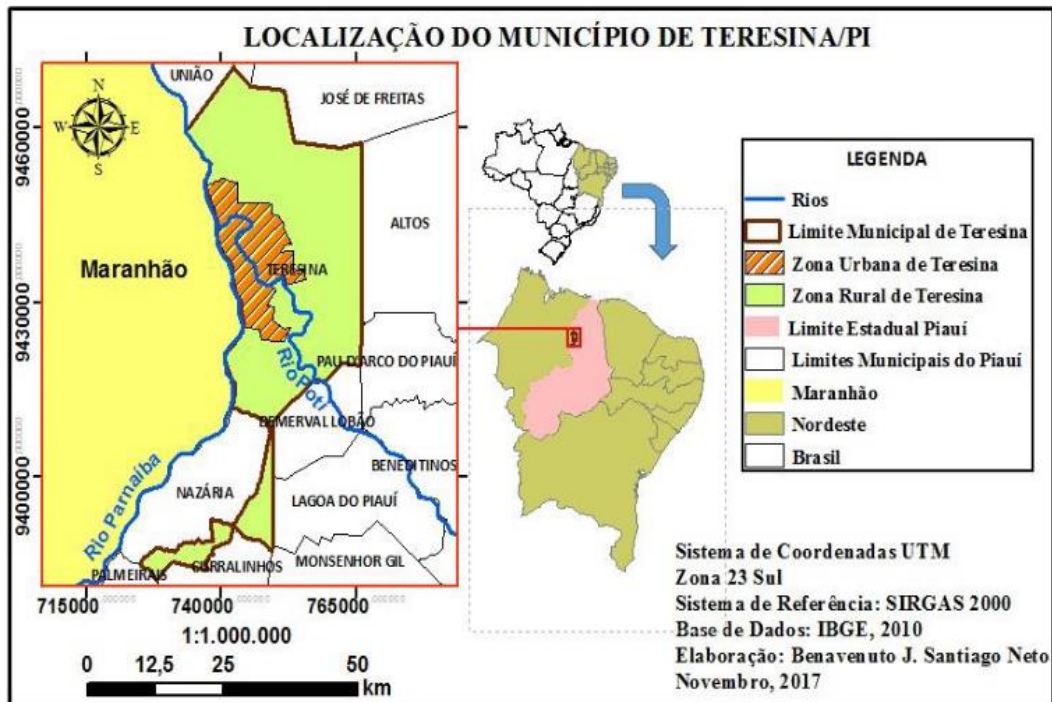
2.3 OUTRAS MARCAS E OUTROS SINAIS: O Programa Lagoas do Norte (PLN) e as estratégias de resistência

O Programa Lagoas do Norte (PLN) é um programa urbanístico proposto pela Prefeitura de Teresina que prevê investimentos na área da habitação, drenagem urbana, saneamento básico e infraestrutura viária, impactando 13 (treze) dos 25 (vinte e cinco) bairros da Zona Norte de Teresina (Figura 10). No entanto, algumas famílias que vivem na região não serão beneficiadas pelo programa, pois este projeto para ser executado, na segunda etapa, necessita desapropriar mais de 2.000 (duas mil) famílias que residem na região (Teresina, 2014a).

O programa movimenta a soma de 100 milhões de reais em investimentos. Desta soma, 70 milhões são provenientes do Banco Mundial (BM) e 30 milhões da própria prefeitura de Teresina e do Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Teresina, 2014a). Para a segunda fase do programa, serão investidos 396.880.723,00 reais, dos quais 50,1% serão provenientes do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outros 49%, oriundos da PMT e do Governo Federal (Teresina, 2014b). E ainda, 33,24% dos recursos totais do Programa são destinados para implementação das remoções dessas famílias (Teresina, 2007; Teresina, 2014b).

Os treze bairros impactados pelo PLN configuram um grande centro turístico da cidade, a saber: São Francisco, Mocambinho, Poti Velho, Olarias, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, São Joaquim, Nova Brasília, Aeroporto, Parque Alvorada, Matadouro e Acarape (MPF, 2018). Bairros que compreendem o Polo Cerâmico Artesanal, espaço que comercializa produtos cuja matéria prima é a argila da região e artigos confeccionados pelos moradores e moradoras. Também está

Figura 10 - Mapa da Localização de Teresina



Fonte: Chaves, Tavares e Andrade (2014).

como alternativa gastronômica (Figura 11). No entanto, o projeto impacta as famílias ribeirinhas que forçadas a um realojamento, tem os seus laços comunitários, as tradições e as memórias da região ameaçadas.

No artigo *Lagoas do Norte: apagamento do espaço do convívio e do brincar*, o autor Diego Noletto, apresenta a fala de Raimundo Pereira da Silva Filho, Novinho, o qual narra que

Figura 11 - Mapa da Zona Norte de Teresina com Destaque Para Região da Boa Esperança



Fonte: MPF (2018)

localizado na região o Parque Ambiental Encontro dos Rios – encontro dos rios Parnaíba e Poti, local onde se comercializa *souvenirs* para os/as turistas e se apresenta

o Programa Lagoas do Norte se torna lesivo por avançar sem ouvir as pessoas que vivem na comunidade e sem apresentar um estudo a fim de preservar o que fora construído pela comunidade na comunidade.

O autor também apresenta os dizeres de Lucas Coelho Pereira que é cientista social e antropólogo, sua fala acrescenta que na região as relações são muito profundas e se vinculam há mais de 50 (cinquenta) anos. Para ele, o reassentamento não considera os elementos socioculturais e contribui para a perda dos elementos culturais e cita o exemplo do Bumba Meu Boi que depende da vida na comunidade e dos seus brincantes (Noletto, 2021).

A matéria traz ainda a fala de Jorgenei Moraes que, no momento da entrevista (março de 2021), ocupava o cargo de coordenador do PLN. Para Jorgenei o programa se preocupa e zela pelas pessoas do lugar e que a reestruturação dele traz diversos benefícios aos moradores, dentre eles: ampliação das áreas de lazer, um calendário anual que envolve eventos culturais, de saúde e esportivos. Além do fato do parque possuir guarita de segurança, equipamento para realização de atividade física e palco, palco este em que é possível avistar as crianças e suas pipas, adultos e idosos conversando e ressalta que “não existe a questão da higienização ou que as pessoas estão sendo tiradas à força”. No entanto, fica o questionamento: se não há a questão da higienização, se há apenas zelo e preocupação com as pessoas que vivem no lugar por que estas pessoas estão se articulando coletivamente a fim de resguardar o direito à cidade, os laços comunitários, seus saberes e práticas?

Faz-se mister destacar que a historiadora Raquel Rolnik se manifestou no mês de novembro de 2019 sobre o PLN. Em artigo publicado em parceria com o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, afirmando que o Programa não considera a natureza do lugar e as pessoas que nele habitam e defendem que os antepassados dos moradores da região a ocupam desde antes da implantação da capital em 1852.

Para Sousa e Rolnik (2019), diversas comunidades tradicionais e ribeirinhas, praticantes de Bumba Meu Boi e povos de terreiro estão fadados a desaparecer. Outro ponto a se destacar é que o artigo denuncia que o Programa foi contratado pelo poder público e elaborado por um escritório europeu, e que a população, que de fato vive na região, teve pouca oportunidade para participar no que se refere às propostas do PLN. Ou seja, estamos diante de um Programa que afirma zelar pelas pessoas, melhorar a qualidade de vida e sustentabilidade ambiental, mas o que se percebe, a partir da leitura do material citado, é que as pessoas mais impactadas pelo PLN têm lutado para garantir os seus direitos, dentre eles que suas vozes sejam ouvidas.

É importante mencionar que a Constituição Federal em seus artigos 215 e 216 trata, dentre outras questões, da valorização e difusão das manifestações culturais, bem como: as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, entendendo que todos os elementos citados e outros mais, constituem o patrimônio cultural brasileiro e bens de natureza material e imaterial (Brasil, 1988).

Assim, entendo que a ameaça de remoção dessas famílias representa um não respeito a diversidade cultural que há em Teresina e golpeia os diferentes modos de viver na cidade, pois não considera as histórias, memórias e laços comunitários das pessoas que vivem na região, pois é na região da “Esperança” que as pessoas vivenciam suas histórias, memórias, práticas, crenças, convivências, lidam com a terra e com as águas.

Neste contexto é importante inserir as contribuições de Beatriz Nascimento (2018), historiadora e uma das pioneiras acerca dos estudos sobre quilombo. Ela ensina que numerosas foram as configurações de resistência do povo negro para manter sua história. Nos conta que o conceito original de quilombo é originário dos africanos bantos e que ele vem sendo modificado ao longo da História do Brasil. Segundo a autora, estamos diante de uma história repleta de incoerências. No entanto, a estudiosa, não desanima o leitor e enfatiza que foram as incoerências que fizeram com que o quilombo fosse enxergado como uma das páginas mais belas da nossa história recente, em suas palavras: “O quilombo é memória, é história, é o *ser*, assim nós o entendemos na década de 70. Era o nosso lema para a recuperação de nossa identidade, de nossa ancestralidade, de *ser* no mundo adverso” (Nascimento, 2018, p. 348).

Para a estudiosa, o quilombo é um lugar de memória e história; um espaço para a recuperação da identidade e da ancestralidade e representa a resistência do povo negro para manter sua história. A partir desses ensinamentos questiono: quais seriam as estratégias de luta e resistência de uma comunidade auto reconhecida quilombola em Teresina, capital do Piauí, no século XXI?

Como estratégia inicial de luta das pessoas que vivem na Comunidade Boa Esperança destaco a criação do Centro de Defesa Ferreira de Sousa. O centro foi criado em 2008, ao tempo que a Prefeitura Municipal de Teresina, anunciou a necessidade de remover 3.500 (três mil e quinhentas) famílias da zona norte de Teresina para a implementação do PLN e leva o nome de um dos primeiros moradores da Avenida Boa Esperança. O Centro de Defesa é formado por famílias atingidas pelo PLN e dentre os seus objetivos estão: o direito à moradia; identificar, preservar as memórias e histórias dos moradores da comunidade e segue reivindicando o reconhecimento da comunidade Boa Esperança enquanto remanescente quilombola (Rodrigues Neto; Lima, 2017; Museu da Boa Esperança, 2022).

Dentre as ações realizadas pelo CDFS está o encontro com a urbanista, ex-relatora da ONU (Organização das Nações Unidas) e coordenadora do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade da USP, Raquel Rolnik (Figuras 12 e 13) – o encontro ocorreu em novembro de 2019, em São Paulo. O momento incluía como pauta a entrega de um dossiê contendo denúncias acerca de violação dos Direitos Humanos durante

Figura 12 - Representantes do CDFS e Raquel Rolnik



Fonte: Ocorre diário (2019)

o processo de implantação do PLN, que deveria ser dirigido à relatoria especial para o direito à moradia adequada da ONU no ano de 2019, na pessoa de Leilani Farha. Os objetivos desse órgão consistem em relatar a situação sobre o direito à moradia no mundo, bem como garantir melhores condições de moradia (Ocorre Diário, 2019).

Figura 13 - Representantes do CDFS e Raquel Rolnik



Fonte: Ocorre diário (2019)

O dossiê entregue a Raquel Rolnik materializa a ação de esperar e o desejo da comunidade em ter suas vozes ouvidas pela ex-relatora da ONU. O documento apresenta o entendimento dos representantes do CDFS acerca do PLN, o qual em um primeiro momento é apresentado como a concretização de todas as necessidades da comunidade, por exemplo: acesso a água potável e esgoto, esco-

las, lazer, segurança e iluminação pública, mas que logo a comunidade percebe que para a concretização do PLN em sua primeira e segunda etapa 3.500 (três mil e quinhentas) famílias seriam despejadas.

Assim, os representantes do CDFS reconhecem que há algumas famílias que vivem próximo às margens das lagoas e solicitam que estes moradores e estas moradores não sejam punidos com a remoção, pois compreendem que estas pessoas não vivem tão à margem por desejo, mas por necessidade e solicitam que estas pessoas participem das decisões sobre suas vidas e que sejam escutadas (Centro de Defesa Ferreira de Sousa, 2019).

Uma outra ferramenta de luta da Comunidade Boa Esperança é o Museu Virtual da Boa Esperança. Enfatizo que no dia 5 de junho de 2021 foi inaugurado o **Museu Virtual da Boa Esperança**²⁶, através do *youtube*®²⁷ e do *Facebook*®²⁸, um museu virtual que se acrescenta ao **museu vivo, físico e itinerante**²⁹ que existe no local, pois nele é possível encontrar fotografias, notícias, produções acadêmicas, histórias de vida e memórias coletivas dos vazanteiros, rezadeiras, benzedeiras, oleiros, pescadores, bordadeiras. A elaboração do Museu pela comunidade contou com o financiamento da *Fundação Perseu Abramo*, via edital de chamada pública (Lagoas do Norte, Pra Quem, 2021).

O Museu foi elaborado pela comunidade que juntou esforços e contribuições coletivas para alocar, além dos elementos já citados, materialidade de memórias e histórias, como por exemplo: instrumentos de trabalho comumente usados na olaria e nas vazantes, telhas, tijolos e bicicleta que representam a cultura e a arte de uma região tradicional e ancestral de Teresina (Comunidade Boa Esperança Lança Museu Virtual, 2021).

Segundo Andrade e Rocha (2019), Maria Lúcia Oliveira, presidente do Centro de Defesa Ferreira de Sousa chamou a atenção para a preservação das memórias da comunidade e iniciou um processo de arrecadação de objetos que trazem consigo pedaços das suas histórias, dentre eles: fotografias, rádios, bicicleta, pilão, canoa, gamela e não apenas elementos físicos, mas as lembranças que antes estavam guardadas apenas na memória dos moradores da região e perpetuados através da oralidade, e que agora estão eternizados e podem ser visualizados por todas as pessoas.

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DickkRXZ20o>. Acesso em: 04 dez. 2022.

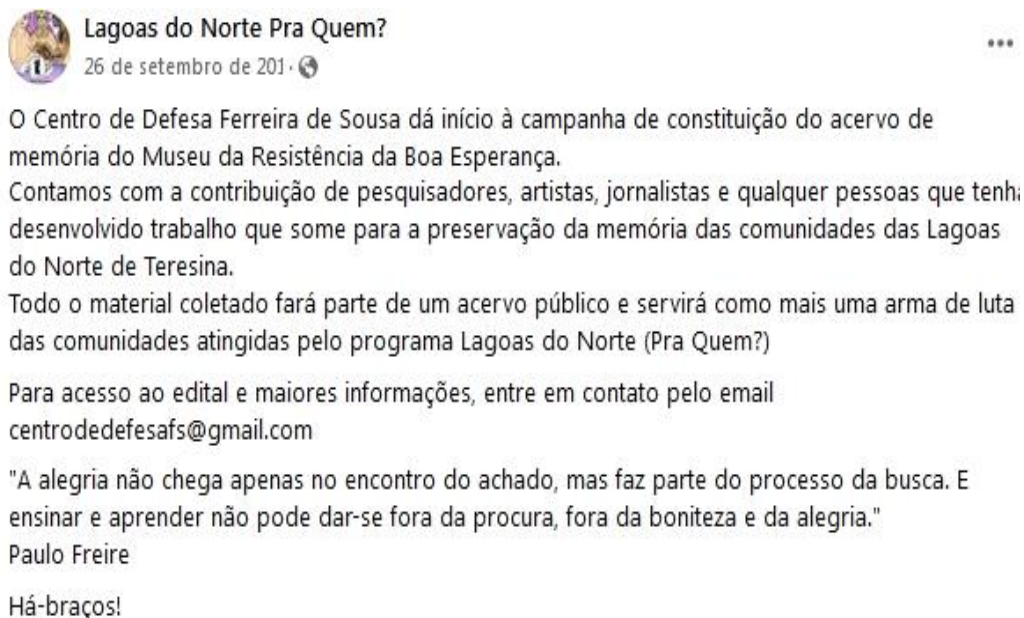
²⁷ O *youtube* é uma plataforma digital de vídeos. Através dela os usuários são capazes de assistir, criar e compartilhar vídeos.

²⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/8397071627553075>. Acesso em 28 maio 2022.

²⁹ Baibai, um dos representantes do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, explica que o museu tem o objetivo de se movimentar na cidade, ocupando as universidades e escolas de nível médio e fundamental (TV Antares Piauí, 2023).

Acrescento que no dia 26 de setembro de 2019 o Centro de Defesa Ferreira de Sousa iniciou uma campanha com o propósito de reunir elementos para integrar o acervo de memória da comunidade Boa Esperança. É importante destacar que, inicialmente, (conforme Figura 14), o museu foi denominado de Museu da Resistência da Boa Esperança.

Figura 14 - Reprodução da página do Facebook Lagoas do Norte Pra Quem?



Fonte: Lagoas do Norte Pra Quem? (2019)

Nesse contexto, o CDFS lançou uma convocação pública por meio da página do *Facebook*³⁰ utilizando texto e imagem, com o intuito de alcançar uma audiência diversificada inclu-

³⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/8397071627553075>. Acesso em: 28 maio 2022.

indo artistas, pesquisadores e jornalistas. A imagem mencionada (figura 14) na descrição apresenta, em primeiro plano, a inscrição em branco “Acervo de Memória” e abaixo “Museu da Esperança”. No segundo plano, é possível observar um varal com diversos prendedores de roupas, alguns de plástico colorido, e outros produzidos a partir da madeira, que, na foto, seguram folhas de papel brancas com palavras de ordem como, “história” e “ouvir”. Duas palavras, devido ao movimento das folhas de papel no momento em que a foto foi tirada podem ser inferidas como “lembança” e “descoberta”, já as demais não podem ser identificadas. Outrossim, posso confirmar que no terceiro plano há plantas e arbustos e ainda um muro de tijolos sem revestimento, fazendo referência aos quintais da Comunidade.

Assim, a intenção da convocação é envolver tanto as pessoas que vivem na comunidade quanto aquelas que contribuíram para a compreensão dela nas mais diversas esferas, incluindo a acadêmica. Tudo isso visa contribuir para a preservação da memória da comunidade, colaborando com o acervo público e coletivo. Esse acervo desempenha um papel crucial que é utilizado como uma ferramenta adicional à luta da comunidade afetada pelo PLN.

Acrescento que estes elementos também simbolizam e registram a forma de trabalho da região e sua contribuição para a cidade, seja através dos tijolos e telhas que contribuíram para a construção da cidade, seja através da bicicleta – o meio de transporte que era utilizado para atravessar a cidade – levando no jacá³¹ alimentos produzidos na região para serem comercializados e alimentar os habitantes da cidade (Museu da Boa Esperança, 2022).

É importante mencionar que a plataforma é mais um dos instrumentos de luta e busca por visibilidade dos povos tradicionais e ribeirinhos de Teresina e é administrada pelo Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Expondo de outra forma: o museu tem por escopo o fortalecimento da ancestralidade e da cultura coletiva das famílias ameaçadas de desapropriação pelo PLN. Através do museu a comunidade deseja perpetuar a vida e o cotidiano da região como forma de opor-se ao apagamento e até a destruição de seus espaços de pertencimento (Comunidade Boa Esperança Lança Museu Virtual, 2021).

Assim, conforme a figura 15, o museu virtual está dividido em várias seções, entre elas: *Início*, *Quem Somos*, *Notícias e Contato*. A seção *Quem Somos* foi estrategicamente concebida para reforçar o site como ferramenta de resistência dos povos e comunidades tradicionais que vivem na região das Lagoas do Norte.

³¹ Entendo por jacá um cesto produzido a partir de folhas de palmeiras usado para guardar ou transportar alimentos e objetos.

Figura 15 - Reprodução do Museu da Boa Esperança



Fonte: Museu Da Boa Esperança (2022)

Afora o exposto, na seção *Acervo* (Figura 15) há materiais sobre a comunidade que foram produzidos pela comunidade. Esta aba está dividida em outras seis seções: *ensaios e exposições* (contém fotos de manifestações culturais como Bumba Meu Boi e cerimônias religiosas, a exemplo da Casa de Santo do Pai Joceilson), *audiovisual* (exibe seis³² vídeos com produções que variam entre 15 a 65 minutos de duração e dentre as temáticas principais estão as vivências na comunidade e suas memórias, a religiosidade e a relação com os rios), *a vida em vídeo* (apresenta vídeos do cotidiano dos moradores e moradoras gravados pela comunidade. A utilização de vídeos como meio de expressão visa documentar as estratégias de resistência daqueles que insurgem contra os desafios diários), *história de vida* (esta seção visa eternizar momentos do cotidiano por meio de vídeos-conversas em que os/as protagonistas são os/as moradores/as mais antigos/as da comunidade, pois a comunidade tem consciência de que as histórias representam um patrimônio inestimável e que a verdadeira riqueza da comunidade são os/as seus/suas moradores/as), *coisas que falam* (sublinha a história contida nas coisas; nos objetos que têm profunda ligação com o cotidiano e as histórias de vida das pessoas; que representam experiências individuais e coletivas. Além disso, destaca-se a ênfase na vida das pessoas comuns que encontra na materialidade dos seus pertences a expressão genuína dos seus esforços, saberes e emoções) e a seção *Documentos e Produções Acadêmicas* (compreende documentos e produções acadêmicas que versam sobre a comunidade e o PLN).

No entanto, chamo especial atenção para as abas *A vida em vídeo*, que proporciona o acesso a registros da cultura, modo de vida e tradições da/na região. A aba possui 11 (onze) depoimentos que exploram o cotidiano na cidade contado pelos/as próprios/as moradores/as. São relatos que englobam o tempo presente em uma ação constante de proporcionar visibilidade, cor e vida e acolher memórias a um grupo que sofre tentativas recorrentes de apagamentos, ausência e exclusão. Registrar o momento presente juntamente com as suas demandas e reivindicações é uma maneira de manter viva a esperança.

É crucial destacar que o museu segue em constante desenvolvimento e a seção *Contato* foi criada a fim de incentivar a colaboração contínua, convidando mais pessoas a contribuírem com materiais, memórias e histórias ao museu (Fundação Perseu Abramo, 2021).

Logo, cada uma dessas seções visa preservar e representar aspectos fundamentais da vida na comunidade. Além disso, o museu se configura com um espaço dinâmico e participativo que

³² Saliento que os dados para a composição desta pesquisa foram coletados e analisados em setembro de 2022.

reflete a riqueza cultural da coletividade e as estratégias de luta e resistência da Comunidade Boa Esperança.

Vale destacar que os museus tradicionais têm sua origem a partir da lógica da colonialidade e preservam elementos do colonizador, ou seja: os museus configuram-se como espaços de conservação, mas também podem configurar espaços conservadores, refletindo a lógica das elites, a narrativa colonial e os interesses da perpetuação de uma história hegemônica (Cocotte, 2019).

Corroborando com a discussão, cito o Professor Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha em seu texto intitulado *Museu Brasileiros e a Construção de Imagens sobre o Negro*, na sociedade brasileira e nas exposições, é comum que, ao mencionar a pessoa negra o foco recaia sobre o negro sofredor e passivo ou sobre o negro como um elemento indispensável para o enriquecimento da Metrópole. Ausentam-se, nesse cenário, os processos de resistência, a formação dos quilombos e as insurreições. Além de encobrirem a presença dos alfaiates, quitandeiras, ferreiros, amas-de-leite, músicos, compositores e tantos outros ofícios que foram desempenhados (Cunha, 2015).

No contexto discutido, os museus virtuais desempenham um papel significativo para a decolonização desses espaços e para a subversão do pensamento museológico, rompendo com as estruturas que moldam as narrativas tradicionais expostas nos museus que promovem uma progressiva ausência das vivências dos indígenas e quilombolas que são colocados à margem da sociedade brasileira.

Sobre o princípio da ausência, é válido citar Grada Kilomba (2020, p.6), renomada escritora e teórica interdisciplinar, que diz “algo que existe é tornado ausente [...], e por isso, deixa de ter uma existência real”. Assim, tal princípio, para a autora, configura-se como o fundamento para o racismo uma vez que a produção dos/das intelectuais negros/as, bem como dos/das pesquisadores/as e pensadores/as é frequentemente omitida, perpetuando um pensamento branco e eurocentrado como universal.

Para tanto, trago o conceito de museu virtual de Descallées e Mairesse (2013):

Uma coleção de objetos digitalizados, articulada logicamente e composta por diversos suportes que, por sua conectividade e seu caráter multiacessível, permite transcender os modos tradicionais de comunicação e de interação com o visitante [...]; ele não dispõe de um lugar ou espaço real, e seus objetos assim como as informações associadas, podem ser difundidos aos quatro cantos do mundo (Descallées; Mairesse, 2013, p. 65).

Assim, vale mencionar a fala de Marcelo Mattos Araújo, presidente do Ibram/MinC no discurso de abertura do 7º Fórum Nacional de Museus, realizado em 30 de maio de 2017 – Centro de Convenções da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Nossos museus são territórios de afetos, espaços de conexão, locais de construção de memórias. Temos objetivos únicos: incomodar, debater, refletir, propor, incorporar, questionar, provocar, dialogar e buscar contribuir para a construção das trilhas e caminhos que forem necessários para uma sociedade brasileira e mundial solidária e igualitária (Araújo, 2017 *apud* Pereira, 2018, p. 163).

Por conseguinte, o museu virtual, ao permitir que os próprios moradores e moradoras da comunidade escolham os elementos que comporão o acervo do museu, contem e registem as suas histórias e memórias, contribui para o pensar e materializar de uma História do Brasil que é plural e diversa, e que os povos e comunidades que se entendem como tradicionais possam viabilizar, através da rede mundial de computadores, as suas vivências afrodiaspóricas, e que por diversas vezes não compõem o acervo dos museus tradicionais.

Consequentemente, os museus virtuais, como é o caso do Museu Virtual da Boa Esperança, potencializam a dialogicidade entre o povo ou a comunidade que compõe o seu acervo, oferecendo um multiacesso e uma difusão dos seus conteúdos a todos os lugares e a todas as pessoas, fazendo elo com a ideia de museu difundida por Marcelo Mattos que os entende como um território de afetos, construção de histórias e memórias, buscando o diálogo como ponte para a construção de uma sociedade solidária e igualitária.

Assim, entendo os Museus, também, como espaços de disputas de memórias. A memória projetada pela Prefeitura Municipal de Teresina, através do Programa Lagoas do Norte (PLN), caracteriza a região atingida pelo Programa como: área sujeita a inundação com obstrução de caminhos naturais de drenagem, precárias condições de habitabilidade, insalubre, com poucas oportunidades de renda e pouco estímulo a atividades e manifestações culturais, esportivas e de lazer (Teresina, 2007). Enquanto o Museu Virtual da Boa Esperança expressa as memórias de lutas das pessoas da comunidade por seu direito ao seu território ancestral e à cidade, à cultura e à educação, ao trabalho e ao lazer, à moradia etc. Enfim, direito à memória e a concretização da cidadania.

Logo, a Comunidade Boa Esperança configura-se como o lar de diversas famílias ribeirinhas. Pessoas que nasceram às margens do rio Parnaíba e das lagoas, que vivenciam os seus laços comunitários e que compartilham o saber relacionado às formas de viver no território. Assim, a herança profissional e social é repassada através do relacionamento com a terra e com as águas

e expressa através da prática da olaria, da pesca, da troca de cuidado, seja entre as pessoas, seja entre as pessoas e o lugar expressado através da relação com a natureza. Dizendo de outra forma: a população tem resistido aos avanços do PLN não apenas pelo “pedaço de terra”, mas pelo direito de continuar existindo e vivenciando práticas intergeracionais.

Portanto, estou inserida em um lugar que possui significados, memórias, relações afetivas e culturais, mas que também é atravessado pela experiência do não-lugar (Marc Augé, 1994) através das imposições do PLN e das intervenções urbanísticas que desconsideram as singularidades locais, dentre elas as práticas de saúde. Assim, a pesquisa segue permeada de singularidade, um movimento de ir e vir circular entre tempos, espaços, escrevivência e (auto)etnografia.

3 ENTRE RAMOS E REZAS: A RELAÇÃO ENTRE ACESSO E USO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E O FORTALECIMENTO DAS REDES DE APOIO HORIZONTAL

Água ferve no fogão
pra preparar a infusão
vou colher erva no mato
pra benzer teu coração
(Bianca Furtado)³³

“Água ferve”, “infusão”, “erva no mato”, “benzer” palavras escritas na canção “A Curandeira” composta por Bianca Furtado tem estreita ligação com este capítulo porque ele (o capítulo) tem por objetivo discutir a relação entre o acesso e uso de serviços de saúde por moradores/as da Comunidade Boa Esperança e o surgimento/ampliação das redes de apoio horizontal ou redes de solidariedade formadas por curandeiros/as, parteiras, rezadores/eiras e a importância dos estabelecidos religiosos de matriz africana e quintais produtivos como locais para salvaguarda das plantas e ervas usadas nas práticas de saúde.

No primeiro tópico intitulado “**BOA ESPERANÇA:** acesso e uso de serviços de saúde e o fortalecimento das redes de apoio horizontal”, pretendo compreender a relação entre o (não)acesso e o fortalecimento das redes de apoio horizontal na Comunidade, como registrado em parágrafos anteriores, mas entendendo que o acesso à serviços de saúde, sejam públicos e/ou privados, exclui boa parte da população brasileira, contribuindo como um dos elementos para a permanência do ofício dos/das terapeutas populares no tempo presente. Já no segundo tópico, “**QUINTAIS:** brincando de pescar histórias e uma vida à beira da lagoa”, os quintais da comunidade são apresentados como locais de salvaguarda das plantas e ervas usadas nas práticas de saúde.

Lembro que em algum momento da minha infância, a minha mãe comentou com uma das nossas vizinhas que eu sentia dor de cabeça constante e recebeu a recomendação para visitarmos a Dona Maria dos Santos e pedir que ela rezasse em mim. No dia e horário previamente combinados entre a minha mãe e a Dona “Dos Santos” nós fomos à casa da senhora. Antes, minha mãe havia pedido para que eu tomasse banho e vestisse uma roupa de cor clara que ela havia escolhido antecipadamente para mim, e, pediu-me, ainda, para buscar um pacote de café, disse-me que eu deveria me comportar bem, pois nós iríamos a uma rezadeira.

Quando chegamos a casa da Dona “Dos Santos”, o portão já estava aberto, entramos até o jardim, batemos palmas, ela respondeu em tom alto, aparentemente do quintal, que estava a

³³ Conheça a música em: <https://www.biancafurtado.com/2018/06/musica-curandeira.html>.

caminho, enquanto ela dirigia-se à porta para nos receber, observei muitas plantas em seu jardim, um terço grande na parede, imagens de santos e santas e fotografias de várias pessoas. Quando ela chegou à entrada da casa, a minha mãe falou baixinho no meu ouvido para que eu entregasse a ela a sacolinha com o pacote de café. E ela perguntou de pronto se eu era a menina com sol na cabeça. Nesse dia Dona Maria dos Santos rezou na minha cabeça com um tecido, água e uma garrafa de vidro. Ela pronunciava palavras quase inaudíveis e falava algumas coisas para a minha mãe que eu tentava em vão decifrar. Ao final, ela orientou-me a voltar mais duas vezes, dessas outras vezes eu fui sozinha. Nessas vezes ao rezar em mim, Dona dos Santos usou tecido, tesoura, ramos. Lembro bem do cheiro acentuado do ramo de arruda e do pião-roxo. Ela pedia para que eu pronunciasse algumas palavras, que eu rezasse o Pai-Nosso com ela... Lembro de Dona “Dos Santos” como uma senhora muito religiosa, com a casa sempre arrumada, cheirosa e disponível para receber as pessoas que a procuravam.

3.1 BOA ESPERANÇA: Acesso e uso de serviços de saúde e o fortalecimento das redes de apoio horizontal

Meus pais e eu viemos para Teresina e passamos a morar no bairro Nova Brasília³⁴ em junho de 1994, quando eu tinha sete anos, e assim, desde este período a minha história de vida vem se misturando à história da região, ouvindo os mais velhos e as mais velhas, através dos ritos ligados à igreja, dos laços comunitários e dos saberes e práticas. Ouvindo mulheres como Dona Maria, uma das moradoras mais antigas da região, compreende-se que houve um momento da nossa história em que o acesso a médicos, hospitais, ambulância era praticamente inexistente, como descreve Dona Maria (2023):

Eu fazia o acompanhamento com os médicos na maternidade, na hora de ter o menino, eu não ia para o médico. A mamãe era quem pegava os meus fi. A mamãe que pegou tudim. Ela só não pegou o Antônio, que foi o primeiro, mas quem pegou o Antônio, o mais velho, foi a avó da Maria Barata que mora ali (referindo-se à rua Anísio Pereira). Agora a R*, o C*, o C*, a M*, a M* e a Francisca quem pegou foi a mamãe [...] e quando foi a última que ela pegou ela disse: “Agora você não vai ter filho mais não.

³⁴ Segundo os pesquisadores Juan Paul Macedo Duarte e Raimundo Jucier Souza de Assis (2018), a ocupação do Bairro Nova Brasília iniciou por volta da década de 1950. Em um primeiro momento o lugar era usado apenas como um caminho/atalho para facilitar o trânsito dos/as moradores/as da região do Poti Velho até a região central da cidade de Teresina. Com a expansão urbana a região começou a ser usada como pasto para animais e logo os moradores mais antigos, dentre eles, o Senhor Anísio Pires, perceberam que a região era rica em argila, o que facilitaria a produção de tijolos e telhas, principalmente no período da estiagem e assim houve o estabelecimento das primeiras olarias na região, com auge de funcionamento no período compreendido entre 1970-1985.

Essa daí é a derradeira”. [...] E foi a última mesmo porque ela morreu e se eu tivesse tido outro, como era que eu ia fazer? (Dona Maria, 2023).

Dona Maria menciona a presença de hospitais e maternidades na cidade de Teresina, destacando-os como alternativa para o cuidado da saúde materna. Embora tenha conseguido realizar o acompanhamento gestacional nesses locais, revela que, “[...] na hora de ter o menino, eu não ia para o médico”. No primeiro parto e nos subsequentes, contou com o apoio da avó da Maria Barata e, mais tarde, recebeu a assistência de sua própria mãe. Ao se autoquestionar, ao final de seu relato, sobre como lidaria se tivesse tido mais filhos, Dona Maria ressalta a importância de sua mãe e antecipa as dificuldades que teria enfrentado, sugerindo o papel crucial desempenhado por sua mãe durante os partos.

Entretanto, para compreender os hospitais citados pela moradora, destaco o artigo intitulado *Pionerismo em Saúde: Uma Contribuição à Memória da Maternidade São Vicente em Teresina – Piauí*. Neste texto, os autores e as autoras chamam a atenção para o fato de que somente sob a administração do médico e educador Leônidas de Castro Melo, então governador do Piauí, o Hospital Getúlio Vargas (HGV) foi estabelecido, em julho de 1937. Primeiramente, havia um contrato entre o Palácio Episcopal e o governo que permitia à congregação administrar o hospital com a ativa participação das freiras que assumiram os cuidados da enfermagem, atividades oficiais relacionadas a vestuário, atendimento hospitalar e verificação de medicamentos e equipamentos.

Contudo, o referido hospital não oferecia às mulheres uma ala específica para a obstetrícia e não havia um pavilhão dedicado à maternidade. Desta feita, na década de 1950 o diretor do HGV, Dr. Ursulino Veloso de Souza Martins, pleiteou junto ao governador em exercício, Pedro de Almendra Freitas, a construção de uma maternidade que foi inaugurada em fevereiro de 1954 e recebeu o nome de Maternidade São Vicente, situada onde atualmente (2024) funciona o Ambulatório Lineu Araújo. Os autores e as autoras ainda informam que a Maternidade São Vicente de Paula foi planejada para ser um dos mais modernos centros de atendimentos à saúde da mulher e da criança do nordeste brasileiro e é considerada a obra de maior importância ao que se refere a saúde pública do Piauí nos últimos cinquenta anos (Sousa *et al.*, 2022).

Assim, entendo que apenas uma parcela das mulheres teresinenses usufruiu da estrutura hospitalar desenvolvida na região central da cidade, pois havia também mulheres com dificuldades para comparecer à maternidade e contavam com a responsabilidade pelo cuidado e assistência durante o nascimento dos filhos e filhas, de umas com as outras, na condição de vizinha, mãe, comadre, ou seja, a parturiente tinha à disposição uma rede de apoio horizontal integrada por

mulheres da comunidade. Dona Maria contou com o apoio da avó da Maria Barata (uma vizinha) no primeiro parto e da própria mãe (“a mamãe”) nos demais. Contudo, muitas outras mulheres contaram com a Dona Maria da Conceição, figura 16, que pelo feito recebeu a alcunha de Mãe Preta e embora não tenha tido filhos/filhas tornou-se mãe na comunidade através da lida com as demais mulheres e crianças.

Quando eu tive a Francisca [filha mais nova] já tinha o hospital do Buenos Aires e já dava pra chamar a ambulanzinha, mas era muito difícil. (Olha os passarinho trazendo as sementes pra nascer mais plantas aqui). Então, eu fazia assim: eu ia para o médico fazer o acompanhamento da gestação, mas na hora de ter o bebê era em casa com a minha mãe porque era muito difícil pra chegar lá [ao hospital ou maternidade], mas já tinha a maternidade Evangelina Rosa, o Lineu Araújo, ali na praça perto do banco [região do centro da cidade] também tinha um posto que a gente ia (Dona Maria, 2023).

Francisca é a filha mais nova da Dona Maria, que no momento da entrevista contava com 45 anos, ou seja, ela nasceu em 1978. Ela, Dona Maria, realizava o acompanhamento gestacional na maternidade, pois comumente o percurso da sua casa à maternidade era feito a pé ou na garupa da bicicleta do marido, mas no momento do parto, circunstância delicada para a parturiente, e devido às dificuldades para caminhar, às dores do parto e a limitação em relação ao transporte público coletivo e acesso aos hospitais que, em sua maioria, estavam localizados na região central da cidade, as mulheres da comunidade contavam com o apoio das vizinhas e da própria mãe.

Volto às memórias. Além de parteira, Dona Maria da Conceição, morava em uma casa com muitas plantas. Com a sua sabedoria, não apenas auxiliava

Figura 16 - Mãe Preta e eu na calçada



Fonte: Ferreira (2014)

nos nascimentos, mas também aconselhava e recomendava chás reconfortantes para quem estivesse passando por alguma agonia. Antes de alcançar a idade para a aposentadoria, ela e o marido mantinham uma banquinha de ervas e temperos no Mercado Central São José, popularmente conhecido como “Mercado Velho”. Este mercado é o mais antigo centro comercial e está localizado na região central da cidade.

Na imagem anterior estão representadas Dona Maria da Conceição e eu. Eu, posicionada à esquerda, estou sorrindo e usando óculos de sol. Além disso, estou envolvendo com o braço esquerdo Dona Conceição, que está à direita da imagem. Nela é possível identificar que Dona Conceição era uma mulher negra e idosa, com cabelo curto e os fios grisalhos. Em seu rosto, as marcas de expressão revelam os sinais da idade e experiência. Ela veste uma camisa com gola redonda e um colar, que possivelmente representa algum santo ou santa de sua devoção. Penso que sua expressão sugere sabedoria e reflexão o que contrasta com o meu sorriso ainda jovem e alegre.

Destaco que essa foto foi tirada na porta da minha casa, por isso o fundo da imagem é composto por azulejos. O registro foi feito em 2014, menos de um ano antes do falecimento da Dona Conceição. Logo, este momento capturado pela câmera do celular revela a nossa intimidade, destacando o afeto e a história compartilhada entre nós - duas mulheres. Assim como, serve como um testemunho duradouro do vínculo e da herança emocional entre gerações.

Sublinho que na nossa comunidade, a prática da reza não era exclusividade das mulheres; os homens também participavam ativamente. Seu Péta ou Pai Peta, Seu Pedro Rezador, Pai Zé Padeiro e Seu Raimundo Gordura são nomes de alguns homens que desempenharam o ofício de rezadores, fortalecendo a rede de solidariedade na região. Seu Raimundo, homem alto, negro, que trabalhava na limpeza pública em Teresina, era reconhecido como um rezador afamado. Logo na entrada da sua casa, um modesto banquinho de madeira aguardava por todas as pessoas que buscavam atendimento, desempenhando um papel essencial na construção de um espaço acolhedor para quem o procurava.

Lembro que às vezes havia muitas pessoas na fila, dentre elas: crianças, idosos e idosas, vizinhos e vizinhas, pessoas que moravam em bairros distantes ou próximos. Seu Raimundo era célebre na região, principalmente por curar dor de dente, espinha de peixe e quebranto em criança

pequena. Ele sempre me pareceu um homem sério, andava rápido e segurava um chiqueirador³⁵. Recordo ainda que ele gostava de receber fumo, café e cigarros quando rezava.

Dona Maria Doró, uma das entrevistadas e, também, rezadeira, caracterizou o Seu Raimundo como um “rezadorzão bom” e informou que o Seu Raimundo rezava nela (elemento que trarei com mais detalhes no próximo capítulo) e que em um desses momentos ele “[...] disse pra mim que aprendeu [a rezar] com a vó dele, que foi a herança que a avó dele deixou pra ele” (Dona Maria Doró, 2023).

Os saberes da reza pertencente a avó pode ser evidenciado no livro *Cartas para minha avó*, em que a autora Djamila Ribeiro (2021) registra lembranças da relação com a sua avó Antônio, que era uma rezadeira requisitada e conhecedora das ervas curativas, e dentre as recordações surgem alguns nomes atrelados ao ofício de rezar da avó, a saber: “cobreiro”, “aguada” e picada de inseto, são males retratadas no livro, as quais a avó da autora, por meio das rezas e ervas promove a melhora do sintoma. A autora compartilha o episódio no qual foi picada por uma abelha e logo a avó por meio de uma mistura de ervas proporciona o desinchar da picada e ela (a autora), na sua condição de criança, retoma as brincadeiras e os risos.

Dona Maria dos Santos, Dona Maria da Conceição, Seu Péta, Seu Pedro Rezador, Pai Zé Padeiro e Seu Raimundo Gordura já faleceram. No entanto, fazem parte das minhas memórias e das memórias dos demais moradores e moradoras da comunidade. São pessoas, as quais aprendi a ver com autoridade e respeito, pessoas que mantiveram os seus portões abertos e estavam sempre à disposição para atender aqueles que buscavam ajuda.

Mas, para além das lembranças de Djamila Ribeiro e das minhas vivências na comunidade, o que está registrado na historiografia sobre os chamados terapeutas populares? Bem, para a construção desse entendimento articulo com vários/as teóricos/as, dentre eles: Luiz Otávio Ferreira (2003), Carlos Alberto Miranda Cunha (2004), Tânia Pimenta (2003), Paula Monteiro (1985).

Segundo Luiz Otávio Ferreira (2003), o Brasil é formado por três tradições culturais de povos distintos: europeus, indígenas e africanos. Esta formação social também é a base para a medicina praticada no Brasil Colonial ou América Portuguesa, com destaque para a inexpressiva composição de profissionais com formação acadêmica, essa escassez de profissionais fez com que a medicina praticada nesse período ficasse nas mãos de rezadores/rezadeiras, curandeiros/as,

³⁵ Entendo por chiqueirador um tipo de chicote produzido de couro amarrado a um bastão de madeira comumente usado no nordeste brasileiro para domar animais. No entanto, na periferia em que vivo este objeto também apresenta a função de afugentar animais, como cachorros.

parteiras, raizeiro(a)s, sangradores e contribuiu para o prestígio social dos terapeutas populares pelas classes sociais mais simples, assim como pelas elites. Cunha (2004) apresenta duas justificativas para o desinteresse de médicos portugueses atuarem no Brasil: a primeira se dá pelos baixos salários e a segunda pelas precárias condições de vida na colônia.

Com a chegada da família real ao Brasil as práticas de curar foram legitimadas através de órgãos como a Fisicatura-mor, que autorizava ofícios como: médicos, cirurgiões, boticário, sangrador, parteira e curandeiro. O curandeiro, neste contexto, tinha autorização para curar doenças leves e/ou utilizando medicamentos produzidos a partir de plantas medicinais nativas. Vale mencionar que os/as terapeutas populares buscavam oficializar sua profissão quando próximo a uma fiscalização, por conta de alguma denúncia ou quando o/a profissional atuava nos centros urbanos e desejava se sobressair em relação aos demais atuantes, com o objetivo de usufruir do status de oficializado/a (Pimenta, 2003).

Laura de Mello e Souza (1986), historiadora, ressalta que na América Portuguesa era comum e relevante a prática do benzimento em animais, visando melhorar a economia de subsistência da época. Dado que as perseguições a esse tipo de prática não foram tão rigorosas quanto as direcionadas aos chamados feiticeiros, isso contribuiu para a permanência desses ritos até os dias atuais. Logo, compreendo que tal ação passou por mudanças e adaptações sendo direcionadas não apenas para os animais, mas para as pessoas. Os/as praticantes do ofício receberam a designação de rezadores e rezadeiras ou benzedores e benzedadeiras.

Em 1828 houve o encerramento das atividades da Fisicatura-mor e é importante registrar que a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro teve participação na mudança do regimento (que dizia que as parteiras, boticários e sangradores só poderiam praticar seus ofícios através de uma carta de apresentação e aquele que não obtivesse tal carta estaria exercendo o ofício de forma ilegal) e na extinção do órgão, pois começaram a divulgar que a Fisicatura-mor se tratava de “um tribunal monstruoso, tão nocivo à ciência e aos interesses da humanidade” (Pimenta, 2003, p. 96). O novo regimento não mencionava o saber dos curandeiros e curandeiras, ou seja, o regimento tornou as práticas de cura relacionadas aos curandeiros não oficiais, porém, esta ação em lei não extinguiu a atuação dos/das terapeutas populares (Pimenta, 2003).

Em 1832, foi estabelecido pelo governo imperial o ensino médico no Brasil, com o objetivo de promover uma aculturação das práticas de medicina local e impulsionar o saber médico europeu. Assim, as justificativas para assumir o discurso médico ganham força entre os membros da elite (Ferreira, 2003). Dessa forma, as práticas de cura e benzeção foram adjetivadas como

arcaicas, charlatães e insuficientes pelos cientistas da época, enquanto as pessoas detentoras desse saber foram classificadas como bárbaras e/ou atrasadas (Chalhoub *et al.*, 2003).

Logo, entendo, que essa mudança não apenas representou uma transição na forma como a medicina era compreendida, mas também refletiu uma tentativa de assimilação das práticas médicas europeias como superiores e mais avançadas. Além disso, a elite buscava distanciar-se das práticas tradicionais de saúde, consideradas como retrógradas, em favor de uma abordagem mais alinhada aos padrões europeus da época.

Paula Monteiro (1985) comenta que com a promulgação do Código Criminal de 1890 houve uma perseguição aos terapeutas populares, com a justificativa de proteger a população de crenças ilusórias. Esse código estabeleceu o monopólio médico, reservando apenas aos considerados homens da ciência, ou seja, os médicos, o direito de realizar atos terapêuticos no Brasil Imperial. Compreendo que este movimento impactou significativamente a percepção social das práticas de cura tradicionais e na valorização do conhecimento médico ocidental.

Com base no exposto, informo que a autora acima chama a atenção para um aspecto interessante: a partir de 1920, período que inicia o movimento de urbanização e o avanço da industrialização do Brasil, os trabalhadores reivindicam cuidados gratuitos de saúde por parte do Estado. Neste contexto, percebe-se que a medicina praticada pelos médicos começa a ganhar espaço entre as classes populares, as quais, até então, representavam a “clientela natural” das terapias tradicionais, conforme nomeadas pela autora (Monteiro, 1985).

Importa mencionar que, no documentário “Lagoas do Norte pra quem?”, a entrevistada Maria Lúcia Oliveira Souza relata que ao chegar à região, ainda na década de 1970, não havia hospitais, médicos ou assistência para a população da região da Boa Esperança. Na ausência desses serviços, eram as mulheres detentoras do saber das ervas e da ancestralidade que desempenhavam esses papéis essenciais, realizando partos, ensinando banhos e preparando garrafadas. Ela também menciona a presença significativa de terreiros na região, destacando que os trabalhos eram conduzidos de maneira sutil, devido ao receio de repressão (Canal Comunicativas, 2017).

Este contexto histórico evidencia a importância da rede de apoio formada por curandeiros, barbeiros-sangradores e feiticeiros durante o Brasil oitocentista. Em face da carência de hospitais ou casas de saúde destinados aos escravizados, essa rede desempenhava um papel significativo no cuidado da saúde dessa população. Os curadores eram reconhecidos por suas habilidades em curar males que, muitas vezes, os médicos não conseguiam, valendo-se das plantas medicinais.

A análise proposta pela professora Tânia Pimenta (2018) revela que a rede de apoio operava de maneira horizontal, proporcionando cuidados eficazes e específicos para atender as necessidades da população em diáspora. Vale ressaltar que, nesse contexto, a responsabilidade econômica pelo tratamento de um/a escravizado/a recaía sobre os senhores, seja para custear o tratamento em uma Casa de Misericórdia ou para remunerar um profissional de saúde.

Adicionalmente, conforme aponta Nikelen Witter (2006), o adoecimento do/a escravizado/a muitas vezes suscitava uma reflexão por parte dos senhores sobre o investimento na cura. Estes poderiam questionar se os custos envolvidos compensariam. Nesse cenário, a alforria surgia como uma possível solução para os senhores que buscavam evitar gastos adicionais ao tratar das enfermidades dos escravizados sob sua responsabilidade.

Nesse contexto, a participação ativa de escravizados e libertos nas redes de apoio horizontal ou redes de solidariedade era uma prática comum, possibilitando que aqueles que pudessem oferecer ajuda também recebessem suporte em momentos de doença. Essa dinâmica demonstra a importância da solidariedade e do apoio mútuo dentro da comunidade escravizada, diante das limitações e desafios enfrentados.

Para evidenciar a efetividade das redes de apoio horizontal ou redes de solidariedade na Comunidade estudada, compartilho a narrativa relacionada ao ritual de parto, conforme descrito nas memórias da Maria Lúcia, moradora da região. Segundo ela, as mulheres da comunidade enfrentavam uma alta taxa de natalidade, devido à inexistência de anticoncepcionais. Mesmo quando esses medicamentos já existiam, as mulheres da comunidade não tinham acesso a eles. Diante dessa realidade, fortaleceram-se a prática da solidariedade, estendendo-se ao trabalho, à vazante, à roça e a todas às necessidades.

Assim, no sétimo mês da gravidez, começava um ritual coordenado pelas vizinhas e comadres, envolvendo o preparo antecipado da vazante, separação das galinhas (as galinhas eram separadas, pois durante todo o período do resguardo estas funcionam como a base da alimentação da parturiente), e outras providências essenciais. É bom assinalar que naquele tempo havia a Maternidade Dona Evangelina Rosa, mas a distância e a falta de transporte público coletivo tornavam difícil o acesso. Dessa forma, as mulheres guardavam um dinheiro para o táxi, se fosse necessário.

A avó de Maria Lúcia, uma parteira experiente, desempenhava um papel de extrema importância. Ela possuía a habilidade de ler a mão da mãe grávida para saber se a criança nasceria com o cordão umbilical enrolado ou não. Em caso negativo, a avó permanecia de prontidão até o parto. Quando os primeiros sinais do parto chegavam, o pai buscava a avó de bicicleta enquanto

as comadres já se reuniam na casa. Durante o ritual do parto, a avó preparava o caldo da caridade³⁶ com uma dose de cachaça para fornecer força para a parturiente, enquanto as comadres rezavam o Rosário de Nossa Senhora.

O anúncio do nascimento, bem como a informação de que tudo estava bem, era feito pelo pai através de um foguete. A partir daquele momento, as comadres assumiam responsabilidades rotativas, cuidando da mãe e da criança recém-nascida. Cuidados adicionais incluíam amarrar um pano na cabeça e a avó asseava o bebê; defumadores com alfazema nas fraldas ou passar ferro à brasa, tinham a função de evitar infecções na criança.

Assim, algumas vizinhas se encarregavam de tarefas específicas como acender o fogareiro, cuidar do feijão da vazante e debulhá-lo, limpar a casa, entre outras atividades. Essas relações solidárias e unidas marcaram profundamente Maria Lúcia, moldando a pessoa que ela é hoje. Registro ainda que Maria Lúcia compartilha a sabedoria de que designar a vizinha como comadre, ou seja, madrinha da criança, configurava uma estratégia eficaz. Essa prática visava assegurar que em caso de eventualidades com a parturiente, a madrinha, automaticamente assumiria a responsabilidade do cuidado com a criança (Templo Escola Cabocla Jurema, 2023). Logo, entendo que este papel que é atribuído à madrinha - de cuidadora alternativa - destaca a interdependência presente entre os/as membros/as da comunidade em que a confiança na rede de apoio horizontal se traduz em um cuidado mútuo e fundamental.

Para mais, em um contexto em que a falta de atendimento médico desafia a população, as redes de solidariedade e as rezas durante os rituais de parto, como o descrito acima, torna-se um recurso essencial para o tratamento de suas doenças. Embora estas práticas passassem por um processo de desabono, principalmente durante o final do século XIX e século XX, período que corresponde ao fortalecimento da medicina no Brasil, a busca pelos terapeutas populares permanece até os dias de hoje com estreita relação com a natureza, pois esta prática se utiliza de matéria-prima natural, como as plantas, para a produção de seus lambedores, garrafadas, banhos. E como é caracterizado o benzedor?

[...] O Benzedor em geral é uma pessoa da própria comunidade, e que recebeu os ensinamentos por meio de gerações, muitas vezes de forma oral, bem como mantém em segredo a oração que profere. Os rezadores são típicos das regiões distantes, onde os médicos são escassos e os remédios alopatas inacessíveis (Costa, 2009, p. 24).

³⁶ Entendo por caldo da caridade ou caldo de parida, a partir de uma conversa informal realizada no dia 20 de dezembro de 2023 com a Dona Francisca Macêdo, moradora da zona norte de Teresina, uma composição elaborada com farinha de mandioca, água, sal e cheiro-verde. Esse preparo tem como finalidade alimentar as pessoas envolvidas nos cuidados com a parturiente e o bebê especialmente a própria mulher que deu à luz durante o período do puerpério. Dona Francisca destaca que este preparado faz parte dos costumes do Piauí e do Maranhão.

Assim, em grande maioria, são mulheres, benzedeiras ou rezadeiras, que vivem e cuidam da saúde das pessoas da comunidade e seu ofício se dá por meio das rezas e das plantas (Silva, 2021).

Apesar das tentativas oficiais de exclusão das terapias naturais de saúde, estes saberes permanecem vivos, inclusive em ambientes urbanos como na Comunidade Boa Esperança, resistindo às legislações que os criminalizavam, à urbanização e agora resistindo às ameaças de desapropriações por meio do PLN. Mas quais seriam os motivos que contribuem para que a população insista nessas práticas de saúde?

Era difícil a gente andar nos médico porque não tinha médico e quando tinha médico a gente não tinha o dinheiro pra gente comprar [o remédio]. Era caro e ninguém tinha o dinheiro. Então, era assim, **a gente se cuidava era assim, com as plantas** (respiração profunda] (Dona Maria, 2023) (Grifo meu).

E através da fala de Dona Maria, emerge uma compreensão mais profunda sobre os motivos pelos quais os moradores e moradoras da comunidade se utilizavam/utilizam das plantas medicinais, galgando o alívio das adversidades. Dona Maria e seus filhos e filhas vivenciaram o seguinte dilema: “quando tinha médico a gente não tinha o dinheiro pra comprar o remédio” e diante desse impasse o que restava para a população carente eram as plantas medicinais de fácil acesso para tratar os sintomas e promover o bem-estar. Além das plantas medicinais a população sem amparo médico regular, contava com a contribuição dos rezadores e rezadeiras da região. Quando perguntada sobre a utilização do ofício como recurso terapêutico, Dona Maria respondeu:

Esses meninos meu, eu rezei muito nesses rezador daqui. A gente levava um fumo, um açúcar, um café, era assim que a gente levava pra eles [...] Eu levava e eles [os filhos] ficavam bom. Era quebrante, dor na barriga, diarreia... Eles rezavam e passavam chá do “ói do pé de goiaba”, chá de “ói de ata”... e aí ficava bom! Chá do coquim, essas coisas que eles ensinavam pra fazer [...] (Dona Maria, 2023).

Nesse contexto, torna-se incontestável que as plantas medicinais e os/as rezadores/as desempenham um papel fundamental como fontes de cuidado e cura. A população confrontada pela escassez de recursos e pela impossibilidade de adquirir medicamentos prescritos pelos médicos e pelas médicas, devido à falta de meios financeiros, recorre inicialmente a esses recursos terapêuticos acessíveis. Ao buscar os serviços dos/das terapeutas populares, a comunidade não apenas reconhece a importância vital desses/as cuidadores/as, mas expressa a sua gratidão por meio de ofertas como: café, fumo, pedaço de tecido, dentre outros, como gesto de apreço.

Essa dinâmica revela não somente a necessidade prática desses recursos terapêuticos, mas também a estreita relação de confiança e reciprocidade entre a comunidade e seus cuidadores e cuidadoras. Essa interação transcende a simples relação de serviços de saúde, transformando-se em uma relação de troca e colaboração mútua. Logo, a relevância desse ofício deve ser ressaltada não apenas como uma resposta prática às necessidades de saúde da população, mas como um pilar que fortalece a coesão social e auxilia na superação das adversidades enfrentadas pela comunidade.

É relevante salientar que o filho mais velho da D. Maria nasceu nos anos 1950, enquanto a filha mais nova veio ao mundo no final dos anos 1970. O período compreendido entre os anos 1950 e 1960 são registrados pela pesquisadora Antônia Jesuíta de Lima como período de grande investimento governamental, porém tais investimentos estavam relacionados à rede de abastecimento de água, energia elétrica, abertura de vias e pavimentação de ruas e centralizaram-se na zona sul da cidade (Lima, 2010).

Outrossim, conforme as pesquisas da Professora Antônia Jesuíta de Lima foi nesse momento que ocorreu o *boom* populacional na zona norte de Teresina, região que agrupa os bairros mais antigos da cidade. Esse fenômeno deve-se ao aumento do fluxo migratório do campo para a cidade, impulsionado pelos baixos preços da renda de terras ou aluguéis (Lima, 2010).

Para ilustrar esta dinâmica, a história da Dona Caiçara Castelo Branco é apresentada. Nascida em 1956, em um parto realizado na sala de casa por uma parteira que morava na mesma rua que a sua mãe, filha de uma lavadeira e pai desconhecido, ela sabe apenas que o pai era um caixeiro viajante oriundo de algum dos povos indígenas da região de Itaipava do Grajaú-MA. Devido ao ofício da mãe, sempre viveu próximo ao Rio. Na década de 70, em busca de oportunidades, ela foi para São Paulo, retornando após dez anos, na ocasião acompanhada do marido, também piauiense, e da filha mais velha que havia nascido em São Paulo.

Ao regressar para Teresina, Dona Caiçara passou a morar com a família na casa da sogra, na região da Vila Operária. A busca por uma casa própria ocorria durante a semana, quando a vizinha podia ficar com a filha mais velha, ou, quando não, apenas aos domingos, após as obrigações domésticas. Ela saía em busca de uma casa para comprar, às vezes contava com a companhia do esposo, mas na maioria das vezes, não.

Questionada sobre os motivos que a fizeram comprar uma casa na zona norte de Teresina, a menos de 500 metros do rio, Dona Caiçara respondeu que foi por questões financeiras. “O dinheiro não dava pra morar em outro bairro”. Com 120 mil cruzeiros (resultado de dez anos de trabalho de carteira assinada do marido em São Paulo) e mais dez mil cruzeiros providenciados

por um irmão mais velho do marido, D. Caiçara adquire em 1981 a casa própria mudando-se definitivamente três anos depois (Castelo Branco, 2023).

Pelo exposto, entendo que as pesquisas da Professora Antônia Jesuíta de Lima lançam luz sobre um momento crucial na história da zona norte de Teresina, delineando a influência do *boom* populacional nessa região. A narrativa envolvente da Dona Caiçara Castelo Branco revela não apenas a busca por moradia, mas também o papel central das condições econômicas na tomada de decisões, ilustrando assim a interconexão entre as experiências individuais e as transformações urbanas.

Assim, é importante mencionar que os bairros de Teresina atingidos pelo PLN são descritos no *Relatório de Avaliação Ambiental do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina* como uma região ocupada de forma desordenada e irregular o que contribui para riscos à saúde humana, e as pessoas que vivem na região são descritas como uma “população de baixa renda em condições precárias e insalubres, com habitações em risco permanente de inundação e sem provimento de serviços básicos de saneamento” (Teresina, 2007).

E segue informando ao/à leitor/a que as ações do Programa são centradas em três componentes: requalificação urbano-ambiental (obras que contemplam o saneamento básico, proteção de enchentes, reforço no abastecimento d’água etc.), desenvolvimento social, comunitário e econômico (fortalecimento das associações e grupos comunitários, melhorando o acesso das famílias elegíveis aos programas sociais oficiais, à educação infantil e ao atendimento básico de saúde) e gestão municipal e gerenciamento do programa (visa o gerenciamento do próprio programa - monitoria, avaliação e auditoria externa).

O documento foi publicado em 2007 e prevê melhorias para os moradores e moradoras da região em vários âmbitos. No entanto, na primeira etapa do Programa, compreendida entre 2007 a 2014 foram desapropriadas 513 (quinhentas e treze) famílias e ações compensatórias que possibilitem o acesso à UBS (Unidade Básica de Saúde) não foram apresentadas para as famílias que permaneceram na região. Pelo menos não para a moradora, Dona Helena, 73 anos que ao ser perguntada sobre o acesso a unidade básica de saúde, responde:

O postinho mais próximo é o que fica na Nova Brasília e pra chegar até lá eu vou caminhando até porque eu não tenho transporte. E, ultimamente, eu vou porque eu vou mesmo, mas não achando bom. Tudo é caro, né? Combustível, né? E aí eu vou caminhando, sentando, descansando.... Eu tenho uma cunhada que mora pra cá do mercado do São Joaquim eu passo lá, ela liga lá o ventilador a gente fica conversando até quando eu descanso um pouquinho e digo: “Maria, agora já dá pra mim caminhar mais um pouquinho” e é assim. E olha, eu acho que eu já aguentei muito, viu? Dia mais, dia menos....

Eu não sei se vou resistir muito. Seja feita a vontade de Deus! (Silêncio) (Dona Helena, 2023).

Usei um aplicativo para calcular a distância da casa da Dona Helena até a referida UBS (Unidade Básica de Saúde Dr. Evaldo Carvalho) e obtive como resultado 1,4 km, que ainda conforme o instrumento a distância pode ser percorrida em até 17 (dezessete) minutos caminhando. No entanto, é importante registrar, que a senhora em questão e no momento da entrevista contava com 73 anos de idade, e dentre outros problemas de saúde em investigação, havia diagnosticado problemas de pressão e gastrite, podendo certamente levar um tempo maior para fazer o percurso.

Quando Dona Helena tem algum problema de saúde durante o final de semana ou precisa de um atendimento de urgência e emergência, cabe a ela recorrer ao Hospital do Matadouro (Hospital Dr. Ozéas Sampaio), em suas palavras:

Às vezes eu vou para a urgência no Hospital do Matadouro e a moça mede [a pressão arterial] e ela tá 23. E todo mundo se admira porque eu vou sozinha e diz que **eu sou forte**. Mas a primeira coisa que eu faço é dizer: “Meu Deus, o Senhor vai na minha frente, me guia, me leva, me traz, sã e salva, em paz e em segurança” (Silêncio) (Dona Helena, 2003) (Grifo meu).

Através das informações cedidas por Dona Helena percebo que o acesso à UBS para consultas eletivas ou urgência trata-se de uma jornada para o seu corpo de 73 anos já cansado, que para receber atendimento médico necessita fazer o percurso caminhando. Ela não dispõe de transporte próprio e nem de transporte público coletivo e assim: “caminhando, sentando descansando...”, contando com o apoio e gentileza de uma cunhada que mora ao longo do percurso entre a sua casa e a UBS (para ligar o ventilador, oferecer uma conversa e certamente um copo com água e uma xícara de café), fatores estes considerados indispensáveis para que a moradora consiga finalizar o trajeto.

Aos finais de semana e durante uma crise de pressão, Dona Helena percorre 2,8 quilômetros para verificar a pressão arterial e ser medicada e ao finalizar o atendimento perfazer o caminho de volta para casa. Ela informa que as pessoas do hospital a admiram pelo fato dela, na sua condição de mulher idosa, estar sozinha e dizem que ela é forte. Sobre a força da mulher, quero citar a autora Djamila Ribeiro (2021).

Essa imagem da mulher negra forte é muito cruel. As pessoas se esquecem de que não somos naturalmente fortes. Precisamos ser porque o Estado é omissivo e violento. Restituir a humanidade também é assumir fragilidades e dores próprias da condição humana. Somos subalternizadas ou somos deusas. E pergunto: quando seremos humanas? (Ribeiro, 2021, p. 9-10)

Dona Helena, na sua posição de mulher idosa e de condição econômica desfavorecida, transita entre os extremos, ser esquecida ou ser reverenciada como uma figura divina, especialmente pelos atendentes hospitalares que a veem chegar sozinha à urgência hospitalar. Ao ser submetida ao atendimento médico especializado, confirma-se a alteração da pressão arterial, mas as suas preces e invocações à divindade a mantêm sustentada. As palavras de Dona Helena revelam uma fé inabalável, materializada nas orações dirigidas a Deus, como a poderosa invocação: “Senhor, vai na minha frente, me guia, me leva, me traz, sã e salva, em paz e em segurança”.

Diante do exposto, evoco Daniel Munduruku (2022), escritor e ativista indígena do povo Munduruku, que ressalta a importância da fé quando apenas o irreal, o imaterial, o “outro lado” se apresenta como possibilidade. Assim, a fé configura-se como uma fonte de apoio quando as opções tangíveis são limitadas, oferecendo conforto e esperança diante de situações difíceis.

O contraste entre o descaso estatal e a devoção pessoal destaca não apenas a resiliência da Dona Helena, mas também apontam para as complexidades que permeiam a experiência da população idosa e vulnerável que vive na Comunidade na busca por assistência médica. A fé, nesse contexto, emerge como um sustentáculo para uma idosa, exigindo que a população carente desenvolva força e fé cotidianamente para remediar a ausência do Estado.

Tal dinâmica revela a necessidade contínua de recursos espirituais e emocionais para os desafios vivenciados em uma comunidade em que a assistência médica, muitas vezes, apresenta-se como escassa. A fé, além de servir como fonte de apoio individual, ressalta a lacuna persistente nos serviços de saúde, indicando a urgência de intervenções e políticas públicas que considerem as vulnerabilidades nessas comunidades.

Outro fator relevante que merece atenção é a função desempenhada pelos terreiros ou estabelecimentos religiosos de matriz africana para as pessoas circunvizinhas que buscam melhora de algum sintoma, conforme instruções de Dona Maria (2023):

[...] Tinha um véi e uma véia também que morava aí na Rua Ômega ... Um avô do Francisco, o Chico Doido. Ele também era dono dessas coisas, de terreiro de macumba, ele e a mulher dele eram rezadores, foram morrendo, morrendo... e acabou e acho que não ensinaram nada não (Dona Maria, 2023).

Dona Maria compartilha as lembranças dos rezadores e rezadeiras mais antigos/as da região. Embora os nomes desses praticantes já não permaneçam na sua memória, suas ações e ensinamentos, sim. Eram homens e mulheres que moravam próximos a sua residência, e que diante de uma necessidade envolvendo os filhos e as filhas, o marido ou ela mesma, estavam

prontos para oferecer assistência, realizar rezas e, muitas vezes, recomendar algum chá como o único recurso disponível.

Dessa forma, Dona Maria (2023), que se declara católica, recorreu aos conhecimentos dos pais e mães de santo da região quando necessário. Ao falar sobre os terreiros que seguem em funcionamento, compartilha: “Lá, [no terreiro] ele [pai de santo] deve fazer reza porque **onde tem terecô, tem reza**”. Esse entrelaçamento de práticas religiosas evidencia a riqueza e a complexidade e recursos terapêuticos presentes na comunidade e no seu entorno.

Devido a esta complexidade, o Conselho Nacional de Saúde reconhece, por meio da Resolução Nº 715, de 20 de julho de 2023, os terreiros como equipamentos promotores da saúde e da cura complementares pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Esses espaços em que as mães e pais de santo estão à disposição para oferecer ajuda e, muitas vezes, funcionam como a porta de entrada para que os mais necessitados disponham do acesso à saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2023).

Através das memórias da entrevistada, que inicialmente revela a própria relação enquanto moradora com o terreiro, e no segundo segmento retrata as suas percepções sobre o espaço, entendendo que o estabelecimento religioso de matriz africana, representa, em muitas situações, o primeiro acesso à saúde. Um exemplo disso é observado no momento do nascimento dos dentes de um bebê.

Os primeiros dentes de uma criança costumam erupcionar por volta dos seis meses, e este período costuma desencadear vários sintomas, dentre eles: irritabilidade, falta de apetite, febre, choro constante, agravamento na qualidade do sono, dentre outros. Nesse contexto, as mães, costumeiramente, buscam soluções para o alívio da condição na criança.

Em minhas memórias, guardo um ensinamento que desejo compartilhar. Qual seja? Para obter melhora do mal-estar gerado pelo nascimento dos dentes em bebês, é habitual as mães recorrerem aos conhecimentos das plantas e ervas locais. No entanto, é necessário registrar que a planta indicada para a fase da dentição cresce próximo à margem do rio e das lagoas. Somente uma pessoa conhecedora da “ciência da planta” possui habilidade para preparar o chá corretamente, pois trata-se de uma “planta de ciência” que, quando utilizada de maneira inadequada ou em dosagem errada, pode não apenas surtir o efeito desejado, mas também pode causar desconforto adicional ao bebê.

Assim, entendo que a sabedoria local sobre essas práticas ressalta a importância do conhecimento específico transmitido por aqueles/as versado/as na “ciência das plantas”. Sendo essa

uma tradição que destaca a interseção entre os cuidados com a saúde e os recursos naturais disponíveis na comunidade.

Logo, compreendo, que na comunidade, os terreiros não funcionam apenas como espaços religiosos, mas desempenham um papel na promoção da saúde. Os pais, mães de santo e rezadores/eiras representam, muitas vezes, o primeiro acesso na busca pela saúde. Mas, outras vezes, como versa Dona Maria Doró (2023) ao afirmar que “os médicos são os primeiros que mandam os pacientes a procurar rezador, mas tudo escondido (fala sussurrando) ”.

Sobre a fala da Dona Doró retomo as minhas escrevivências enquanto mãe de uma criança diagnosticada com alergia alimentar múltipla³⁷. Neste caso, a criança em questão, apresentava reação alérgica quando em contato com leite, carne, ovo e soja, ou seja, toda proteína animal e soja. Em consulta prévia, eu já havia sido alertada pela gastropediatra que o acompanhava, que os cuidados com ele (a criança) deveriam ser maiores e que eu deveria esforçar-me para que ele não adoecesse, pois dificilmente haveria “remédio limpo” a ser prescrito, o que já apontava, mesmo que timidamente, para a busca por soluções alternativas. Remédio limpo é expressão não oficial usada para se referir a remédios alopáticos e “vacina limpa” que não contém as substâncias alergênicas específicas para cada pessoa.

Pois bem, por volta dos três anos, após o início das atividades escolares a criança apresentou febre, irritabilidade, perda de apetite e bolhas vermelhas. Percebi a necessidade da avaliação clínica, e diante dos sintomas e considerando a ausência de “remédio limpo”, o médico que nos atendeu na urgência hospitalar, ciente das limitações da medicina convencional, orientou-me a procurar uma rezadeira para um benzimento e ser aconselhada sobre a utilização de algum remédio do mato. A partir das entrevistas conduzidas e das minhas vivências, concebo como “remédio do mato” ou “medicamento do mato” o conjunto de remédios produzidos a partir de plantas e ervas. Esses remédios abrangem raízes, cascas, folhas, sementes, flores, além de outras possibilidades, como extração de resinas e óleos. O processo de preparo envolve diversas técnicas, como pilagem, liquidificação, cozimento, maçeração e a adição de açúcares, sal, leite, cachaça, vinho, mel, dentre outros, visando conservar e/ou aprimorar o sabor, muitas vezes para diminuir o amargor com fins medicinais (Dona Maria, 2023; Isadora, 2023). No entanto, reconheço que os remédios do mato também podem ser derivados de partes de animais que possuem propriedades terapêuticas, conhecidos como animais medicinais. Estes incluem galinhas, deter-

³⁷ A alergia alimentar é caracterizada por uma reação adversa à ingestão de alimentos, ou aditivos alimentares, mediada por mecanismos imunológicos (Pomiecinski *et al.*, 2017).

minadas espécies de cobras, jacarés, cágados, lagartos, dentre outros. Em alguns utiliza-se a gordura, sangue, chifre, penas, dentre outros elementos desses animais para a produção dos remédios, ampliando assim a variedade de recursos terapêuticos presentes na comunidade.

Diante da impossibilidade de recorrer a uma rezadeira imediatamente, pois era noite, busquei auxílio em um Terreiro. Fomos agraciados, enquanto mãe e filho, por um atendimento de Preto-Velho que, além de realizar o benzimento, fez recomendação de um chá a ser preparado e administrado conforme as suas orientações. É relevante destacar que as instruções do Preto-Velho foram seguidas com atenção, e ao final do terceiro dia os sintomas da criança foram superados.

Neste ponto do relato, torna-se importante contextualizar o papel das Pretas-Velhas e dos Pretos-Velhos. Na Umbanda Sagrada, estas entidades representam a sabedoria dos avós. Apresentam-se como idosos/as que viveram nas senzalas, muitos foram escravizados/as, e alguns/algumas morreram no tronco ou de velhice. Estas entidades, ao se manifestarem demonstram uma conexão profunda com as histórias difíceis do tempo do cativo, expressando grande fé, paciência e amor para enfrentar as amarguras da vida.

As Pretas-Velhas e Pretos-Velhos costumam fumar um cachimbo e tomar chá, usando a sua vasta experiência para realizar benzimentos com ramos de ervas medicinais, sobre as quais possuem um conhecimento aprofundado. Além disso, rezam e benzem com o terço católico, e suas baforadas têm função de harmonizar e limpar os/as seus/suas assistidos/as. Durante a incorporação apresentam-se como vó, vó, pai, mãe, oferecendo remédios e tratamentos caseiros para aliviar os males tanto do corpo quanto da alma (Pacco, 2020).

Pensando sobre a fala da Dona Maria Doró e as minhas escrivências, percebo que a busca por auxílio em um Terreiro de Umbanda não apenas resultou na superação dos sintomas da criança, mas também trouxe à tona a relevância espiritual das Pretas-Velhas e dos Pretos-Velhos. Estas entidades representam mais do que figuras de sabedoria; entendo-as como guardiãs de uma tradição que abraça a fé e a cura. A conexão espiritual, a sabedoria ancestral e a dedicação em oferecer cuidados preenchem lacunas que a medicina convencional, muitas vezes, não alcança, como ocorreu com o diagnóstico da alergia alimentar múltipla.

Os dados sobre pessoas com alergias alimentares no Brasil são inconclusivos, todavia “pressupõe-se que as reações alérgicas aos alimentos acometem cerca de 6% a 8% das crianças com menos de 3 anos de idade e 2% a 3% dos adultos, cuja sintomatologia tem se tornado mais grave e mais persistente” (Pomicinski *et al.*, 2017). Assim, o diagnóstico de alergia alimentar

múltipla, acrescenta uma complexidade adicional aos desafios da infância, impactando, aproximadamente, um milhão de crianças brasileiras e persistindo, na fase adulta, afetando mais ou menos cinco milhões de brasileiros/as.

Diante do exposto e dos dados apresentados entendo que são as circunstâncias do adoecimento que promovem a busca pela cura através dos/as médicos/as e/ou dos/as terapeutas populares.

Aprofundando, identifico três grupos que recorrem ao conhecimento dos terapeutas populares. O primeiro composto por pessoas carentes, no que diz respeito à possibilidade de acesso a médicos e remédios alopáticos. O segundo grupo que independe de raça ou classe é formado por pessoas acometidas por doenças que a medicina convencional não avançou o suficiente, no que diz respeito a pesquisas para obter a cura. E ainda, um terceiro grupo que une os dois tratamentos: o prescrito pelos/as médicos/as e o recomendado pelos/as terapeutas populares.

Desta feita, cito Dona Maria (2023) que sempre fez os dois tratamentos: o do médico e o da rezadeira. Em suas palavras:

Era três dias na rezadeira e se não ficasse bom era um dia no médico pra passar remédio pra diarreia, passar um Infectrin, quando tava com infecção no intestino que o doutor passava. Eu me lembro que um filho meu só ficou bom do sarampo e ficou dando aquela doença que eu não lembro o nome. Mas era infecção e ele ficou bom com Infectrin, aquele remédio que a gente compra na farmácia (Dona Maria, 2023).

E mais recentemente:

Depois eu ganhei aquela folha lá comecei a tomar o chá e não comprei mais as garrafadas do moço. O que eu fiz no hospital foi aquela queimagem com os aparelhos [tratamento para câncer no colo do útero] ... O doutor disse que acabou, fiquei boa! Não sei se foi a ajuda das garrafadas se foi só o remédio de lá [hospital]. Eu sei que a vizinha aqui não ficou boa só com os remédios do hospital não. Ela teve [câncer no colo do útero], no útero e agora no pulmão. E agora eu preciso ver o que é isso aqui no meu pulmão. Por hora eu não sinto nada. Quando eu descobri no útero tava no começo, bem no comecim. Eu acho que foram os chás, com as queimagens e os remédios que ele [o médico] passou. Eu também tomei muito remédio. Não sei se me curei pelas plantas ou pelos médicos. Sei que quem me curou foi Deus! (Dona Maria, 2023).

Quando os filhos e filhas estavam na fase da infância, D. Maria tinha a forma de lidar com a doença: “três dias na rezadeira e, se não ficasse bom, era um dia no médico”. Ou seja: durante três dias ela recorria aos benzimentos e as orientações sobre chás e somente se caso a criança não apresentasse melhora, considerava buscar atendimento médico para avaliação e prescrição do remédio alopático.

Logo, o relato evidencia a coexistência das duas abordagens de saúde. A tradicional é representada pela rezadeira e a convencional, representada pelo médico. A moradora recorre inicialmente, e por três dias, às práticas tradicionais. No entanto, ao perceber que a condição persistia, a entrevistada optava por consultar um médico que prescrevia um “remédio que a gente compra na farmácia”, o que sugere a aceitação e o reconhecimento da eficácia dos tratamentos alopáticos.

Há um elemento que deve ser analisado. O fato de dedicar três dias à busca por soluções tradicionais antes da busca pela intervenção médica e medicamentosa indica confiança nas práticas locais. No entanto, Dona Maria segue flexível e maleável, pois em vez de uma posição rígida entre a medicina tradicional e a convencional, ela integra diferentes abordagens de acordo com a evolução do quadro clínico da criança. Tal abertura contribui para uma compreensão adaptável da saúde, que reconhece a riqueza das tradições locais, mas reconhece também a eficácia da medicina contemporânea, quando necessário.

Já na sua fase adulta e acometida pelo diagnóstico de câncer no colo do útero, observa-se uma mudança na dinâmica da terapêutica, a entrevistada decide unir os dois tratamentos, mas agora de modo concomitante: primeiro utilizando uma garrafada comprada e produzida pelas mãos de um garrafeiro local. Depois, D. Maria adquiriu a planta base da garrafada e começou a produzir o chá e fazer a ingestão, mas não descontinuou dos serviços médicos e realizou as sessões de radioterapia e quimioterapia.

As mencionadas sessões foram realizadas no Hospital São Marcos, uma instituição filantrópica, com mais de seis décadas de história, desde a sua fundação em 1953. Voltada para assistência social e serviços de saúde, sem fins lucrativos. O Hospital São Marcos é reconhecido como o único Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) no Estado do Piauí, a APCC-AA, desempenhando um papel crucial como prestador de serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS). Além de atender a população que vive em Teresina, o hospital presta serviços a pacientes provenientes dos Estados das Regiões do Meio-Norte do Brasil. Comprometendo-se a abranger integralmente a assistência oncológica, o hospital atende 100% dos casos de câncer na infância e adolescência, além de 98% dos casos em adultos, priorizando especialmente a nossa comunidade carente (Hospital São Marcos, 2024).

A cura de Dona Maria, ao final de ambos os tratamentos, foi atribuída a Deus. Logo, entendo que há um reconhecimento sobre a incerteza em relação à abordagem que mais contribuiu para a sua cura, se as garrafadas ou os tratamentos médico-hospitalares. Segundo Dona Maria, o médico afirmou que “acabou” e que ela ficou boa, mas também destaca a experiência

da vizinha que não ficou boa apenas com os remédios do hospital e enfrentou a metástase do câncer no pulmão.

Assim, o depoimento reflete a realidade de muitas pessoas da comunidade, que diante de condições de saúde desafiadoras, recorrem a uma variedade de abordagens, combinando práticas tradicionais, como as garrafadas, com intervenções médicas contemporâneas, como a quimioterapia e a radioterapia.

Assim, entendo que durante a fase da infância houve a prevalência da rezadeira em relação ao médico. Percebo que são três dias na rezadeira tomando chás e benzimentos em detrimento de um único dia no médico. Já na fase adulta, com a complexidade da doença, os tratamentos são concomitantes, “as garrafadas e as queimagens”. O que ressalta a dialogicidade (coexistência de diferentes métodos) entre as abordagens tradicionais e contemporâneas na busca por saúde na comunidade.

Aponto que o Estado através da Constituição Federal (CF) promulgada em 1988, no artigo 196, afirma:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação (Brasil, 1988).

A CF preceitua que a saúde é direito fundamental de todos os cidadãos e cidadãs e dever do Estado promover políticas públicas voltadas para a redução dos riscos de doenças e outros agravos à saúde. Além disso, destaca a necessidade de proporcionar um acesso universal e igualitário a ações e serviços que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde da população.

O artigo 196 integra o capítulo que trata da Seguridade Social, evidenciando a importância atribuída à saúde como um dos pilares do bem-estar no país. Reflete a necessidade do compromisso do Estado em assegurar que todos os cidadãos e cidadãs tenham acesso adequado aos cuidados de saúde, independentemente de sua condição social, econômica ou geográfica. Contudo, é o art. 198 da CF que dispõe sobre a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), definindo-o do seguinte modo: “As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as [...] diretrizes” (Brasil, 1988).

O SUS, por sua vez, representa um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, compreendendo uma ampla gama de serviços, abrangendo desde a atenção primária até serviços de média e de alta complexidade, incluindo atendimento de urgência e emergência. Seu objetivo

é alcançar a saúde com qualidade de vida para todos os brasileiros e brasileiras (Alvarenga Araújo *et. al*, 2023).

Contudo, dados do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), divulgados em novembro de 2022, demonstram que um terço da população brasileira carece de acesso ao programa de atenção básica, ou seja, 72,69 milhões de pessoas deparam-se com dificuldades para promover e recuperar a saúde (IEPS, 2022). Diante dessa lacuna, as pessoas que necessitam do atendimento médico frequentemente recorrem aos laços comunitários, práticas de cunho espiritual, como as rezas e a utilização de plantas medicinais como alternativas de cuidado à saúde.

No contexto cultural da comunidade em estudo, as práticas relacionadas ao uso das plantas medicinais encontram respaldo em tradições ancestrais, refletindo um legado da sabedoria africana e indígena. Essa tradição pode ser exemplificada através das memórias de Abdias Nascimento (2019, p. 30), pois no livro *O Quilombismo*, o autor descreve a sua mãe como uma pessoa que herdara “a antiga sabedoria africana da paciência e do uso das ervas”. No cotidiano, era rotineiro vê-la envolvida na preparação de remédios para alguém da família ou da vizinhança.

Além dessas práticas, outros elementos de ajuda comunitária podem ser vistos na comunidade em estudo, a saber: rifas, bingos e doações para a pessoa necessitada cuidar da saúde em hospitais particulares. Isso evidencia a importância da ação coletiva quando as políticas públicas de saúde não conseguem atingir plenamente a população, mostrando a capacidade de mobilização da comunidade, objetivando mudanças e melhorias para a sua própria realidade.

Nesse contexto, as palavras de Abdias Nascimento (2019, p. 264) ressoam ao afirmar que “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”. Desse modo, diante da escassez de recursos, as pessoas que integram a comunidade se unem de maneira solidária para superar obstáculos que se apresentam como inacessíveis, como o acesso ao conhecimento médico e/ou a falta de recursos para custear tratamentos. Essa abordagem coletiva reflete não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também a vivência dos valores fundamentais de solidariedade e comunhão existencial, característicos dos quilombos.

Abdias Nascimento (1980) destaca que a falta de ações concretas por parte das políticas públicas que são reivindicadas, não são efetivadas. Ele ressalta a importância do teste do pezinho, que, dentre outras doenças, diagnostica a anemia falciforme, o que poderia representar uma medida de baixo custo e de possível tratamento imediato. Contudo, lamenta que tais medidas não se realizem enquanto política pública de saúde concreta do governo brasileiro.

Mesmo, em 2023, as dificuldades para a realização do teste do pezinho continuam. O teste detecta 50 (cinquenta) doenças em bebês, e, segundo informações da Folha de São Paulo, o exame deve ocorrer entre o terceiro e quinto dia após o nascimento. O diagnóstico rápido possibilita aceder a terapias disponíveis através do SUS, prevenindo complicações mais graves como a deficiência intelectual (Folha de São Paulo, 2023). Abdias Nascimento reforça, que, “[...] todas as violações de direitos humanos incidem em primeiro lugar sobre a população negra, majoritária neste país!” (Nascimento, 2019, p. 332), evidenciando a urgência de ações efetivas para corrigir tais disparidades.

É importante registrar que há muitas formas do Estado permanecer ausente e uma delas é não promovendo a limpeza das lagoas de determinados lugares, inclusive da região em estudo. Como ensina Dona Maria.

É! Quando era o Firmino [ex-prefeito de Teresina] aqui era tudo limpo o tempo todo. Depois que aquele véi enjoado entrou a bagaceira começou. A maior sujeira do mundo. De noite fede, o vento corre e sobe o cheiro de folha pôde (Silêncio) (Dona Maria, 2023).

E ainda:

Esse prefeito de agora nem tá ligando pra essas lagoas. Antigamente, na época do Firmino, ficava tudo bonito, limpinho, mas agora, esse novo aí, o Dr. Pessoa³⁸, não liga pra nada, é tudo esculhambado. Deus me perdoe, mas eu tenho que dizer: às pessoas que votaram nesse homem estavam precisando de um acompanhamento, não sei nem com quem. Esse homem tem capacidade para trabalhar dentro de um hospital, mas pra ser prefeito ele não tem capacidade não. Eu sinto muito, pelo amor de Deus. Ele pode ter capacidade para consultar o povo, mas cuidar do povo e da cidade ele não serve não. Eu não sei é como ele diz que vai ganhar esse ano, nessa próxima eleição, quer renovar o mandato. Acho difícil (momento de silêncio) não tá servindo pra nada (Dona Maria, 2023).

Através dessas duas citações, Dona Maria (2023) analisa a situação da limpeza nas lagoas e afirma que piorou após mudanças políticas, caracterizando o lugar como “bonito e limpinho” durante o período em que a cidade estava sob os cuidados do ex-prefeito Firmino Filho. No entanto, na gestão do Dr. Pessoa, a atenção dispensada à população ribeirinha é insuficiente, resultando em um ambiente poluído e com mau odor, desagradando a comunidade.

³⁸ José Pessoa Leal, conhecido como Dr. Pessoa (REPUBLICANOS) é um médico, professor e político brasileiro. Ele exerceu os cargos de vereador de Teresina (2001-2015), deputado estadual pelo Piauí (2015-2019) e prefeito de Teresina (2021-2024).

Dona Maria (2023) ainda questiona a capacidade administrativa do Dr. Pessoa, que, além de gestor público municipal é médico. Isso expressa uma expectativa de que a sua formação na área da saúde refletisse em um melhor cuidado para com a população. Segundo o entendimento de D. Maria, o gestor não tem condições de cuidar do povo e nem da cidade. Ela sugere que ele poderia ser mais eficaz trabalhando em um hospital do que na condição de prefeito.

Em 2023, Dona Maria relata a falta de limpeza da lagoa e como isso afeta a sua vida e as suas percepções sobre a atual gestão. Em anos anteriores as reivindicações dos moradores da comunidade eram outras. Vasconcelos (2019) reitera, através da fala dos moradores e das moradoras, que a água encanada chegou à região no final dos anos 80 e a energia elétrica em 1983. Maria Lúcia, por meio de Vasconcelos, afirma:

Tudo que tem aqui foi a gente que lutou pra construir. Aqui a gente só tem dois ônibus, que só passa de duas em duas horas. Se temos creche e escola foi porque a gente batalhou pra ter [...]. Por isso, os moradores se sentem “esquecidos” pelo poder público da cidade (Oliveira, 2019 *apud* Vasconcelos, 2019).

“Tudo que tem aqui foi a gente que lutou pra construir”. A frase inicial destaca a autoria dos moradores e moradoras na construção da comunidade. Isso sugere um histórico de participação ativa e esforços coletivos para melhorar as condições locais, indicando uma comunidade engajada em buscar melhorias por conta própria. O fato de só haver “dois ônibus que só passa de duas em duas horas”, destaca uma limitação significativa no transporte público local. Tal escassez de transporte impacta diretamente a mobilidade e o acesso dos moradores e moradoras a outras partes da cidade.

A referência à creche e à escola reforça a ideia de que as conquistas na área educacional foram obtidas através da luta e esforços da comunidade, o que demonstra também a preocupação dos mais velhos e mais velhas em garantir serviços públicos essenciais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. A conclusão do trecho aponta para um sentimento de abandono por parte do poder público da cidade.

Esse sentimento de desamparo reflete não apenas nas questões educacionais, mas se estende, como está registrado ao longo do texto, às demandas por saúde. Como observado ao longo da História do Brasil, terapeutas populares têm sido procurados/as por diversas circunstâncias, seja devido ao não acesso a serviços de saúde, seja pela reputação de excelência em seus serviços. Esses terapeutas, através das práticas como benzeções, utilizam-se de diferentes instrumentos, como ramos, rezas, tesouras, tecidos, agulhas, garrafadas e orações, buscando oferecer conforto e bem-estar às pessoas que buscam os seus serviços.

Portanto, menciono ainda que durante conversas ao pé da porta, no início da manhã ou final da tarde, ao varrer a calçada, ainda é comum ouvirmos uma vizinha perguntar para outra sobre um chá ou pedir uma folha ou erva que cresce no quintal. Lembro de incontáveis vezes que alguns vizinhos e vizinhas bateram à nossa porta para pedir “folha do olho do pé da goiabeira” para curar dor de barriga de criança ou folha de amora para fazer banho de assento para mulher parida. É precisamente sobre a relevância dos quintais afetivos que tratarei na próxima seção.

3.2 QUINTAIS: Brincando de pescar histórias e uma vida à beira da lagoa

As pesquisadoras Maria Aparecida de Brito e Maria de Fátima Barbosa Coelho (2000) definem quintal como uma área de solo próxima à residência, facilmente acessível e conveniente, em que numerosas espécies de plantas são cultivadas ou mantidas para atender às necessidades alimentares da família, além de fornecer outros elementos como lenha e plantas medicinais.

Já o filósofo e crítico literário, Benedito Nunes (1994), ao conceituar quintal, é influenciado por Manuel Bandeira, o poeta. Ele descreve o quintal, em relação ao seu tamanho, como variável, sendo o espaço livre que sobrou após a construção da casa, podendo ser localizado nos fundos, aos lados e até mesmo ligado à rua. Em termos práticos, esta área, estende o interior da casa para o ambiente ao ar livre, contendo a sua parcela de horta, pomar ou jardim, podendo também funcionar como pátio. No entanto, o quintal também abriga serviços e objetos distintos do ambiente doméstico, como o tanque de lavar roupa, o local para secá-las, o banheiro, os galinheiros, dentre outros.

Nesse contexto, as autoras e o autor citado oferecem diferentes perspectivas sobre a ideia de quintal. As primeiras evocam a utilização prática e importância diária do quintal na vida das pessoas. Por outro lado, Benedito Nunes, influenciado por Manoel Bandeira, destaca a versatilidade do quintal que estende o ambiente interno da casa para o ambiente externo. Assim, a partir dessas definições, permito-me revisitar as minhas próprias experiências e memórias de infância.

Por isso, faz-se necessário retomar as minhas escrivências enquanto uma criança que cresceu a menos de 150 metros da lagoa e cercada por dois rios. Como já mencionei, este era o nosso lugar (quintal) de brincadeiras, o lugar preferido durante as férias escolares, principalmente durante o mês de julho e alguns feriados prolongados. Tanto o quintal da minha própria casa quanto os quintais adjacentes eram, parafraseando o poeta Manoel de Barros (2011) maiores que o mundo. Eu digo: os nossos quintais eram maiores que o mundo. Quando me refiro aos nossos

quintais faço referência aos demais quintais das outras casas em que viviam crianças que compartilharam a infância comigo.

Assim, compartilhamos quintais como quem compartilha um brinquedo, ampliando as nossas possibilidades de experiências com as plantas, pássaros, sementes, animais, frutas. Cada quintal apresentava uma pluralidade de árvores frutíferas. Por exemplo: na minha casa tínhamos e temos costumeiramente banana e manga, enquanto na casa da frente havia cajá e siriguela. Logo, os nossos quintais não eram apenas pedaços de terra, mas representavam tesouros compartilhados que nos conectavam à natureza e fortaleciam os laços comunitários desde a infância.

Nessa época, não existiam muros de tijolo e cimento separando as casas, pois as únicas linhas divisórias eram as cercas feitas de talo de coco babaçu. Essas cercas, ligeiramente vazadas e com frestas suficientes, demonstram uma conexão com os recursos naturais locais, permitindo-nos **xeretar** os quintais vizinhos. Esses quintais, normalmente carregavam a irregularidade da lagoa e a geografia das linhas do varal em que as roupas eram estendidas. Desse modo, embora as cercas delimitassem os limites geográficos do terreno, elas não significavam obstáculos para os nossos corpos curiosos, com narizes bisbilhoteiros, olhos atentos e ouvidos aguçados, que exploravam o lugar através dos cheiros, cores e todos os detalhes perceptíveis através da audição.

Assim, com os pés de um lado da cerca, nossos sentidos permaneciam atentos e abertos às sensações externas. O barulho dos liquidificadores indicava que as nossas mães preparavam a nossa merenda, ou que estava quase na hora de nos desempoeirarmos e finalizarmos as brincadeiras do dia quando o cheiro da Maria-Isabel³⁹ pairava no ar (como era/é cheirosa a comunidade!).

É importante mencionar que nas férias de fim (dezembro) e início (janeiro) do ano nem sempre podíamos passar no quintal o tempo que gostaríamos, pois este assumiria uma outra função: a de gerar alimento. Nesse contexto, para adentrar nessa parte das memórias, devo fazer menção ao Seu João, mais conhecido como o Seu João Vazanteiro.

Seu João, meu vizinho há quase trinta anos, aproveita as primeiras chuvas, no mês de dezembro, para realizar o plantio no meu quintal, uma prática que se estende desde meados dos anos 1994 até os dias atuais (abril de 2024). Ele se dedica ao cultivo de milho, feijão, quiabo e abóbora, principalmente, já antecipando as gostosuras que serão preparadas para o período da

³⁹ O prato é feito com carne de sol picada e frita, cozida com arroz e legumes. Comumente acompanhado de paçoca, carne de sol assada e vinagrete. No dia 8 de janeiro de 2024 o governador do estado do Piauí, Rafael Tajra Fonteles (PT) sancionou a Lei Nº 8.279 que tem por objetivo a indicação da comida típica para obtenção da Concessão do Registro do Patrimônio Imaterial do Piauí, nos termos da Lei 4.515, de 9 de novembro de 1992 (Bezerra, 2024).

Semana Santa. Essa prática agrícola exigia uma adaptação por parte de nós, as crianças, que precisávamos ajustar as nossas brincadeiras para atender essa necessidade sazonal.

De maneira análoga às minhas próprias memórias, Diego Noleto, autor do artigo *Lagoas do Norte: apagamento do espaço do convívio e do brincar*, destaca a fala de Francisca das Chagas de Oliveira Sousa, filha mais nova da Dona Davina (a senhora cuja imagem abre este capítulo) e Seu Roxo, e moradora da Avenida Boa Esperança. Ela observa que o quintal, na época da sua infância, não contava com os muros sendo uma área para o brincar das crianças da vizinhança, havendo apenas uma cerca demarcatória. Além da função de delimitar espaços para brincadeiras, a cerca também servia para “proteger os animais criados pelo pai”. Esse detalhe evidencia a dualidade do quintal, bem como a sua multifuncionalidade, que não era utilizado apenas para atividades lúdicas, mas também como um ambiente de cuidado, aprendizado e produção de alimentos (Noleto, 2021).

O conhecimento sobre quintais é expandido por meio de diversas pesquisas, entrevistas e leituras, incluindo o artigo intitulado *A Casa Vazanteira: plantas, vazantes e projetos de desenvolvimento urbano nas margens do Rio Parnaíba*, de autoria do pesquisador Lucas Coelho Pereira. No trabalho, o autor aborda a casa da Dona Davina, situada na Avenida Boa Esperança e ocupada pela família, formada por nove filhos e o marido, desde meados da década de 50. O autor apresenta, como a dinâmica familiar se desenvolve, substancialmente, entre a cozinha e o quintal, revelando a importância desses lugares para a vida cotidiana e nas experiências familiares e comunitárias.

O quintal é retratado como um lugar repleto de árvores frutíferas e palmeiras pequenas. Nessas áreas da casa as pessoas passam a maior parte do tempo sentadas em cadeiras de espaguete, compartilhando não apenas a vida, mas também as frutas. Este ambiente vai além da presença humana, abrigando diversos seres vivos, incluindo galinhas, galos, cachorros, papagaios, e, em um pequeno curral, um casal de cabras. Além disso, destaca a existência de uma horta e a prática da agricultura na vazante, conduzida por Dona Davina com a colaboração dos filhos e filhas (Coelho, 2021).

Logo, entendo que no processo afro-diaspórico, muitas memórias foram/estão salvaguardadas nos estabelecimentos religiosos de matriz africana, nos quintais afetivos e produtivos, e à beira de rios e lagoas. Realizo o exercício de rememorar a importância da sabedoria viva sobre as plantas, valorizando as pessoas guardiãs dessas memórias. Seguindo a perspectiva de Ecléa Bosi (1994) em seu estudo sobre memória e sociedade, o idoso é entendido como um guia da

memória familiar e social, com a capacidade de reviver as tradições, hábitos, história perdidas e ensinamentos práticos.

Neste contexto, destaco o trabalho *Das coisas que aprendi: ensaios sobre o bem-viver*, de autoria do indígena Daniel Munduruku (2022), que aborda a função social do velho na sociedade. Segundo Munduruku, o velho deve aceitar o seu papel de contador de histórias e a condição de “formador do espírito dos mais jovens”. O jovem precisa do mais velho como referência para o seu crescimento, estabelecendo uma cadeia em que o mais velho ensina para o mais novo, que aprende com o mais velho contribuindo para a plenitude da humanidade das pessoas e dando sentido à tradição.

Em resumo, o idoso ou a idosa é percebido/a como alguém com a habilidade de se expressar afetivamente sobre lugares de vivência, em especial para as demais gerações. Assim, apresento os achados provenientes da pesquisa *in loco*.

Como mencionado anteriormente, esta pesquisa foi conduzida por meio da amostragem bola de neve e entrevistas semiestruturadas foram realizadas. No entanto, há elementos empíricos que precisam ser pormenorizados. Para conhecer os quintais da comunidade em estudo, realizei uma primeira visita aos moradores e moradoras a fim de explicar a pesquisa, seus objetivos, e combinar o melhor dia e horário para futuras visitas, com o objetivo de explicar o TCLE antes de realizar as entrevistas propriamente ditas.

Assim, munida de gravador de voz e câmera fotográfica, para facilitar os registros e documentar os dados durante as visitas, adentrei-me na intimidade das casas e quintais. É importante destacar que os/as transeuntes que circulam pelas ruas e avenidas da comunidade sequer imaginam as preciosidades existentes nesses quintais. Ressalto que as entrevistas seguiram o roteiro disponibilizado no APÊNDICE A.

Informo, que o roteiro de entrevista semiestruturada foi pensado em quatro eixos essenciais. O primeiro eixo tem como objetivo compreender as falas da pessoa entrevistada, abordando aspectos como idade, escolaridade, ocupação, tempo de residência na comunidade ou no seu entorno e os motivos que fazem a pessoa permanecer no local. O segundo eixo se concentra no acesso aos serviços de saúde pública, incluindo a distância da residência do entrevistado ou da entrevistada até a UBS, as facilidades ou as dificuldades encontradas para obter atendimento médico e as ações adotadas diante de doenças e complicações para garantir a assistência necessária. No terceiro eixo foi explorado o uso social das plantas medicinais na comunidade, abordando a origem, cultivo, uso e contraindicações. Por fim, o quarto eixo trata sobre a organização da comunidade para permanecer no local, incluindo as estratégias de luta e resistência, como a

criação do Centro de Defesa Ferreira de Sousa e o Museu da Boa Esperança. Logo, entendo que esses eixos fornecem uma visão abrangente dos aspectos sociais, da saúde e das práticas da comunidade, permitindo uma análise interdisciplinar e contextualizada das informações presentes nas entrevistas.

Quanto à oralidade, este texto fundamenta-se nas afirmações do pensador africano Amadou Hampâté-Bâ (2010). O autor entende que a oralidade é uma fonte legítima para o conhecimento da África e suas tradições. Contudo, podemos usá-la para abranger os afrodescendentes em diáspora. Hampâté-Bâ (2010, p. 168) atribui à oralidade a mesma confiança destinada aos registros escritos em outras sociedades, ressaltando que: “lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é”.

Dessa forma, o trecho expressa a valorização da oralidade como meio primordial da comunicação e da preservação cultural em sociedades em que a tradição escrita não está presente ou é considerada insuficiente. Destaca a importância da palavra falada, evidenciando que, nessas circunstâncias, a identidade e a essência de um indivíduo estão relacionadas à oralidade. Assim, a palavra não é apenas um meio de comunicação, mas também um testemunho que revela a natureza e a história que o indivíduo profere.

A oralidade das pessoas entrevistadas torna visível sua conexão com seus quintais, suas plantas e seu entorno. É perceptível ao abordar o tópico sobre o uso social das plantas, pois tornou-se comum que as entrevistadas caminhassem pelo quintal apontando o nome da planta, compartilhando como adquiriram cada espécie, como construíram o quintal e no caso das plantas medicinais, a instrução sobre as contraindicações e indicações. Além disso, foram ressaltadas as partes da planta que devem ser utilizadas para determinados fins e as diversas formas de consumo como: chá, lambedor, banho de cabeça, banho para o corpo, dentre outras.

Com base nesse contexto, agora, mergulharemos na história detalhada de Dona Maria e sua significativa relação com o seu quintal. A pedido dela, combinamos a entrevista para um sábado pela manhã, proporcionando um ambiente mais descontraído. Ao chegar no dia e horário marcado, anunciei a minha presença batendo palmas, desencadeando a reação dos cachorros. Com gentileza, Dona Maria, rapidamente os retirou do ambiente, permitindo-nos uma conversa mais tranquila em seu quintal.

Mas antes, desejo compartilhar um pouco mais sobre a história de Dona Maria. Ela nasceu em novembro de 1936, em uma região de Teresina conhecida como Posto do Centro. Embora não tenha certeza da localização, assegura que a região fica situada em Teresina. A mãe de Dona

Maria, Dona Antônio Maria da Conceição, trabalhava no Mercado Central, possuindo uma barraca de comida. A labuta era tão intensa que muitas vezes ela dormia no local do trabalho enquanto a irmã e os irmãos descansavam em casa na companhia uns dos outros.

Durante a adolescência Dona Maria passou um tempo na casa da tia, localizada na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, mas eventualmente retornou para Teresina. Em um certo momento, a tia teve uma filha e manifestou o desejo de buscá-la para ajudar a cuidar da prima. No entanto, a mãe não permitiu essa mudança, pois era necessário que Dona Maria permanecesse para auxiliar na criação da irmã e dos irmãos, especialmente após o falecimento do pai, reque-rendo a sua presença para prestar assistência à família. E, por este motivo, ela precisou interrom-per os estudos.

Embora Dona Maria tenha frequentado a Unidade Escolar Severiano Sousa, localizada no bairro Acarape, por um único ano, foi durante o período vivido no interior do Maranhão, ao lado do primeiro marido, que ela aprendeu a escrever o nome. Essa aprendizagem ocorreu com a ajuda de uma senhora, chamada Dona Noca, cujo nome permanece vivo em suas lembranças. Após a separação, Dona Maria retornou para a zona norte de Teresina, residindo em diversos pontos da região antes de se estabelecer definitivamente “no seu pedacim de chão”.

Dona Maria vive em “seu pedacim de chão”, há 55 anos. Ela compartilhou que: “Agora, quando eu cheguei aqui, era uma quinta⁴⁰ mesmo, mas por esse lado não tinha morador. Aqui até acolá, onde hoje é o hospital, não tinha nada, não tinha morador nenhum, só a vacaria mesmo” (silêncio). Ela continuou explicando que na época, só existia uma pequena olaria em parte da área indo em direção à lagoa, mas não havia o grande buraco que forma a lagoa na atualidade. O terreno era plano, utilizado como pasto para gado e completamente cercado.

A dona da casa compartilha a história do cultivo do quintal, dizendo: “Eu plantei tudo que tem aqui. Não tem aqui nada que outra pessoa tenha plantado”. Ao chegar ao local em que hoje é o seu quintal, a moradora registrou que este estava completamente desprovido de vegetação. Na época em que Dona Maria se mudou a sua residência ficava próxima a um pé de manga, e a área que agora é ocupada pela lagoa não tinha essa depressão.

Inicialmente, o terreno apresentava alguns “pés de crioli” e o esposo de Dona Maria construiu uma estrutura improvisada com palha brava e armou uma rede para as crianças. A

⁴⁰ Entendo por quinta, em um contexto agrícola ou rural, uma extensa área de terra que pode ter diversas funções, por exemplo: cultivo de plantas, criação de animais, a presença de instalações residenciais e até mesmo áreas destinadas ao lazer.

família, composta por ela, o marido e os filhos, passou seis meses nessas condições. O proprietário da terra residia mais adiante, na região onde está localizada a lagoa, e havia uma vacaria na frente. Ao perceber o filho mais velho do casal engatinhando, o proprietário alertou sobre a iminência do período chuvoso e sugeriu que ele e ela colocassem uma barraca do outro lado para abrigar as crianças, evitando que fossem expostas às chuvas. O marido da Dona Maria, improvisou com pedaços de “frande” e “papelão” uma barraquinha.

A família então se muda e permanece no lugar desde então. O proprietário assegurou que a família poderia permanecer no local e plantar o que quisesse, comprometendo-se a indenizá-los quando necessário. Após o falecimento dele, a prefeitura assumiu a parte da terra que ele possuía, e agora a propriedade está devidamente registrada e aforada em nome de Dona Maria.

Na época, ela desempenhava as suas funções laborais para uma mulher, sendo há muito tempo responsável por lavar e engomar as roupas dessa senhora, que contribuiu com os recursos financeiros necessários para que D. Maria pudesse arcar com as despesas relacionadas ao registro de imóveis. Dona Maria enfatiza que a sua casa e o seu quintal foram apossados, mas ressalta que teve que pagar, com a ajuda da patroa, pelo processo de registro de imóveis.

Este relato proporciona uma visão das transformações da paisagem ao longo do tempo, enfatizando o passado na região antes do desenvolvimento urbano. Ele (o relato) também revela as complexidades envolvidas na ocupação, uso e regularização da sua casa ao longo das décadas. A narrativa destaca a história de superação e adaptação da família, ressaltando a relevância do cultivo do quintal na construção da vida cotidiana. Além disso, evidencia a dedicação de Dona Maria ao cuidado e cultivo do quintal como parte integrante da sua história e memória familiar.

Assim, Dona Maria revela um lugar enriquecido por elementos naturais, como a presença da pimenta-de-cheiro, variedades de rosas e pássaros. Além do tomate que, de acordo com a entrevistada: “Eu como tomate é daqui mesmo! Outro dia eu fui na quitanda comprar um tomate e mandei o menino pesar. Deu três reais, um. Eu digo: ‘Não, meu fi, perai, me dê um mais barato mesmo (risos) ”. É do seu quintal que ela usa as “plantas no dia a dia pra comer, pra me distrair e para algum passamento” (Dona Maria, 2023).

A experiência de ir a uma quitanda e se deparar com um preço considerado elevado, resulta em uma reação bem-humorada, expressando a surpresa diante do preço do produto por parte da entrevistada. O que evidencia não apenas a abordagem econômica, mas também um apreço pela qualidade dos alimentos. O humor na resposta ressalta a autenticidade e o modo descontraído da entrevistada ao compartilhar as suas experiências.

Com o dinheiro da aposentadoria, Dona Maria cuida da casa e adquire/compra os medicamentos necessários, especialmente aqueles que não estão disponíveis no posto de saúde, e são essenciais para o cuidado com o coração, a pressão arterial, diabetes, colesterol, e outros que não estavam previstos. Além disso, ela aprecia a Aguardente Alemã.

Sobre a Aguardente Alemã destaco que se trata de um fitoterápico composto por jalapa, sene, espinheira santa, dentre outras plantas medicinais que propiciam diversos benefícios, conforme me informou a professora piauiense Amayra Rocha da Silva, durante uma conversa informal realizada no dia 28 de abril de 2024. Ela compartilhou que o uso do fitoterápico é transmitido de geração em geração na sua família e que ela própria começou a utilizá-la na infância, seguindo o exemplo da avó. Além de ser ingerida, a aguardente também é recomendada para uso tópico, sendo aplicada na cabeça e em outras partes do corpo. Amayra destacou que já testemunhou melhoras significativas nos sintomas de pessoas que fizeram uso do fitoterápico e que ela mesma o utiliza quando está enfrentando algum mal-estar, afirmando que se sente melhor após o uso.

Assim, nos momentos em que o orçamento familiar fica apertado e ela não tem dinheiro para comprar os alimentos na quitanda, Dona Maria recorre ao seu quintal, onde colhe o necessário, solucionando essa questão. A moradora mostra-me uma touceira fina de cheiro-verde e explica que está dessa forma, pois no momento da entrevista estávamos no período da estiagem, mas garante que se estivéssemos no período chuvoso eu veria uma “touceirona” grossa.

Dona Maria, compartilha diversos elementos do seu quintal, incluindo os coentros protegidos da chuva, e explica: “Eu cubro assim porque senão a chuva derruba, são frágeis! (som dos pássaros)”. Ao mencionar a forma de cobrir o coentro para garantir a sua integridade e prosperidade a moradora revela características do manejo na comunidade. Além de mamãozinho, o manjerico, tomateiro, este último sofrendo um pouco devido à presença de lagarta.

Essa prática de cultivar e colher os alimentos do quintal desempenha um papel crucial, pois ajuda a suprir as necessidades de Dona Maria, especialmente nos períodos de dificuldades financeiras. A subsistência por meio do cultivo de árvores frutíferas e hortaliças diversas, e ainda, na criação de animais e pesca, como veremos mais adiante, está alinhada com a visão de Fabiana Palmeira e Joana de Oliveira (2021), que destacam a importância dos quintais na garantia da renda das famílias e comunidades em quintais negros urbanos.

Nesse contexto, os quintais se destacam ao desafiar a lógica da urbanização que busca substituir espaços verdes por edificações. Logo, para a comunidade “perder o quintal é perder a renda”, renunciar à autonomia de colher no próprio quintal para depender da compra na quitanda ou outros estabelecimentos comerciais.

Além disso, Dona Maria destaca que o seu quintal é o seu espaço de diversão, mencionando que, se tiver de fazer caminhada na rua, prefere caminhar para lá e para cá, no seu quintal, cuidando das suas plantas. Ela expressa sua felicidade em envolver-se ativamente com as suas plantas, seja arrancando, mexendo, mudando, plantando, trocando.

Figura 17 - Dona Maria mostra o seu “pé-de-manga-rosa”



Fonte: Ferreira (2023)

Ao me apresentar o seu quintal, Dona Maria (2023) revela: “Aqui é minha mangueira! [imagem 17] Tem a idade da minha filha Rosa. Eu que plantei quando cheguei aqui. Um homem passou vendendo quando eu tava grávida da Rosa. Eu fui, comprei e plantei”.

Neste trecho da entrevista, Dona Maria, compartilha uma história pessoal e afetiva em relação a mangueira em seu quintal. A descrição da imagem 17 revela uma senhora negra em pé, usando um vestido de fundo azul, cabelos grisalhos amarrados em coque e o braço esquerdo levantado, apontando para a frondosa mangueira. Ela afirma: “Aqui é minha mangueira!”, sugerindo um sentimento de propriedade e conexão emocional com a árvore, considerando-a como parte integrante da sua vida e do seu lar.

A informação de que Dona Maria plantou a mangueira quando chegou ao local adiciona um aspecto de autoria e cuidado ao seu relato. O fato de Dona Maria ter comprado a fruta de um homem que passou vendendo reforça a ideia de que a mangueira não apenas faz parte do ambiente, mas também tem uma origem específica ligada a uma circunstância da sua vida, como o período em que estava grávida de sua filha Rosa.

Ao trazer à tona que o “pé-de-manga-rosa” tem o mesmo nome da sua filha, Rosa, infere-se que o nome da filha foi uma homenagem à fruta. E ao entender que a árvore frutífera tem a mesma idade da sua filha, Dona Maria atribui a planta uma dimensão temporal, associando-a a momentos específicos da sua vida, começando pela gravidez e a relação simbólica entre o crescimento da árvore e o crescimento/envelhecimento da filha cria uma narrativa mais pessoal em torno da mangueira.

Logo, entendo que essa narrativa não apenas enriquece a compreensão do valor que Dona Maria atribui à mangueira em seu quintal, mas também destaca a interseção entre suas experiências pessoais, a natureza e a construção do seu ambiente doméstico. Retomando a sequência de ações de Dona Maria sobre a árvore: “Eu fui, comprei e plantei”, questionei como ela conseguiu as plantas que hoje vivem em seu quintal. E uma das respostas foi: “Quando eu trabalhava eu ia pegando semente por onde eu andava e plantava” e a outra: “Essas daqui [carambola, bacupari e graviola] eu comprei uma fruta e plantei...”.

A frase: “Quando eu trabalhava eu ia pegando semente por onde eu andava e plantava” revela uma prática interessante de Dona Maria em relação à coleta de sementes durante o seu período ativo profissionalmente. Tal comportamento indica um vínculo direto entre as suas experiências diárias e a criação do seu espaço verde. Ao recolher sementes durante suas atividades cotidianas, ela não apenas incorpora elementos naturais ao ambiente, mas também estabelece uma conexão mais profunda com as plantas. Cada semente carrega consigo uma história, uma origem, e uma lembrança do momento em que foi coletada.

E, a segunda parte da resposta de Dona Maria: “Essas daqui [carambola, bacupari e graviola] eu comprei uma fruta e plantei...” oferece um complemento ao seu relato sobre a aquisição de plantas para o seu quintal. Ao comprar a fruta, consumi-la e separar a semente para o plantio, Dona Maria demonstra uma abordagem prática e acessível para enriquecer a diversidade de frutas no seu quintal, o que reforça a sua capacidade de observação e aprendizado sobre o manejo das mais diferentes espécies.

Logo, Dona Maria transforma as suas andanças diárias em oportunidades para nutrir e ampliar o seu quintal, elevando ainda mais o significado desse lugar como um espaço carregado de memórias e experiências vividas. Essas práticas indicam a importância da experiência pessoal e da experimentação na construção do seu espaço verde, revelando não apenas uma conexão prática, mas também uma conexão afetiva com cada uma das plantas presentes em seu quintal. Portanto, entendo que cada uma dessas sementes se torna um elo entre o passado, o presente e o futuro e configuram-se como o registro da afetividade e da sabedoria de Dona Maria pelas plantas.

Além disso, ressalto que além do universo vegetal, é notável que o quintal de Dona Maria abriga uma diversidade de seres vivos, formando um ecossistema rico e pulsante. Entre pássaros, cágados, iguanas, jacarés, galinha d'água e “um bocado de passarinho...” a vida se desdobra em diversas formas. Animais que fazem parte do dia a dia dos moradores e das moradoras da região e, seguramente, do meu também. Esses animais não apenas existem, mas são parte integrante da

dinâmica do local, nem sempre tão harmoniosa, pois aqui “tem cangampara, aquele ‘jabuti achatado’, que o carro passa por cima deles no meio da rua” (Dona Maria, 2023).

Logo, a menção ao cangampara, também conhecido como cágado-de-barbicha, que enfrenta desafios diários como o risco de ser atropelado por carros na rua, introduz uma preocupação e conflito entre o ambiente natural e a urbanização. Essa problemática foi abordada na matéria intitulada *População denuncia falta de sinalização e morte de animais silvestres em Teresina*. Lucas Moura (2024) apresenta as declarações da ambientalista Jacqueline Lustosa, presidente do Instituto Social Ambiental Cágado-de-Barbicha (Cabar), do morador Jorge Marreiros e da moradora Dona Jesus.

Jacqueline Lustosa explica que as tartarugas saem para pôr seus ovos quando a lua está cheia, e o cágado-de-barbicha no período chuvoso. Ela destaca que o instituto realiza *blitz* educativa para orientar os/as motoristas que circulam na região. No entanto, salienta que a solução efetiva deve partir das autoridades às quais já foram acionadas pelo órgão. Entre as reivindicações apresentadas estão a implementação de túneis de fuga, sinalização adequada na pista, redutores de velocidade, iluminação adequada e uma atuação mais presente por parte da Polícia Ambiental. Essas medidas são necessárias para mitigar os impactos negativos da interação entre a fauna local e as atividades urbanas, contribuindo para preservar a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Paralelamente, moradores e moradoras da comunidade expressaram suas preocupações e anseios, como exemplo, Jorge Marreiros, que aponta a necessidade de um canal subterrâneo para que os animais atravessassem a avenida em segurança. Contudo, ele lamenta a falta de ação por parte da Prefeitura, afirmando que “se depender dessa Prefeitura aí, não vai sair nunca”. Diante da ausência de respostas efetivas da administração municipal, a comunidade, representada por Dona Remédios, mobiliza-se coletivamente para resgatar os animais. Ela compartilha a tristeza por testemunhar esses eventos por mais de trinta anos e destaca seu esforço pessoal para retirar os animais da situação de risco, mesmo considerando-se uma pessoa idosa. Tal engajamento da comunidade ratifica a importância do protagonismo local, com foco na preservação do meio ambiente.

Para dar continuidade apresento a descrição de Dona Maria sobre a lagoa:

A água era tão clarinha que dava pra ver os peixes. O Carlos [um dos filhos de Dona Maria] pescava era muito aí pra gente comer... um cará e outros tipos. Esse ano apareceu um jacaré aí. Eu não sei cadê ele. Bem aí na beirinha. Ele sai pra fora pra tomar sol. Todo dia de manhã cedo quando ela levanta, ela [uma das filhas] vem olhar. Diz que é o filho dela (Dona Maria, 2023).

A descrição do ambiente lacustre revela a qualidade da água por volta dos anos 1970 e 1980, permitindo visualizar os peixes que habitam o local. O relato sobre a pesca realizada por Carlos, um dos filhos de Dona Maria, destaca a relação prática entre a família e o meio ambiente, evidenciando a sustentabilidade alimentar proporcionada pelo entorno natural. Outrossim, a menção ao aparecimento de um jacaré pode revelar a um/a leitor/a que não é/conhece profundamente a região como uma surpresa e/ou encantamento, mas para nós moradores/as da região é o nosso cotidiano. Além disso, o fato de a filha considerar o jacaré como “filho dela” adiciona uma humanização na relação entre os/as moradores/as e a fauna local, o que demonstra afetividade e aceitação desses animais como parte integrante da vida cotidiana.

Portanto, ao caminhar pelos quintais deparei-me com uma riqueza de plantas, que abrange desde as medicinais, até as árvores frutíferas e ornamentais. Entretanto, a observação de Dona Maria sobre “as plantas para morrer” adiciona uma dimensão que merece destaque. Como registrado na fala de Dona Maria: “Essa aqui é de enfeitar caixão, de defunto, quando morre. A gente bota umas folhinhas dentro”. A partir dessa fala entendo que a relação com as plantas possui uma dualidade: vida e morte entrelaçadas.

O simples gesto de “botar uma folhinha dentro” não apenas serve a uma função estética, mas também revela a presença das plantas em rituais simbólicos e práticas tradicionais, unindo elementos naturais à espiritualidade e à cultura local.

Além disso, percebo que cada planta necessita de conhecimentos específicos quanto ao manejo, adubação e quantidade adequada de água por parte dos seus moradores e moradoras. Logo, entendo que os quintais em estudo se configuram como patrimônio cultural. Desfrutar e preservar esses quintais implica a transmissão contínua de saberes, usos e práticas, que de maneira tradicional são passados de uma geração para a outra.

Diante do exposto, afirmo que o ato de conservar, armazenar e plantar a semente, bem como cultivar e colher na época certa, demonstra um conhecimento intrínseco sobre cada planta ou erva. O reconhecimento preciso de cada espécie, a compreensão da parte da planta a ser utilizada, e a observação de fatores como a coloração adequada das folhas indicam uma compressão prática e sensorial dos moradores e moradoras em relação ao ambiente vegetal ao seu redor.

Esses conhecimentos específicos não apenas refletem a expertise local em relação aos usos das plantas e suas propriedades medicinais, mas também evidenciam a atenção minuciosa dedicada às características de cada planta. A escolha do momento adequado para colher e plantar, o estado ideal para a utilização, seja com folhas verdes, amareladas ou secas, o que revela uma série de saberes acumulados ao longo do tempo.

Essa riqueza de conhecimentos é parte integrante do cotidiano das pessoas que habitam a comunidade. Mais do que simples práticas, estes saberes são elementos transmitidos, mantidos e preservados na memória coletiva, evidenciando-se como uma parte vital da dinâmica cultural local. Essa interação contínua reforça a importância desses ambientes [quintais] como expressões vivas da cultura, enraizando-se nas tradições e promovendo a continuidade do legado cultural.

Entretanto, essa lógica de saberes enfrenta incertezas quanto ao seu futuro. O relato de Dona Maria (2023) acerca da intervenção externa em que pessoas identificadas como sendo “do

Figura 18 - Selo de cadastramento do imóvel



Fonte: Ferreira (2023).

Lagoa do Norte” visitaram a comunidade para fotografar as casas, examinar o terreno e colocar um selo (imagem 18), destacando-se como uma ameaça à estabilidade desses conhecimentos.

Logo, essa ação por parte da Prefeitura de Teresina representa uma intervenção que não incluiu um diálogo pré-

vio com os moradores e moradoras locais. Mesmo com as casas seladas em 2014 não houve um processo de consulta sobre o PLN e a necessidade de proteção das plantas medicinais que vivem na região, bem como a preservação dos conhecimentos locais. Logo, essa falta de comunicação ressalta a urgência de incluir as comunidades afetadas em decisões que impactam diretamente seu lugar de saberes.

Portanto, os quintais são lugares de ancestralidade, pois como afirma Amadou Hampâté Bâ (1982, p. 211) “a ancestralidade também é inserção numa comunidade e o sentimento de pertencimento alimentado pela capacidade de traçar a genealogia e contar as histórias do coletivo”. Assim, compreendo, que é por meio da ancestralidade que se guardam saberes que ecoam

de geração em geração, saberes vivos transmitidos da boca para o ouvido, ou seja, da boca do mais velho para o ouvido do mais novo.

Nesse contexto, cito ainda Eduardo Oliveira (2009), o qual menciona que o pesquisador entende a ancestralidade como uma categoria analítica, uma epistemologia, destaca a importância de decodificar seus próprios significados a partir do território que produz e dos seus signos de cultura. Dessa forma, os quintais da comunidade são entendidos como um território rico em história e sabedoria em que a relação entre passado, presente e futuro se costuram, como será aprofundado no próximo capítulo.

4 NÃO EXISTE TERAPEUTA POPULAR SEM PLANTA

*“Sem folha não tem sonho, sem folha não tem festa, sem folha não tem vida,
sem folha não tem nada”⁴¹*
Maria Bethânia⁴²

A letra da música *Salve as Folhas*, interpretada pela artista brasileira Maria Bethânia, lembra a relevância das folhas ao afirmar que sem elas não há sonho, festa ou vida. Esses versos remetem à riqueza presente entre as folhas e a vida, algo que também é enfatizado nos itãs, especialmente no que diz respeito ao orixá Ossaim, também conhecido como Ossanha.

Ossaim ou Ossanha é um orixá que se dedicou ao estudo das plantas e suas propriedades medicinais. De acordo com os relatos míticos da cultura iorubá, um dia ao atravessar a rocha que divide o céu da terra, Ossaim carregava consigo inúmeras folhas. Ao ser questionado por Orumilá sobre o motivo de estar carregado de folhas, Ossaim respondeu que as buscava para fazer remédios, pois sabia que existiam pessoas doentes na terra, pessoas que precisavam das propriedades medicinais das plantas.

Orumilá ficou impressionado com toda a dedicação de Ossaim em ajudar as pessoas e o convidou para nomear todas as espécies de plantas, proporcionando-lhe um conhecimento sobre as mesmas e suas propriedades medicinais. Assim, Ossaim tornou-se conhecido como o senhor da cura e do axé das folhas, sendo considerado o orixá dos milagres, devido ao seu grande conhecimento sobre plantas medicinais e remédios naturais com efeito de cura para diversos tipos de doenças. Todo esse conhecimento foi adquirido através da sua sabedoria empírica e do registro dos seus estudos.

Logo, esse itã ilustra não apenas a importância das plantas no processo de cura e no ato de proporcionar bem-estar às pessoas, mas também valoriza a sabedoria ancestral e a importância de preservar e valorizar esses conhecimentos tradicionais sobre as propriedades medicinais das

⁴¹ Conheça a música em: <https://www.youtube.com/watch?v=PoHXiJlu7cw>.

⁴² Maria Bethânia Vianna Teles Veloso nasceu em Santo Amaro, Bahia, no dia 18 de junho de 1946. Sua trajetória artística teve início em 1964, quando participou do show "Nós, Por Exemplo", ao lado de Caetano Veloso, Gal Costa, Gilberto Gil e Tom Zé, na inauguração do Teatro Vila Velha, em Salvador. Ao longo de sua carreira, Maria Bethânia se destacou não apenas pela qualidade de sua voz, mas também por sua interpretação única e envolvente. Sua abordagem musical, profundamente ligada às raízes da cultura baiana, conquistou o público e a crítica especializada. Em 2016, recebeu uma emocionante homenagem da escola de samba Mangueira, que desfilou no carnaval do Rio de Janeiro com o enredo "Maria Bethânia, a menina dos olhos de Oyá". Essa homenagem foi um reconhecimento do impacto e da importância de sua contribuição para a música brasileira ao longo das décadas (UFBA em movimento, 2024).

folhas e ervas. Essa mensagem ecoa na letra da canção de Maria Bethânia que enfatiza a essencialidade das folhas não apenas para a vida cotidiana, mas também para as celebrações e as festas que marcam a nossa existência.

Com efeito, o último capítulo desta dissertação tem como objetivo central compreender a intrínseca relação entre lugar e saúde, aprofundando elementos fundamentais que compõem tais entendimentos. Essa análise se mostra indispensável para uma compreensão da saúde na comunidade ribeirinha Boa Esperança.

Portanto, é no chão da zona norte de Teresina onde as raízes da comunidade se entrelaçam com a terra e tudo isso ganha vida de forma autêntica e genuína. É nesse solo fértil que as redes de apoio horizontal se fortalecem, criando um ambiente propício para o florescimento de saberes e práticas. Logo, as histórias contadas pelas gerações encontram ressonância nos corações e nas memórias dos moradores e moradoras, tornando-se parte integrante do tecido cultural e social desse lugar.

4.1 NA COMUNIDADE: lugar e saúde

O Brasil é um país que abriga uma multiplicidade de grupos humanos representados por diversas denominações, como povos, comunidades, culturas, populações e sociedades, acompanhados por adjetivos como tradicionais, rurais, autóctones, dentre outros (Little, 2018). Assim, essa complexidade requer posicionamento e escolhas. Escolho a categoria de análise **comunidade**, presente neste estudo, desde o título deste trabalho.

Para o aprofundar da compreensão, recorro a Ailton Krenak e Yussef Campos (2021), os quais enfatizam que a comunidade não se limita apenas a um espaço físico habitado por pessoas, mas é também o lugar da criação e invenção. É o lugar que molda a nossa subjetividade. Assim, segundo os autores, a comunidade representa uma teia de propósitos compartilhados que nos unem de maneira cúmplice.⁴³ Como os autores pontuam, a comunidade pode ser concebida como um organismo vivo e dinâmico em que as relações de cumplicidade são vitais para o seu funcionamento e evolução.

No texto *A Potência do Sujeito Coletivo*, Krenak (2018) amplia a compreensão sobre comunidade, enfatizando que se trata de uma estrutura organizacional que pressupõe o acesso coletivo aos recursos essenciais. Isso envolve não apenas o acesso à água, ao rio, e aos alimentos,

⁴³ Entendo cumplicidade como o apoio e a colaboração para decisões e resoluções.

mas também acesso à sociabilidade e a vida em comum, que envolve toda a coletividade. Esses usos coletivos, conforme o autor, são a essência da comunidade, evidenciando a interdependência e a solidariedade que permeiam as relações dentro desse contexto.

Isto posto, relembro que a Comunidade pesquisada se encontra inserida no espaço urbano, mesmo que se autorreconheça um quilombo urbano desde 2019, o reconhecimento pelos órgãos competentes segue em processo no momento presente (maio de 2024). Nesse sentido, a região em estudo está dividida em bairros. Portanto, apresento o entendimento da pesquisadora Sandra Augusta Leão Barros (2004) sobre os limites dos bairros. Ela aborda a distinção entre os limites administrativos e subjetivos em relação aos bairros urbanos.

A autora destaca que para os moradores e moradoras a identificação cognitiva do espaço é mais relevante do que a delimitação oficial, pois é a partir dessa percepção subjetiva que a base social se estabelece. Isso significa que embora existam limites administrativos necessários para fins práticos e de gestão urbana, são os limites subjetivos que conferem uma identidade única a cada comunidade, influenciando as dinâmicas sociais e as relações cotidianas.

Para ilustrar este entendimento apresento a fala de Dona Maria:

Olhe, minha fia, aqui antigamente não tinha esse negócio de bairro era tudo uma coisa só. A gente só falava assim: lá na beira do rio, lá na cidade, depois da ponte, lá na Volta do Tucum, perto do muro do aeroporto, antes ou depois do cemitério, aqui mesmo chamavam a rua do pé de pau, que cortaram ele. Eu não lembro é o nome do pé de pau. Agora que colocaram nome diferente em tudo. A Volta do Tucum virou a Praça do Itaperu. Os mais novos que colocaram esses nomes (Silêncio) (Dona Maria, 2023).

O depoimento de Dona Maria oferece uma visão singular sobre os limites do espaço urbano, refletindo um entendimento subjetivo que contrasta com a oficialização posterior dos bairros. Ela relembra uma época em que não havia a concepção de bairros, mas sim uma única entidade geográfica e social. Isso é expresso quando ela descreve sua visão unificada, mencionando diferentes pontos de referência como a beira do rio, a cidade e a ponte, sem estabelecer limites formais entre eles.

Nesse contexto, o estudo do pesquisador Juan Paul Macedo Duarte (2018) sobre a oficialização do Bairro Nova Brasília oferece uma perspectiva histórica relevante. O autor relata que a região em que residiam os/as moradores/as mais antigos/as era conhecida como Lagoa do Jacaré, em referência a uma lagoa natural na área, porém a região não era reconhecida oficialmente como um bairro. Além disso, o local enfrentava problemas de denominação devido à instalação de um arame ao redor do aeroporto, sendo denominado como Volta do Tucum.

A mudança na nomenclatura do lugar foi discutida em uma reunião em que surgiu a sugestão de nomear o local como Nova Brasília. Essa proposta foi bem recebida pela comunidade, refletindo um sentimento de orgulho. Em 1973, a Prefeitura Municipal de Teresina oficializou a região como o Bairro Nova Brasília, marcando o início da sua integração à estrutura formal da cidade. O abastecimento de energia elétrica chegou à região no ano de 1974 e em 1975 foi instalada a rede de abastecimento de água. Em 1979, a comunidade local teve acesso, pela primeira vez, à televisão analógica, que foi instalada na Praça do Triângulo.

Logo, a narrativa apresentada sobre a mudança na nomenclatura dos locais corrobora com a ideia de Barros (2004). Antes, as referências eram feitas a partir de características marcantes na paisagem do lugar, refletindo a percepção subjetiva dos moradores e das moradoras. No entanto, com o passar do tempo, houve uma oficialização das áreas de zoneamento e a atribuição de nomes específicos aos bairros. Essa transição evidencia a coexistência e a importância de ambos os tipos de limites para a definição e organização do espaço urbano, o que demonstra os enredamentos das relações entre as pessoas e o lugar em que vivem.

Esses enredamentos estão presentes na comunidade em estudo, pois é importante destacar que ao longo desta pesquisa percebi que há três elementos que merecem atenção: a Avenida Boa Esperança, a Comunidade Boa Esperança e a Luta da Boa Esperança.

O primeiro refere-se à Avenida Boa Esperança. Ela atravessa toda a zona Norte, indo desde o final do Parque Acarape até o parque Encontro dos Rios, passando por quatro bairros locais: Acarape, Matadouro, São Joaquim e Olarias. Essa é uma das principais avenidas da região, é bastante movimentada, especialmente por ciclistas, além de ter um tráfego intenso de carros e ônibus. Sua característica marcante é um dique protetor e o fato de corresponder a uma via de comunicação essencial para a zona Norte. Ao longo da sua margem está presente hortas comunitárias e algumas ocupações irregulares (Matos; Afonso, 2016).

O segundo elemento diz respeito à compreensão da Comunidade Boa Esperança, e para ilustrar esse parecer, recorro a Lucas Coelho, autor do trabalho de dissertação intitulado *Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí*. Coelho observa que não existe uma opinião uniforme sobre os limites da Comunidade. As pessoas que nela vivem se identificam como pertencentes a “Boa Esperança”, mas não conseguem delimitar precisamente onde começa e termina este território. As pessoas, reconhecem apenas que entre os trechos da Avenida Boa Esperança e o seu entorno são consideradas moradores e moradoras da Comunidade. Portanto, a Comunidade Boa Esperança é concebida como “um lugar no qual pessoas, animais, rios, lagoas, plantas, terra e

quiabos constituem-se reciprocamente através de uma contínua interação entre estes organismos e seus ambientes”, conforme Coelho (2017, p. 25) descreve.

E, por fim, é imprescindível destacar a Luta da Boa Esperança em meio a essas transformações urbanas. Relembro que o PLN impactou 13 dos 25 bairros localizados na zona Norte de Teresina. Em sua primeira fase, elaborada entre os anos de 2005 e 2006 e concluída em 2014, afetou os seguintes bairros: Acarapé, Matadouro, Parque Alvorada e São Joaquim. Já na segunda fase, em andamento desde 2015, pretende incluir os bairros: Nova Brasília, Poti Velho, Olarias, Mafrense, Alto Alegre, Itaperu e Aeroporto. É importante ressaltar que nesse processo, 513 famílias foram atingidas na primeira etapa, e a previsão é que 2.180 famílias sejam impactadas na conclusão da segunda etapa (Teresina, 2007; MPF, 2018).

Desta feita, a luta pelo direito de permanecer nas suas casas ficou conhecida como a Luta da Boa Esperança. Esse embate não se resume apenas a resistir ao deslocamento, mas também abrange a defesa do modo de vida e das relações comunitárias que caracterizam a Comunidade Boa Esperança como um lugar único e significativo para os seus moradores e as suas moradoras.

Figura 19 - Boa Esperança e suas diferentes representações



Fonte: Demarca Boa Esperança (2024)

Logo, a organização e a mobilização da comunidade tornam-se essenciais para os desafios impostos pelo PLN e assegurar a continuidade dos saberes tradicionais que permanecem vivos na comunidade.

Isto posto, apresento a imagem 19, que traz duas representações distintas da comunidade Boa Esperança. À esquerda, vê-se uma ilustração colorida feita por crianças em uma oficina de cartografia afetiva. Nela, o lugar é retratado de maneira viva e pessoal, com elementos naturais

como árvores e o rio em destaque. A representação é rica em detalhes, como casas dispostas de forma comunitária e uma figura em um pescador.

À direita, vemos um mapa técnico produzido pelo Programa Lagoas do Norte. Este mapa é mais objetivo e funcional, com linhas retas, setas e etiquetas que indicam a infraestrutura e os planos de desenvolvimento, como a duplicação da Avenida Boa Esperança e a presença de paleoceanais. A presença desses elementos técnicos sugere uma abordagem que prioriza o desenvolvimento urbano e a reorganização espacial, em potencial contraste com a vivência e a identidade da comunidade retratada na ilustração infantil.

A análise desses elementos evidencia um choque entre duas perspectivas: a visão afetiva e comunitária *versus* a abordagem técnica e desenvolvimentista. A ilustração das crianças pode ser interpretada como uma expressão de pertencimento e apego ao lugar, em que a natureza e as interações humanas têm um valor intrínseco. Por outro lado, o mapa técnico reflete uma lógica de progresso que muitas vezes desconsidera essas relações, focando na reorganização do espaço urbano beneficiando a locomoção de carros que trafegam na avenida Boa Esperança, o que pode levar à remoção de comunidades inteiras.

Assim, os três elementos citados, acerca da Avenida Boa Esperança, como um ponto central de conexão para a zona Norte; a Comunidade Boa Esperança percebida como um organismo vivo e dinâmico e a Luta da Boa Esperança em meio às transformações urbanas, afina-se ao entendimento de Sandra Barros (2004) sobre a subjetividade dos bairros. Portanto, é justamente essa subjetividade que dá coesão e significado às comunidades, transcendendo os limites administrativos e dando voz às memórias, histórias e práticas que moldam o espaço urbano.

Nesse contexto, revelo que em uma conversa informal, realizada no dia 9 de fevereiro de 2024, Dona Maria Doró expressou sua inquietação com a obra em desenvolvimento na Lagoa ao lado do Posto de Saúde⁴⁴ devido à presença de uma árvore conhecida como Moringa. Ela informou que essa árvore foi plantada por um antigo rezador para beneficiar toda a comunidade. Dona Maria Doró destacou que o chá feito das folhas da Moringa é benéfico para dores nos ossos, porém devido à obra em andamento não consegue acessar a planta medicinal essencial para a sua saúde, a fim de preparar o chá. Essa situação evidencia a importância das práticas tradicionais de cuidado e os desafios enfrentados pelas comunidades frente às intervenções urbanas.

⁴⁴ Destaco que a referida Lagoa é conhecida pelos moradores e moradoras como Lagoa da Piçarreira, mas que nos documentos oficiais da PMT é denominada Lagoa do Mazerine.

Dessa forma, para compreender a lógica própria sobre saúde de uma comunidade ribeirinha, é imprescindível considerar as contribuições de pensadores e pensadoras, como Ailton Krenak, Vivian Camacho e Elisa Pakararu.

Ailton Krenak destaca que a saúde é um reflexo da experiência com a terra, enfatizando que a nossa mãe terra é o remédio mais potente. O autor ensina que as comunidades indígenas, de terreiro, ribeirinhas, povos da floresta ou quilombolas veem na terra o “acervo dos recursos que podem ser mobilizados em favor do bem-estar e do bem viver” (NUCS UFCG, 2021a).

Nessa mesma linha de pensamento, Vivian Camacho ressalta que a medicina ancestral “cuida do corpo humano, mas cuida também do corpo da mãe terra. Cuida dos animais, das plantas, dos seres humanos, dos lares sagrados porque é uma medicina integral desde o território, desde as comunidades”. Como médica boliviana e parteira tradicional, Camacho enfatiza que a nossa medicina tradicional e ancestral é uma parte intrínseca da força do povo, sendo tanto identidade quanto resistência cultural ao longo de séculos e milênios. Ela destaca a importância de lembrar que os povos indígenas resistiram à colonização, ao processo de genocídio e mantiveram vivos seus saberes ancestrais e culturais, contribuindo para a preservação e respeito pela diversidade cultural e pelo conhecimento tradicional (NUCS UFCG, 2021b).

E, para Elisa Pankararu, ativista indígena e antropóloga da etnia Pankararu, a saúde não pode ser compreendida separadamente do território. Ela entende o território como um espaço de gestão compartilhada em coletivo, onde se estabelece um sistema de harmonia que envolve águas, plantas, pedras, lagoas e todas as formas de vida. Esse sistema é vivo, repleto de histórias e convivências, e para Elisa, a saúde está ligada à preservação e à relação harmoniosa com o ambiente. Ela ressalta que a ausência ou a degradação do território compromete a saúde das comunidades, pois é nele que se encontram os recursos naturais fundamentais para a subsistência e o bem-estar coletivo (NUCS UFCG, 2021c).

Logo, as perspectivas do autor e das autoras destacam a relevância dos conhecimentos tradicionais e da ligação entre as pessoas que vivem na comunidade e natureza. Os ensinamentos de Vivian Camacho ao abordar que a medicina ancestral cuida não apenas do corpo humano, mas também do “corpo” da Terra e de toda a vida que a compõe, se somam ao entendimento de Ailton Krenak sobre a inter-relação entre saúde, território e saberes ancestrais. Essas visões conjuntas demonstram a profundidade e a significância das práticas de saúde e cuidado oriundas das comunidades tradicionais, em que a conexão com o ambiente natural é central, como ilustrado pela história de Dona Maria Doró e a árvore, moringa.

Além disso, a visão de Elisa Pankararu reitera a urgência de promover uma ligação mais estreita entre saúde, território e sustentabilidade ambiental, sublinhando a necessidade de políticas e ações que salvaguardem e preservem os territórios tradicionais das comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo. A pensadora, reconhece assim, que a saúde humana está ligada à saúde do ambiente em que vivemos, enfatizando a necessidade de uma abordagem integrada, que proteja tanto as práticas culturais tradicionais quanto o equilíbrio ecológico desses espaços e a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras.

Nesse contexto, o livro *Por quem vibram os tambores do além?* apresenta os dez princípios dos curandeiros, dos quais destaco o segundo - respeito à natureza. Este princípio revela a compreensão sobre a interconexão entre todos os elementos da natureza e sua relação com o divino. A terra é vista como a cabeça de Deus, as ervas e o capim, como os cabelos, céu e montes como a coluna, olhos de Deus são as estrelas e os planetas. Os rios e os mares são como os ouvidos e as pessoas e os animais representam o rosto de Deus! (Chiziane; Pita, 2013). Essa visão demonstra que os curandeiros compreendem sua inserção nas forças vitais que os cercam, escolhendo a energia vital manifestada por todos os elementos naturais para solucionar os desafios que afetam as pessoas. Esses princípios ressaltam a importância de uma relação harmoniosa e respeitosa com a natureza.

Em consonância com a perspectiva acima - que valoriza os conhecimentos tradicionais de saúde, evidencio mais uma vez a fala de Dona Maria Doró (2023) sobre as plantas e os medicamentos do mato. Sua fala carregada de familiaridade e sabedoria, ressalta a origem natural dos remédios: “Minha fia, veja bem, todo medicamento, toda injeção, todo remédio é feito de uma planta. Nós sabemos disso, não é?” Nesse contexto, ela oferece um exemplo prático ao mencionar um “matim” utilizado para amenizar os efeitos do “açúcar alto no sangue”: “Minha fia, você já ouviu falar na injeção de insulina? Pois é, eu tenho é a folha da insulina. É um matim. Dá em qualquer lugar. Minha fia, esse pé de insulina foi assim: a vizinha aqui foi capinar e aí deixou o matinho no pé do muro... Aí pronto subiu para cá ligeiro”.

Esses relatos ilustram a potência das plantas como fonte de tratamento e evidenciam a riqueza dos saberes dos/das terapeutas populares e ressaltam a importância de preservar e valorizar os recursos naturais em benefício da saúde e do bem-estar das comunidades.

No entanto, a diversidade de plantas medicinais no quintal da Dona Maria Doró vai além das folhas de insulina. Ela menciona outras plantas como quebra-pedra, estreptomicina, folha-santa, “mastruz”, como também algodão, bananeira, coqueiro, limoeiro, laranjeira, entre outras, que são usadas em suas práticas de saúde.

Ao ser questionada se todas as plantas utilizadas nos preparados são do seu quintal, Dona Maria Doró revela que a maioria delas é, mas a moradora acrescenta que também recorre à vizinhança ou à horta comunitária quando necessário. Ela destaca a importância de compartilhar conhecimento e recursos, mencionando que, às vezes, traz sementes e mudas de outros lugares e as cultiva não apenas na sua própria casa, mas também na casa das vizinhas. Dessa forma, essa troca de saberes e recursos é essencial para a produção dos remédios do mato, como garrafadas, banhos para cabeça, “guentos”, lambedores, que são amplamente utilizados por terapeutas populares.

Além disso, Dona Maria Doró destaca que essa prática não se limita apenas ao uso das plantas em si, mas também envolve a preparação dos remédios de forma artesanal e o conhecimento sobre as combinações adequadas para cada tratamento específico. Esse processo de cura baseado na natureza e na partilha de saberes ancestrais demonstra a importância da preservação e valorização da medicina tradicional como uma alternativa complementar aos sistemas de saúde convencionais.

Assim, diante da pergunta: Como a senhora explica o que é uma garrafada? Dona Maria Doró, responde:

É a junção de plantas medicinais passadas no liquidificador, depois passadas na peneira, botada na garrafa e ficar tomando. Quando eu fiz uma cirurgia eu tomava só uma vez no dia. Eu não gosto de garrafada não, então, eu tomava só uma vez no dia, mas tem gente que gosta, pode tomar até três vezes (Dona Maria Doró, 2023).

O trecho apresentado oferece uma descrição do processo de preparação da garrafada, um remédio do mato feito a partir de plantas medicinais. É explicado que as plantas são trituradas no liquidificador e depois passadas por uma peneira antes de serem colocadas em uma garrafa para que a bebida seja consumida ao longo do dia. Além disso, a entrevistada compartilhou sua experiência pessoal de consumo, mencionando que, após uma cirurgia, tomava a garrafada apenas uma vez por dia, indicando uma prática flexível adaptada à sua necessidade.

Destaco também a preferência individual, já que ela menciona não gostar muito desse tipo de remédio, ressaltando a importância de respeitar as preferências e necessidades de cada pessoa. A variação na frequência de consumo, mencionando que algumas pessoas fazem uso da garrafada até três vezes por dia, ilustra como a utilização desse tipo de remédio pode variar conforme as recomendações dos/das terapeutas populares, enfatizando a adaptação do tratamento de acordo com cada situação específica.

Outro medicamento do mato trata-se do lambedor, que além de explicar o que é Dona Maria Doró ensina um preparado:

Um lambedor é tipo um xarope. Você pega a planta, do mesmo jeito que você prepara um banho. Você pega estreptomicina, folha-santa, a bucha-da-banana, que é o coração, você sabe, né? Você pega ele e bota pra murchar no sol quando tiver bem murchim você corta e bota pra cozinhar e você bota estreptomicina, folha-santa, se tiver hortelã ou malva você bota tudo pra cozinhar junto. Terminou... você escorre, coa, bota açúcar e fica tipo um mel. Bota num vidro, na geladeira e fica dando e não “qualha” (Dona Maria Doró, 2023).

Esse trecho descreve detalhadamente o processo de preparação de um lambedor, um tipo de xarope utilizado nas práticas de saúde populares. A narradora, ao explicar o método, demonstra um conhecimento sobre as plantas e suas propriedades medicinais. Ela inicia comparando o lambedor a um xarope, indicando que ambos são formas de administração de medicamentos líquidos. Em seguida, ela descreve o passo a passo da preparação, começando pela escolha das plantas, como estreptomicina, folha-santa e bucha-da-banana, que são reconhecidas por suas propriedades terapêuticas.

Ao mencionar a bucha-da-banana como o "coração", ela faz uma analogia que evidencia a importância dessa parte da planta na preparação do lambedor. O processo de murçamento ao sol antes de cozinhar ressalta a técnica utilizada para extrair as propriedades das plantas de forma eficaz. A inclusão de outras plantas, como hortelã ou malva, reforça a ideia de combinação de diferentes ingredientes para potencializar os efeitos medicinais do lambedor.

A fase final do preparo, que envolve escorrer, coar e adicionar açúcar para criar uma consistência semelhante a um mel, demonstra a preocupação em tornar o medicamento mais palatável e agradável ao consumo. O armazenamento correto, mencionado ao colocar o lambedor em um vidro na geladeira para evitar o surgimento de fungos, revela o cuidado com a conservação do produto e a preocupação em mantê-lo seguro para o uso.

No mesmo contexto, a narradora aproveita para explicar o uso do “banho pra cabeça” - uma prática de saúde utilizada para aliviar os sintomas gripais na comunidade. Ela descreve os ingredientes utilizados nesse banho que incluem folha de algodão, folha-santa, estreptomicina, cascas da laranja e pião-roxo.

Além disso, Dona Caiçara Castelo Branco (2023) menciona os “guentos” que consistem em um amassado, preparado em um pilão ou em um paninho. Nesses amassados são geralmente adicionados azeite de mamona ou azeite de coco, aquecidos no fogareiro e aplicados sobre a ferida para alívio da dor e cicatrização. Esse remédio do mato não se limita a feridas simples,

sendo também usada em casos de tumores. Nesses casos, adiciona-se uma farinha embebida em azeite para “chupar” o material afixado no interior do tumor, podendo ser “de água” ou “de carne”.

Logo, a explicação adiciona mais informações sobre as práticas de saúde empregadas para diferentes condições, demonstrando a variedade de conhecimentos e práticas da Comunidade. Assim, a importância da adaptação desses métodos – conforme as necessidades individuais – ressaltam a versatilidade e a complexidade das práticas de saúde na Comunidade. A integração entre o conhecimento ancestral e a prática contemporânea dos/das terapeutas populares demonstra a relevância dessas terapias, reforçando a necessidade premente de preservar e valorizar essa rica herança cultural.

Essa conexão entre as práticas de saúde tradicionais e reflexões contemporâneas sobre Saúde e Doença remete a uma abordagem culturalmente sensível. Para tanto, as reflexões de Moacyr Scliar (2007) complementam essa visão ao enfatizar a dinâmica dos conceitos de Saúde e Doença, realçando que esses conceitos são reflexos da conjuntura social, política e cultural. A visão do autor lembra que Saúde e Doença não possuem significados universais, mas multifacetados, variando para cada pessoa e influenciados pela época, lugar e classe social. Além disso, esses conceitos estão ligados às diferentes concepções filosóficas, científicas e religiosas que permeiam a sociedade.

Logo, essa complexidade cultural implica em diferentes perspectivas e práticas relacionadas à saúde, evidenciando a importância de considerar a diversidade cultural ao discutir essas temáticas em um país tão heterogêneo como o Brasil.

No entanto, como enfatizado pelo cientista político Daniel Mato (2017), estamos testemunhando uma desqualificação dos modos de produção e acumulação de conhecimentos dos povos tradicionais, sejam indígenas ou afrodescendentes. Essa desqualificação, resalta o autor, é parte de uma herança colonial e racista que deve ser minuciosamente estudada, criticada e superada. Diante desse cenário, em que os chamados conhecimentos científicos coexistem com os saberes ancestrais, tradicionais ou locais, estes últimos enfrentam diversas ameaças. Para enfrentar esses desafios, torna-se imperativo dar voz a esses saberes, como destacado por Peter Drucker (2007).

Paulina Chiziane, escritora moçambicana, bem como Rasta Samuel Pitta, também de origem moçambicana e curandeiro, o autor e a autora da obra *Por Quem Vibram os Tambores do Além?*, argumentam que na África a cultura e a medicina local desempenhavam um papel importante para manter as pessoas saudáveis, fortes e robustas por meio dos curandeiros e curandeiras.

Contudo, com a chegada dos europeus, ou seja, com o início da colonização, o diabo passou a ser associado à imagem de uma pessoa negra, e todo o conhecimento acumulado e conservado pelos curandeiros passou a ser diabólico, o que contribuiu para a deturpação e demonização deles. Esse processo tinha como objetivo eliminar as tradições, a cultura e a sabedoria africana.

Essa narrativa ressalta como a colonização em Moçambique não apenas usurpou os aspectos práticos da medicina tradicional africana, mas também distorceu sua essência, relegando-a a uma conotação negativa e diabólica. De maneira análoga ao que ocorreu durante a colonização no Brasil, esse processo reflete a imposição de uma perspectiva eurocêntrica sobre as práticas tradicionais, desvalorizando e marginalizando saberes ancestrais valiosos.

Para compreender o que Daniel Mato (2017) caracteriza como herança colonial e racista, penso ser necessário revisitar as teorias raciais do século XIX. Para Renato Ortiz (2006) essa revisitação torna-se imprescindível, uma vez que o autor traz à baila os cientistas sociais considerados os teóricos precursores das Ciências Sociais no Brasil, como Sílvia Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Ortiz expõe para o leitor que estes teóricos foram influenciados por teorias europeias, dentre elas o positivismo e o *darwinismo* social, além do impacto do processo de escravização. Com o advento da Abolição, o negro, agora livre, passa a ser considerado um cidadão de segunda categoria, porém ainda é visto como fator dinâmico na economia brasileira, de acordo com Nina Rodrigues e Sílvia Romero.

Diante da herança colonial e racista, o branco adquire uma posição de superioridade na formação da civilização brasileira (Ortiz, 2006). Na mesma linha de pensamento, Kabengele Munanga (1999) destaca que o processo de formação da identidade nacional no Brasil foi marcado por métodos eugenistas que visavam o embranquecimento da sociedade. No entanto, este projeto fracassou e resultou em uma: “sociedade plural constituída de mestiços, negros, índios, brancos e asiáticos, cujas combinações em proporções desiguais dão ao Brasil seu colorido atual” (Munanga, 1999, p. 19).

A perspectiva apontada por Munanga evidencia a complexidade da composição étnica e racial do Brasil contemporâneo, resultante da miscigenação entre diferentes grupos étnicos. Contrapondo-se ao projeto eugenista do passado, a realidade contemporânea reflete uma diversidade cultural e racial que contribui para a riqueza do país. O autor destaca essa pluralidade, ressaltando que as combinações desiguais deram origem ao colorido peculiar que caracteriza a sociedade brasileira atual. Que, no meu entender, não se limita às cores, mas engloba toda a lógica de produção do conhecimento e a variedade de saberes presentes na sociedade.

Essa visão ampla e inclusiva encontra eco nas palavras de Deise Lucy Montardo e Márcia Regina Rufino (2017) que enfatizam que o conhecimento não se restringe a laboratórios ou salas de aula, mas está presente em todos os lugares, desde as ruas, no cotidiano, até as aldeias, sugerindo que a comunidade acadêmica deve buscar uma interlocução com esses contextos diversos, reconhecendo e considerando a existência de saberes tão plurais.

Neste contexto, o conhecimento presente no quintal da Dona Maria, investigado no segundo capítulo deste escrito, revela como um exemplo dessa pluralidade de saberes. Ali, encontrei práticas e conhecimentos que são aplicados diariamente por ela, com resultados que para a nossa comunidade, são significativos.

Dona Maria compartilha essa sabedoria adquirida ao longo do tempo de forma simples e direta:

A gente vai aprendendo com o tempo mesmo. Um ensina, outro ensina, você vai perguntando e você vai fazendo e vai tomando e vai perguntando e sabendo pra que é, né? E assim que você vai aprendendo. Você tá com febre e faz um chá, você tá com uma dor num lugar e vai, toma o chá e melhora. Então você pensa: "Esse chá aqui é bom, né?" (Dona Maria, 2023).

Nesse contexto, entendo que a fala acima retrata um processo de aprendizado informal e prático, baseado na experiência e na observação direta dos resultados. A expressão "A gente vai aprendendo com o tempo mesmo" indica que o conhecimento é adquirido ao longo do tempo através da prática e da vivência.

A frase "Um ensina, outro ensina" sugere que o conhecimento é transmitido de forma oral e prática, de pessoa para pessoa. Esse tipo de ensinamento pode ocorrer informalmente, sem a necessidade de uma estrutura educacional formal. A ideia de "você vai perguntando e você vai fazendo e vai tomando e vai perguntando e sabendo pra que é" destaca a importância da observação ativa e da experimentação na aquisição de conhecimento. É um processo contínuo de tentativa e erro, por meio do qual se aprende fazendo e observando os resultados.

O exemplo dado sobre fazer um chá para febre ou dor, e observar a melhora, ilustra como o conhecimento adquirido é imediatamente aplicado na resolução de problemas práticos do dia a dia, o que enfatiza a utilidade e a relevância do aprendizado. A frase "Então você pensa: 'Esse chá aqui é bom, né?'" mostra o processo de reflexão e avaliação que ocorre após a aplicação do conhecimento. Entendo, essa reflexão como uma forma de validação do aprendizado através da experiência pessoal.

Em resumo, a fala de Dona Maria descreve um ciclo de aprendizado contínuo e prático, baseado na experiência direta e na aplicação imediata do conhecimento adquirido. É um exemplo de como o conhecimento tradicional é, muitas vezes, construído e transmitido em contextos informais e comunitários.

Um exemplo notável é o uso de uma planta recebida de uma vizinha do bairro Mafrense⁴⁵ para o preparo de uma “garrafada”, a qual, segundo Dona Maria, é utilizada para tratamento do câncer. Apesar de não rememorar o nome da planta, ela exibe com orgulho a planta, ora, exuberante, mas garante que a muda chegou em suas mãos pequenininha. Dona Maria relata que já preparou a garrafada algumas vezes. Ela descreve o procedimento como simples, destacando que basta pegar algumas folhas, botar para cozinhar e esfriar na geladeira, resultando em uma bebida de tonalidade rosada, assemelhando-se à cor da beterraba. Quanto à utilização, Dona Maria explica que basta deixar na geladeira e consumir ao longo do dia.

Observo que a entrevistada destaca a simplicidade do preparo e a eficácia do tratamento percebida por ela e pela comunidade em que vive. Esse exemplo evidencia como os saberes tradicionais oferecem bem-estar a quem os utiliza.

Além disso, os métodos de transmissão do conhecimento utilizados pelos povos tradicionais são diversos, mas têm em comum a importância da oralidade, da escuta atenta e da prática contínua e cotidiana (Carvalho; Vianna, 2020). Essas formas de comunicação promovem a transmissão de conhecimento de geração em geração.

Além disso, é preciso notar a distinção entre a Comunidade em estudo e outras comunidades tradicionais, por exemplo, a etnia indígena do sertão pernambucano *Turká*. Nessa comunidade as práticas de saúde são transmitidas por meio de uma comunicação com seus mestres e mestras através de sonhos, revelando uma abordagem espiritual única na transmissão desses saberes. Como expressado por Maria José Turká, membro dessa comunidade, “[...] tenho uma gratidão muito grande por ser ensinada nos segredos da cura. [...] Não vou falar o que coloco nas minhas garrafadas e nos meus lambedores porque eu não tenho permissão espiritual para isso” (Turká; Turká, 2023).

⁴⁵ No período entre 1967 e 1969, o prefeito Joffre do Rêgo Castelo Branco empreendeu a abertura de grandes avenidas na cidade, resultando na transferência de centenas de famílias cujas casas foram desapropriadas para a região que, inicialmente, foi pejorativamente chamada de “Favelão”. Apesar desse apelido, a Prefeitura optou por denominá-la Mafrense, prestando homenagem ao sertanista Domingos Afonso Mafrense, um português proprietário de fazendas na Bahia. Mafrense foi responsável por estabelecer numerosas fazendas de gado no sertão do Piauí, com o respaldo de Portugal, que não reconhecia os/as indígenas como proprietários das terras e incentivava os fazendeiros a combaterem os povos e ocuparem o território (Teresina, 2020).

Nesse contexto, Maria José Turká expressa a sua gratidão pelo conhecimento que recebeu sobre cura e práticas naturais de saúde. Sua fala ressalta a importância desses saberes para a comunidade. No entanto, ela enfatiza que não pode revelar especificamente os ingredientes de suas garrafadas e lambedores devido a uma restrição espiritual.

Desse modo, a Comunidade Ribeirinha Boa Esperança e o povo *Turká* exemplificam abordagens distintas na transmissão de conhecimento tradicional. Enquanto na Boa Esperança, a transmissão é marcada pela oralidade, pela prática cotidiana e pela troca de saberes no dia a dia, no povo *Turká*, esse processo se dá de maneira mais espiritual, ou seja: através da comunicação por meio de sonhos.

Essas diferenças ressaltam a diversidade de métodos e abordagens existentes nas comunidades tradicionais, cada uma enraizada em sua própria cultura e contexto. Ambas as formas de transmissão, porém, demonstram a valorização e preservação dos saberes ancestrais, destacando a importância das plantas medicinais presentes em seus territórios.

Portanto, os povos tradicionais estão ligados ao seu território, dado que é nesse espaço que suas tradições são vivenciadas e preservadas ao longo do tempo. Seja através da relação com a água, como vista no modo de vida dos/as vazanteiros/eiras e pescadores/as, do mesmo jeito que a terra, representa um vínculo afetivo que guarda memórias coletivas enraizadas nesses espaços. É nesse contexto que se evidencia o “interesse [dos povos tradicionais] em explorar, de maneira não predatória, os recursos naturais” (Araújo, 1994, p. 303) vivendo em harmonia com a natureza e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Dentro desse cenário, destaca-se a série documental *Os invisíveis que vivem dos rios*, (Ocorre Diário, 2022), composta por cinco episódios, cujo propósito é dar visibilidade às pessoas, homens e mulheres, normalmente negligenciados pela mídia convencional, mas que dependem diretamente dos recursos que vêm do rio para a própria subsistência. Logo, é relevante enfatizar o testemunho de Dona Oscarina, moradora da região e pescadora, que denuncia as agressões ambientais enfrentadas pela comunidade. Entre as agressões estão os passeios de *jet skis* que são frequentes na região, que têm sido apontados como fator de assoreamento dos rios, contribuindo para o desmatamento das margens.

Segundo Dona Oscarina, os *jet skis* provocam danos significativos ao ambiente aquático, destruindo a vegetação ribeirinha e afugentando os peixes. Ela ressalta ainda que os praticantes desses passeios não contribuem de forma positiva para a comunidade, apenas causam danos irreparáveis ao rio.

Assim, a analogia entre a compreensão sobre o rio trazida por Dona Oscarina e a perspectiva de Ailton Krenak (2021) revela um entendimento sobre a relação entre o ambiente e os sujeitos que nele habitam. Para Krenak (2021) o Rio não é apenas um objeto de estudo para especialistas, mas um lugar de significado especial para os sujeitos coletivos que o habitam. Nesse sentido, a potência do Rio é percebida plenamente quando vista através da perspectiva individual de cada pessoa. Dessa forma, ao relacionar essa visão com a situação narrada por Dona Oscarina, entendo que ela representa o sujeito coletivo, aquelas pessoas que dependem do rio para a sobrevivência e qualidade de vida. Por outro lado, os praticantes de *jet ski* são vistos como sujeitos singulares, que exploram o rio de maneira individualista e sem considerar as consequências para a comunidade e para o meio ambiente.

Essa paridade destaca a importância de compreender e valorizar as visões coletivas sobre o ambiente, em contraponto às práticas individualistas que podem causar danos irreparáveis ao ecossistema fluvial e às comunidades que dele dependem.

Além disto, apresento a fala de Novinho, através do vídeo intitulado *Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança*. Ele traz alguns dados sobre os povos tradicionais do lugar. De acordo com ele são mais de 300 (trezentos) terreiros de matriz afro-religiosa que se utilizam de ervas e plantas nativas que crescem às margens dos rios; assim, pensando nessa prática o CDFS realizou ação de plantio de ervas e plantas nativas nas margens dos rios, dentre elas: Angico Preto, Angico Branco, Taboca e Jucá - plantas que são usadas para remédios e benzimentos. A ação de reflorestamento trouxe ainda as benzedadeiras mais antigas da comunidade para realizar oficinas sobre plantas diversas. Para ele, o PLN, através da desapropriação das famílias, coloca em risco os conhecimentos tradicionais dos moradores e das moradoras.

Diante do exposto, as falas de Novinho, bem como as ações articuladas pelo CDFS, ressaltam a força e a coragem de um povo em preservar sua memória e revelar sua história. Mostram ainda a força da comunidade em manter sua cultura, práticas e vivências coletivas e nos fazem repensar, em articulação com Ailton Krenak, Vivian Camacho e Elisa Pankararu, que a saúde para as populações ribeirinhas, quilombolas, ancestrais e tradicionais são compreendidas com uma articulação primeira e íntima com a mãe terra.

Logo, entendo que a hierarquização dos saberes, com o conhecimento médico tradicionalmente colocado acima dos saberes populares, reflete uma visão elitista e excludente que desvaloriza e marginaliza formas de conhecimento profundamente enraizadas nas comunidades. Esta lógica perpetua a ideia de que apenas o conhecimento científico ocidental é válido e legít-

timo, ignorando os ricos e diversos saberes acumulados ao longo das gerações pelas comunidades.

Acredito que se esta hierarquização persistir, corre-se o risco de que os saberes tradicionais, muitas vezes fundamentais para o cuidado e bem-estar das pessoas, sejam gradualmente esquecidos e até mesmo perdidos. Dessa forma, é imprescindível reafirmar a importância desses saberes, reconhecendo sua importância e valorizando sua contribuição para o bem-estar das comunidades. Entendo ainda que esta valorização enriquece o panorama geral de sabedoria disponível para enfrentar os desafios contemporâneos.

Portanto, a afirmação "Não existe terapeuta popular sem planta" ressalta a importância fundamental das plantas nas práticas de saúde. Elas são a base dos remédios do mato e representam o conhecimento ancestral transmitido ao longo das gerações. Essas plantas são utilizadas em diversas formas, como chás, garrafadas, lambedores e "guentos", sendo reconhecidas por suas propriedades medicinais e curativas. No contexto, das/dos rezadeiras/ores e benzedadeiras/ores, as plantas, muitas vezes, desempenham um papel central nas práticas de saúde. Essas pessoas, conhecidas por seus conhecimentos tradicionais, frequentemente utilizam plantas em suas práticas de benzedura. Portanto, a presença das plantas é indispensável para os/as terapeutas populares em geral. Nesse ínterim, no próximo tópico, abordarei com mais detalhes tais significados para os rezadores e rezadeiras.

4.2 "A REZA FOI O REMÉDIO!⁴⁶": práticas e vivências

Nesta seção, explorarei o ofício da reza, benzedura, benzeção ou benzimento, que são termos diversos para se referir ao ato de benzer e rezar. Segundo a cientista social Elda Rizzo de Oliveira (1983), o ato de benzer é entendido como a ação de abençoar, expressando solidariedade, tanto com as divindades, quanto com as pessoas inseridas na sociedade. Envolve pedir aos santos por benefícios tangíveis aos seres humanos, podendo assumir a forma de cumprimento, despedida ou conter desejos implícitos. Além disso, pode atuar como um fator que une culturalmente as pessoas e reforça os laços sociais.

⁴⁶ Fala de Dona Maria Doró durante a entrevista.

Essa prática está enraizada na Comunidade Boa Esperança, sendo realizada por pessoas conhecidas como rezadeiras/rezadores, benzedadeiras/benedores ou curandeiras/curadores. Pessoas que possuem um conhecimento específico sobre as rezas, as plantas medicinais e os gestos simbólicos utilizados durante o processo de reza.

É interessante destacar as memórias de Dona Maria Doró (2023) e seu processo de aprendizagem sobre as práticas de saúde e as rezas. Mas antes, faz-se necessário destacar o processo de sua chegada à região.

Quando pequena, a entrevistada, morou no interior da cidade de Miguel Alves, localizada no Piauí. Por volta dos 14 anos, ela se mudou para União, município do Piauí, buscando oportunidades de estudo. Decidiu, então, continuar os seus estudos formais em Teresina, lugar em que também encontrou trabalho. Durante oito anos atuou como professora em uma escola localizada na zona norte da cidade, construindo a sua carreira e vida na região. Foi no local de trabalho que conheceu o namorado, que mais tarde se tornou seu marido, em dezembro de 1989. Desde então, ela reside na região, sendo parte integrante da comunidade local.

Quanto ao processo para se tornar uma das rezadeiras da comunidade, ela relata:

Eu não sabia [rezar]. Eu aprendi por causa dos meus filhos. A pessoa que rezava neles era a Maria Leonarda e ela morava bem na frente da minha casa. Antes dela ir embora, pedi para ela me ensinar. Eu disse: “Me ensina para eu rezar em meus filhos”. E ela me ensinou... Depois, meus filhos cresceram e aqui e acolá, quando aparece alguma criança, eu rezo (Dona Maria Doró, 2023).

Esse trecho revela um processo significativo de aprendizagem e transmissão de conhecimento relacionado às práticas de reza e benzimento na comunidade. Dona Maria Doró expressa a sua falta de conhecimento inicial sobre a prática da reza, destacando que a sua aprendizagem nesse sentido foi motivada pela preocupação com a saúde e o bem-estar da sua família, especialmente quando soube que Dona Maria Leonarda se mudaria para outra região da cidade.

A menção a Maria Leonarda como a pessoa que rezava em seus filhos indica o papel significativo das rezadeiras na comunidade. Elas não apenas desempenham a função de benzer e levar cura aos enfermos, mas também têm um impacto social importante, fortalecendo sua identidade e ganhando legitimidade dentro da comunidade. Essas práticas não estão dissociadas das questões sociais, mas sim se entrelaçam na vida cotidiana das pessoas, especialmente nas comunidades tradicionais (Cunha; Gonçalves, 2016).

A proximidade da casa de Dona Maria Leonardo e da Dona Maria Doró facilitou o processo de ensino e aprendizagem, ressaltando a importância das relações interpessoais e da transmissão oral dessas práticas. Esse aspecto reforça a ideia de que o conhecimento tradicional é passado de geração em geração, não significando que esteja preso ao parentesco sanguíneo, muitas vezes, de forma informal e dentro do contexto comunitário.

Além disso, ao pedir para Maria Leonarda ensiná-la a rezar, Dona Maria Doró revela uma postura de abertura para aprender e incorporar esses conhecimentos em sua vida. Essa disposição para aprender e praticar a reza reflete um vínculo comunitário em que a partilha de saberes e práticas é valorizada e estimulada.

A continuidade dessa prática, conforme mencionado na frase "Depois, meus filhos cresceram e aqui e acolá, quando aparece alguma criança, eu rezo", evidencia a continuidade dessa prática ao longo do tempo e a sua expansão para além do âmbito familiar, demonstrando uma espécie de serviço à comunidade ao oferecer esses cuidados tradicionais a outras crianças, quando necessário. Isso reforça a importância e o alcance dos/das terapeutas populares na comunidade, que atuam não apenas como transmissoras/es de conhecimento, mas também como cuidadoras/res e curadoras/res de seus membros.

Por fim, além do aprendizado com Dona Maria Leonarda, Dona Maria Doró também menciona ter aprendido a rezar com outras pessoas da comunidade. Como é o caso da Reza para Carne Quebrada "Eu aprendi a rezar de Carne Quebrada vendo uma mulher rezar no pé do meu irmão. Nesse tempo eu era jovem e tudo que eu ouvia, eu aprendia". Fato que evidencia a ampla rede de transmissão desses conhecimentos e a valorização das práticas na comunidade.

Portanto, o conhecimento tradicional abrange todo o território brasileiro, incluindo uma vasta gama de saberes acumulados ao longo da vida. Esses conhecimentos são transmitidos de uma geração para outra e não dependem necessariamente de uma educação formal ou de instituições escolares estabelecidas. Pelo contrário, eles se renovam e se adaptam continuamente por meio da prática e da experiência, refletindo a dinâmica e a vitalidade das tradições culturais e da transmissão oral dos conhecimentos (Heberlê, 2013).

Assim, a abordagem sobre o aprendizado de Dona Maria Doró me levou a questionar se ela também ensina ou se tem vontade de ensinar mais pessoas a rezar. Suas respostas ao longo da entrevista me levaram a compreender que há três motivos principais para Dona Maria Doró ensinar alguém a rezar. No primeiro caso, a entrevistada mencionou que ensina quando alguém precisa de reza e ela não está disponível ou está indisposta para realizar o ato. Como é possível observar no excerto a seguir:

Minha fia, eu faço é ensinar quando alguém traz [um] menino aqui pra mim rezar. Eu anoto tudo e digo: “Minha fia, não precisa mais você vim atrás de mim pra rezar não. Chega lá você pega um matim e reza no seu menino e fica bonzim do mesmo jeito”. (risos) Eu tô ensinando, Gianne, é verdade! Sabe o que é? A pessoa vem atrás de mim e às vezes eu não estou. Eu também tenho as minhas coisas pra fazer e nem todo dia a gente tá bem, né? Teve uma mulher que veio atrás de mim três vezes, na terceira vez eu disse: “Eu vou rezar na tua neta é agora, mas eu vou anotar tudim e depois quem vai rezar nela é tu mesmo”. Anotei e dei pra ela. Você vai aprender, caçar um matim e você mesma vai benzer sua netinha. E agora ela que se vire lá com a reza. Essa vizinha bem aqui [apontando para o lado] vivia aqui pra eu rezar no neto dela e eu disse: “Vou anotar num papel e você vai aprender. Ela perdeu o papel e eu mandei mensagem pelo zapzap”. E pronto! Nunca mais trouxe [a criança] (risos) (Dona Maria Doró, 2023).

No segundo caso, compreendo que a reza é algo que se deve ensinar para perpetuar, pois como mencionado por Dona Maria Doró: “Uma pessoa não pode rezar nela mesma. Só serve se for outra pessoa rezando”, como exemplificado abaixo:

Gianne, olhe, eu amanheci com uma espinha de peixe enganchada aqui [apontando para o pescoço]. A minha garganta estava infeccionada. O doutor viu e disse: “Vixe essa garganta tá muito infeccionada”. Aí eu rezei: “Oww Meu Deus, se eu soubesse quem reza de espinha enganchada”. E para você ver, né? Eu sei rezar de espinha enganchada também, mas não serve para mim. Porque você sabe, né? Uma pessoa não pode rezar nela mesma. Só serve se for outra pessoa rezando, E aí eu pensei: “Menino, vou bem ali, no Seu Raimundo Gordura”. Aí eu não queria ir lá só e eu pedi para vizinha ali ir lá mais eu. A primeira vez ela foi comigo, a segunda vez eu fui só para agradecer mesmo. E depois eu fui lá só para deixar um agrado a ele, a espinha já tinha saído. Hoje eu ensino pra ver se alguém reza em mim quando eu precisar (Dona Maria Doró, 2023).

E, por fim, o terceiro caso, revela a preocupação da Dona Maria Doró em relação à preservação das práticas tradicionais de saúde ao mesmo tempo que demonstra a necessidade de proteger sua identidade e privacidade:

Elas [as rezadeiras] estão morrendo. Nesse bairro aqui quase não tem rezadeira não. É por isso que eu não quero que você escreva o meu nome aí porque eu também preciso me resguardar. Gianne, outro dia veio uma senhora aqui de resguardo, lá das bandas do Matadouro. Eu não sei quem informou ela. Ela chegou aqui se apresentou pro meu marido e ficou me esperando. Eu rezei na menina, mas também ensinei. Você sabe como é, né? Eu tenho que me resguardar. Quando ela [a mãe da criança] precisa me manda um zap e eu ensino (Dona Maria Doró, 2023).

Ao longo dos extratos observei uma série de aspectos interessantes sobre o ensinar e o aprender a prática da reza na Comunidade. Pontos de vista que pretendo enfatizar, pois evidenciam-se a disponibilidade e abertura da entrevistada para ensinar a reza quando é procurada. Além disso, Dona Maria Doró encoraja as pessoas a aprenderem as rezas para, através delas, rezarem em seus próprios familiares.

Outro ponto relevante é o cuidado em preservar e transmitir os conhecimentos de forma precisa e eficaz. Logo, a prática de fazer anotações das rezas e ensinar as pessoas a praticá-las posteriormente demonstra um compromisso em garantir a continuidade e a qualidade das práticas tradicionais de saúde.

É interessante observar também a integração da tecnologia contemporânea no processo de comunicação e ensino das rezas. O uso do "zapzap" (*WhatsApp*)⁴⁷ como meio de comunicação para transmitir as rezas mostra como a comunidade se adapta às novas tecnologias, facilitando a comunicação e a transmissão de conhecimento de maneira mais eficiente e rápida.

Para mais, ao mencionar a espinha de peixe enganchada em seu pescoço e a garganta infeccionada, ela ilustra como a reza permeia situações cotidianas de saúde. Ao relatar que sabe rezar de "espinha enganchada", mas que isso não serve para ela mesma, Dona Maria Doró, enfatiza o entendimento de que uma pessoa não pode rezar em si mesma, destacando a importância da intercessão de outra pessoa na prática da reza. Esse aspecto evidencia a dimensão comunitária e relacional das práticas tradicionais de saúde, em que a interação entre indivíduos desempenha um papel significativo na eficácia da reza.

Além disso, a narrativa revela a gratidão e o respeito de Dona Maria Doró em relação àqueles que a ajudaram. Ao mencionar sua visita ao Seu Raimundo Gordura, mesmo após o restabelecimento da saúde, ela expressa sua vontade de demonstrar reconhecimento e gratidão, ação que fortalece os laços de solidariedade e reciprocidade na comunidade.

No final do segundo trecho, percebo o desejo de Dona Maria Doró para ensinar a reza a outras pessoas como forma de garantir que alguém reze nela, quando necessário, demonstra um senso de responsabilidade coletiva e uma visão de cuidado mútuo. Essa atitude ressalta a importância da transmissão dos saberes tradicionais para preservar e fortalecer as práticas de saúde na comunidade ao longo do tempo.

No terceiro trecho destacado, pude observar uma preocupação com a preservação das práticas de saúde. Pois, ao mencionar que as rezadeiras estão morrendo e que quase não existem mais no bairro, ela evidencia o desaparecimento dessa prática e daquelas pessoas que detém esse saber. O reconhecimento da escassez das rezadeiras é acompanhado pela sua própria preocupação em resguardar sua identidade e privacidade, indicando um contexto no qual a prática da reza pode estar diminuindo e enfrentando desafios para sua continuidade.

⁴⁷ Entendo por *WhatsApp* um aplicativo para troca de mensagens escritas, mensagens de áudio e fotografias. Sua finalidade é facilitar a interação entre as pessoas de forma rápida e eficiente. Para utilizá-lo, é necessário ter um telefone celular e acesso à internet, garantindo assim a comunicação em tempo real e a possibilidade de compartilhar diversos tipos de conteúdo de maneira simples e acessível.

E, a menção da senhora que foi a sua casa ainda de resguardo, acompanhada do seu bebê até Dona Maria Doró, em busca de amparo, indica a demanda persistente por essas práticas de saúde e proteção. O relato também destaca o papel das rezadeiras como fontes de conhecimento e sabedoria.

Por fim, o humor presente no relato de Dona Maria Doró indica uma abordagem leve e esperançosa em relação às suas atividades de ensino da reza. Reflete uma conexão afetuosa com sua comunidade e uma maneira acolhedora de lidar com as demandas do dia a dia, tornando o processo de aprendizagem mais acessível e agradável para todas as pessoas envolvidas.

Logo, esses diferentes motivos refletem uma visão complexa sobre a importância das rezas na comunidade, não apenas como formas de cuidado e cura, mas também para preservação dos saberes tradicionais. O processo de ensino e aprendizado das rezas, conforme compartilhado por Dona Maria Doró, demonstra uma dinâmica de transmissão de conhecimento que se adapta às necessidades e realidades locais, garantindo a perpetuação dessas práticas ao longo do tempo.

Portanto, como enfatizado pela pesquisadora Mariluz Heberlê (2013), os conhecimentos tradicionais são transmitidos em um processo dinâmico que se renovam continuamente ao longo do tempo. Nesse contexto, destaco que a Dona Maria Doró aprendeu a rezar através da oralidade com a vizinha, Dona Maria Leonarda, com o objetivo de não desamparar os seus filhos quando precisassem serem rezados. Atualmente, em 2024, ela adota métodos de ensino diferentes. Ela faz anotações em pedaço de papel ou através de mensagens de voz por meio do aplicativo *WhatsApp* - para transmitir esses conhecimentos a outras pessoas da comunidade. Essa adaptação ilustra a importância de preservar e compartilhar as práticas tradicionais de cuidado e cura, até mesmo em um contexto de mudanças tecnológicas e sociais.

Logo, para desenvolver uma linha de raciocínio sobre essas mudanças nas formas de vivenciar essas práticas, cito Néstor Garcia Canclini (2019), visto que o antropólogo argentino reconhece às práticas culturais populares como formas de tradições dinâmicas, não as vendo como antigas ou folclóricas, nem isoladas do progresso. Pelo contrário, elas se integram e buscam abraçar o mundo contemporâneo por meio de suas práticas. Para ele, essas culturas não são ultrapassadas, mas sim tentam sobreviver constantemente, adaptando-se e mesclando-se a novas estruturas e práticas. Em sua definição de hibridação, Canclini (2019) explica que esse processo ocorre quando elementos culturais separados se combinam para gerar novas formas, objetos e práticas.

Portanto, a visão de Canclini sobre a hibridação cultural e a adaptação das práticas tradicionais ao contexto contemporâneo relacionam-se com a vivência de Dona Maria Doró. Assim

como Canclini destaca a capacidade das culturas populares de se renovarem e se mesclarem com novas formas, Dona Maria Doró ilustra esse processo ao aprender a rezar de forma oral com sua vizinha, Dona Maria Leonarda, e posteriormente, adaptar essa prática ao utilizar anotações em pedaços de papel ou até mesmo mensagens por meio do *WhatsApp* para transmitir esses conhecimentos à comunidade. Essa conexão evidencia como as tradições e saberes populares não são estáticos, mas sim dinâmicos e capazes de se reinventar para continuar relevantes e úteis no contexto que estão inseridos.

Diante do exposto, entendo que as práticas de saúde são conhecimentos desenvolvidos coletivamente ao longo de gerações dentro de grupos populacionais com características próprias, como crenças e condições socioeconômicas. Esses saberes são moldados pelas condições oferecidas pelo lugar, incluindo vegetação, clima, geografia e história. Tais práticas têm como objetivo proporcionar melhora dos sintomas, tratamentos e alívio para diversas doenças e males.

Portanto, as práticas de saúde podem ser tidas como "territórios de trocas de bens, serviços e de significados" (Brandão, 2002, p. 152), o que as configuram como práticas educativas. Esse entendimento de prática educativa engloba qualquer relação que envolva a transmissão de conhecimento, seja ele de natureza moral, religiosa, técnica ou escolar (Cunha; Fonseca, 2007). Esses conhecimentos se manifestam de forma tangível nas práticas de saúde e reza de Dona Maria Doró, evidenciando como essas atividades não apenas promovem a melhora de sintomas, mas também atuam como veículos de transmissão de saberes e significados, enriquecendo o contexto comunitário em que estão inseridas.

Ana Paula Melo da Silva (2017) destaca em sua pesquisa *Benzedeadas Negras: na benzedura a resignificação da solidão e na busca pela cura a manifestação do amor*, a importância de compreender a benzedura como um ofício predominantemente realizado por mulheres negras, muitas vezes idosas e sem instrução formal. No entanto, como já mencionado ao longo deste texto, em nossa comunidade observei homens desempenhando esse papel, assim como outros conhecimentos relacionados à saúde. Dona Graça (2024), uma das entrevistadas, corrobora com essa observação ao mencionar que desde que chegou à comunidade lembra que havia mais homens do que mulheres praticando a reza. Esse aspecto ressalta a complexidade das práticas de saúde em diferentes contextos.

Dona Maria Doró (2023), ao longo da sua entrevista, mencionou repetidamente suas experiências de reza ao lado do Seu Raimundo Gordura, também conhecido como Seu Raimundo Rezador. Essas narrativas foram corroboradas pela entrevistada Isadora (2023). Em virtude da relevância do papel de Seu Raimundo em suas experiências, decidi buscar uma pessoa da sua

família para entrevistar. Assim, localizei Dona Graça, viúva do rezador, cujo relato agregou mais profundidade às informações.

Figura 20 - Dona Graça e Seu Raimundo



Fonte: Ferreira (2024).

A imagem acima mostra a reprodução da fotopintura localizada na entrada da casa da Dona Graça. Pedi a permissão da Dona Graça para registrar essa foto, e ela gentilmente consentiu. Na pintura, é possível ver Seu Raimundo ao lado de Dona Graça. Embora ela diga não ter certeza da data exata do registro, Dona Graça lembra que era algo muito desejado por ele. Na imagem, Seu Raimundo está vestindo um terno, com o cabelo bem cortado, sobrancelhas ralas, nariz largo na base e um bigode, enquanto Dona Graça usa um vestido vermelho e um colar com um pingente circular, com o cabelo preso em um coque. Essa é uma das poucas representações visuais do Seu Raimundo que destaca a presença marcante de Dona Graça ao seu lado.

Dona Graça (2024) compartilha que tanto ela quanto o marido são provenientes de famílias que possuíam conhecimentos sobre as práticas de saúde da zona norte de Teresina. Seu Raimundo aprendeu a rezar com a mãe, que também era rezadeira, enquanto Dona Graça foi criada

por sua avó após o falecimento de sua mãe quando ela tinha sete anos de idade. Embora inicialmente não tenha buscado aprender a rezar, Dona Graça tornou-se uma conhecedora da sabedoria das plantas e ervas medicinais ao longo do tempo.

Dona Graça relata que seu marido frequentemente a convidava para assistir às suas rezas, na esperança de que ela aprendesse ao menos a “tirar o quebrante de uma criança”. No entanto, ela nunca foi, e isso se deve a dois motivos principais. Primeiramente, Dona Graça sempre teve a convicção de que morreria antes do marido, então confiava que ele estaria disponível para rezar nela se necessário.

Em segundo lugar, a decisão de Seu Raimundo estava diretamente ligada à sua dedicação incansável ao seu ofício. Ele estava sempre pronto para atender quem o procurasse, independentemente do horário, mostrando sua disponibilidade constante para ajudar a comunidade. Além de suas habilidades como rezador, Seu Raimundo também era conhecedor das propriedades medicinais das plantas. Quando alguém precisava de um banho ou chá medicinal, ele não só ensinava o preparo, mas também indicava onde a pessoa poderia encontrar as plantas necessárias, mesmo que estas estivessem em falta no seu quintal.

Essa atitude de Seu Raimundo reverbera as palavras de Paulina Chiziane e Mariana Martins (2018, p. 216) em *Ngoma Yethu - o curandeiro e o Novo Testamento*. Elas afirmam que “O bom curandeiro dá a sua vida pela sua comunidade. [...] Eu sou o bom curandeiro; conheço a minha comunidade e a minha comunidade conhece-me” (p. 216). Essa citação ressalta a importância da dedicação integral do curandeiro à comunidade e o profundo conhecimento mútuo entre ambas as partes.

Portanto, a disponibilidade constante de Seu Raimundo para atender quem buscasse sua ajuda é entendida como um atributo do bom curandeiro. Dona Graça testemunha que ele, muitas vezes, deixava de lado suas próprias necessidades, como se alimentar ou dormir, para cuidar das pessoas doentes da comunidade, demonstrando não apenas sua habilidade curativa, mas também seu compromisso com o bem-estar das pessoas. Além disso, seu conhecimento da comunidade e sua capacidade de indicar onde encontrar plantas medicinais evidenciam sua conexão profunda e íntima com as pessoas e lugares ao seu redor.

Dona Graça expressa preocupação com o declínio das práticas de saúde, atribuindo isso à escassez de plantas medicinais e à falta de interesse dos mais jovens em aprender. Ela ressalta um incidente recente envolvendo a nora que está enfrentando uma doença desconhecida, para a qual os médicos não encontram diagnóstico nem tratamento eficaz. Dona Graça lembra que, se seu marido, Seu Raimundo, ainda estivesse vivo, ele provavelmente rezaria por apenas três dias

e a nora estaria curada. Entretanto, ela menciona que não conhece nenhum rezador capaz de lidar com essa doença específica, chamada "cifra". Essa situação exemplifica não apenas a perda progressiva das tradições de cura, mas também a dificuldade de encontrar soluções efetivas para problemas de saúde complexos dentro do contexto atual.

A preocupação de Dona Graça com a eficácia das práticas de cura dos rezadores é destacada quando ela menciona que existem doenças que não podem ser tratadas pelos médicos, mas apenas pelos rezadores. Ela ressalta que, em alguns casos, as pessoas acabam falecendo porque a enfermidade não era algo que os médicos poderiam tratar, mas sim algo específico para os rezadores. Esse ponto levantado por Dona Graça reflete a visão de Quintana (1999) sobre a doença, que pode ser compreendida como uma manifestação inesperada no cotidiano das pessoas, combinando elementos biológicos e socioculturais. Essa perspectiva ressalta a importância das práticas tradicionais de cura, como as realizadas pelos rezadores, na compreensão e tratamento de certos tipos de enfermidades.

Logo, apresento algumas doenças que são tratadas apenas pelos rezadores e rezadeiras, conforme Dona Maria Doró, dentre elas: Mufina, Carne Quebrada e Quebranto.

Dona Maria Doró (2024) explicou o que a Mufina através de um exemplo específico: “a sogra do Raimundo. Essa mulher sofreu um acidente, foi operada, mas a ferida na perna não cicatrizava”. Segundo Dona Maria Doró, enquanto a pessoa não “manda rezar”, a condição não melhora. Essa senhora já havia procurado quatro rezadeiras ao longo do tempo, mas o problema persistia desde que ela foi picada por um inseto próximo ao Parque Lagoa do Norte. Mesmo após a cirurgia, a ferida continuou a incomodar e Dona Maria Doró ressaltou a importância das rezas para complementar o tratamento convencional, enfatizando que a Mufina é uma das doenças que a medicina convencional não consegue tratar adequadamente sem a devida intervenção dos terapeutas populares.

Sobre a “Carne Quebrada” é colocado pela entrevistada que é uma prática de reza usada quando alguém sofre “uma pancada que machuca a perna, afetando a carne e o nervo”. Ela descreveu o procedimento de rezar, que envolve pegar uma agulha e um pano para colocar sobre o local machucado e inchado. Enquanto faz isso, a pessoa diz uma oração específica:

O que que eu coso? Carne quebrada. Nervo rendido. Dedo torto. Vem, tira e sara. Com os poderes de Deus, meu Senhor furtuoso, em cima dessa dor eu coso. Eu quero é ver, minha fia, você fica boazinha. Esse tipo de reza é direcionado para aliviar a dor e acelerar a cura da lesão (Dona Maria Doró, 2023).

Dona Maria Doró compartilhou uma história sobre o sobrinho do Dr. Antônio, um vizinho da comunidade. O sobrinho estava doente, e tanto o Dr. Antonio quanto os demais médicos que acompanhavam o caso não conseguiam identificar a causa do problema, até que foi descoberto que ele estava com quebrante. Dona Maria Doró enfatizou a gravidade do quebrante, destacando que pode ser fatal. Ela explicou os sintomas associados ao quebrante, como dor no corpo, mal-estar e sonolência. Outrossim, mencionou que quando alguém está com quebrante, “se espreguiça de forma dolorida”. Essa narrativa evidencia a crença na gravidade e nos sintomas característicos do quebrante, considerando-o como uma condição que pode levar à morte.

Além das doenças acima mencionadas, apresento a arca caída ou a espinhela caída. Através da experiência vivida pela Dona Isadora e seu filho.

Aqui, na região, ele [Seu Raimundo Gordura] foi o único que eu frequentei e que eu levei meu filho quando ele era criança. Quando ele tinha problema... Teve um período que ele teve um problema de febre. Era uma febre que não passava, eu levava a médico, tomava medicamento e nada! Não resolvia! Ele ficava o tempo todo dormindo, dormindo, dormindo! Aí, a minha vizinha, aqui, disse: “Isadora, leva ele ali no Seu Gordura”. Levei, cheguei lá e Seu Gordura pegou logo ele e mediu, disse que ele tava com as arcas caídas (risos) e eu perguntei: “Como é que sabe que caiu essas arcas? Aí ele disse: “Olha, minha filha!”. Juntava os pezinhos dele e os pezinhos ficavam desiguais; aí ele fazia as orações e os benzimentos, quando terminava ele media novamente os pezinhos e os pezinhos estavam iguais e a criança ficava esperta e parava aquele sono e também a questão da alimentação porque a criança não queria pegar nem no peito. Daí depois que a gente já voltava da reza... Ele já mamava. Ele já queria comer. Ele já ficava espertinho. Isso a gente tinha que ir durante três dias seguidos. Não era para quebrar o ritmo. Era para ir os três dias seguidos de oração. Enfim, eu só ia no terceiro dia porque tinha que ir, mas o menino já tava bom. Resolveu a questão com as orações. Olha, às vezes, [Seu Raimundo] demorava na oração, às vezes uns 20 minutos fazendo as orações na criança com raminho, com o mato. Ele ia lá no quintal e pegava um mato, eu não sei nem que mato era, umas folhas. Vinha e rezava em qualquer pessoa, independente de idade (Isadora, 2023).

A mufina, carne quebrada, quebrante e arcas caídas refletem a complexidade das tradições de cura e cuidado presentes em diversas comunidades. A mufina, associada à persistência de feridas e dores que resistem aos tratamentos convencionais, mostra a confiança nas rezadeiras e rezadores para solucionar os problemas de saúde que escapam do entendimento médico.

Por outro lado, a carne quebrada evidencia a crença na capacidade da oração e de rituais simples para aliviar lesões e dores físicas. Já o quebrante e as arcas caídas, são consideradas uma condição séria e potencialmente fatal, revela a importância de identificar e tratar os elementos que afetam o bem-estar das pessoas.

Além do exposto, eu lembro que as rezadeiras e os rezadores usam instrumentos que são facilmente encontrados nas nossas casas, como a agulha e linha e Dona Maria Doró (2023) complementa: pano, matinho, garrafa de vidro com água, toalha. E exemplifica que a toalha é usada para levantar arca caída, que é a mesma espinhela caída em crianças maiores ou pessoas adultas.

O tecido, a linha e a agulha também são muito utilizados nas benzeduras na cidade, especialmente em rituais para mau jeito, rendidura, quebraduras, machucaduras, carne triada, junta desconjuntada, nervo rendido, que na medicina sintética pode ser considerado como um estiramento muscular ou torção. Através destes elementos é feito o ritual de coser, quando a benzedeira costura o tecido, simbolizando a retomada da união entre carne, osso e nervo, devolvendo, assim, a ordem àquilo que está “desalinhado” (Silva, 2019).

Outrossim, as benzedadeiras usam plantas para fazer a reza, usando o ramo de qualquer planta para a sua realização. Caso exista algum mal, este será direcionado para a planta que murchará, caso não esteja com o uso de um ramo elas acreditam que esse mal virá para elas. Alguns outros elementos também podem ser utilizados na reza como vela, tesoura, faca, carvão, ervas, água, ramos, sal, bíblia, rosários, fios de linha, entre outros (Silva, 2019).

Sobre estes empregos, Daniele Nascimento (2010, p. 80) afirma que: “O ramo, nessa perspectiva, não é qualquer planta, é um instrumento que possui uma carga significativa voltada para o mundo mágico onde lhe é depositada uma força suficiente para retirar o mal”. Um exemplo dessa afirmação pode ser observado na benzedura para mau-olhado, em que a praticante utiliza um ramo para benzer o necessitado. Caso o ramo se apresente extremamente murcho após ser passado pelo corpo do/da benzido/a, significa que a pessoa estava muito “carregada”, mas também que o mal passou para a planta. Após a finalização da benzedura o vegetal deve ser colocado para fora de casa, por vezes sendo descartado no quintal, enterrado ou jogado no telhado.

O uso de cada elemento depende do direcionamento da reza. A Medicina tradicional usa um conjunto de conhecimentos, ações e procedimentos que constituem patrimônio cultural da população. Ela é praticada por raizeiros ou ervateiros, curandeiros, rezadeiras, religiosos católicos entre outros. Esse conjunto de terapeutas ocupa um importante lugar no sistema informal, devido principalmente à falta da dificuldade de comunicação entre pacientes e profissionais de saúde (Heberlê, 2013)

Tanto Dona Maria Doró quanto Dona Graça destacam que a prática da reza não envolve cobrança financeira, mas sim gestos de gratidão. Dona Maria Doró relembra um episódio ao ser rezada pelo Seu Raimundo, mencionando: “A primeira vez ela [a vizinha] foi comigo, a segunda vez eu fui só para agradecer mesmo. E depois eu fui lá só para deixar um **agrado** a ele”. Por sua

vez, Dona Graça enfatiza que “Ele [Seu Raimundo] não cobrava pra rezar, mas ele recebia o agrado. Ele não cobrava porque faz mal. O que a pessoa desse [de agrado] ele recebia de coração.

A historiadora piauiense Pedrina Nunes de Araújo (2011) destaca que a recusa em aceitar dinheiro é um princípio fundamental no ofício da reza. Para essas pessoas, abrir mão do dinheiro é uma questão de princípios e pode ser interpretado como um ato de solidariedade. No entanto, receber alimentos ou outros objetos que representem um agradecimento pela reza é considerado um gesto de gentileza.

Esses relatos evidenciam a natureza altruísta da prática da reza, evidenciando que não se trata de uma transação comercial, mas sim de uma relação marcada pela reciprocidade e pela expressão de gratidão. O gesto de agradecimento é valorizado tanto pelos/as rezadores/rezadeiras quanto pelos rezados e pelas rezadas, ressaltando a importância dos laços comunitários e da generosidade nas tradições de cura e cuidado. Essa postura também destaca a valorização de uma rede de apoio e solidariedade entre membros da comunidade, onde o cuidado mútuo é essencial para a continuidade dessas práticas tradicionais.

Por outro lado, Chiziane e Martins (2018) apontam a diferença entre o ofício da reza e outras práticas profissionais, como a dos padres e dos médicos, que geralmente recebem compensações financeiras pelo trabalho realizado. No contexto urbano, onde quase tudo é monetizado, surge a questão de como os/as curandeiros conseguem sobreviver ao oferecer seus serviços de forma gratuita.

Nas comunidades, os/as terapeutas populares são reconhecidos/as como sujeitos/as de grande importância na prática da cura. Além de oferecerem uma alternativa na busca pela saúde, representam uma fonte de cuidado gratuita, o que ajuda a evitar gastos com medicamentos. Eles/elas também compreendem as dificuldades enfrentadas para acessar atendimento médico, tornando-se uma opção valiosa para muitas pessoas. Assim, o uso de ervas em forma de chás, banhos e infusões complementa os rituais das benzedeiras, adicionando conhecimentos que enriquecem suas práticas. Essas plantas não apenas desempenham um papel terapêutico, mas também simbolizam a conexão da comunidade com suas tradições e memórias (Diniz; Diniz, 2018).

Para ilustrar a solidariedade dos terapeutas populares, acrescento o relato de Dona Maria Doró:

Eu já fiz muita garrafada, mas hoje eu faço pouco. Numa situação de necessidade de um vizinho e para os meus parentes. Para essa minha vizinha aqui, quando ela estava com câncer. Eu fui comprar até vinho Moscatel pra fazer garrafada pra ela com a babosa e a xanana. Eu ia comprar vinho Moscatel com a outra vizinha lá, a Nena. E Graças a Deus ela ficou boa. Olha, eu me ofereci para fazer garrafada pra nossa vizinha que tem

mais ou menos a tua idade, que também teve câncer e faleceu recentemente. Olha, essa daqui ficou boa e elas ficaram sabendo do câncer no mesmo tempo. Eu falei pra mãe dela: “Cristina, eu tô disposta pra fazer garrafada pra dar pra ela”. Ela disse assim: “Não, Dona Maria Doró, ela vai fazer mesmo é a radioterapia e a quimioterapia”. Essa menina aqui também fazia. Ela fazia quimio, fazia rádio, fazia tudo aí eu fui lá e perguntei pra ela e ela me disse: “Pode trazer madrinha!” Eu sou madrinha dela de fogueira, mas quem vê nem diz. Ela tem aquele respeito por mim que parece até que eu sou madrinha dela de batismo. Minha fia, foi tanta garrafada que essa menina tomou e tá bem aí curada (longo suspiro seguido de silêncio) Garrafada é bom, minha fia (silêncio novamente) (Dona Maria Doró, 2023).

Esse relato revela a generosidade e a dedicação de Dona Maria Doró em relação às práticas de saúde tradicionais, especialmente o uso da garrafada, que nesse caso constitui uma mistura de ervas medicinais com bebidas alcoólicas. Ela menciona que já produziu muitas garrafadas, mas agora limita seu uso para situações específicas de necessidade, como para vizinhos/as e familiares. Um exemplo marcante é o cuidado que teve com sua vizinha que enfrentou o câncer. Dona Maria Doró relata ter ido comprar vinho Moscatel para fazer a “garrafada com babosa e xanana”, destacando a preocupação e o empenho em proporcionar uma forma de auxílio mesmo diante de tratamentos médicos convencionais como radioterapia e quimioterapia.

A história também mostra a confiança e o respeito que as pessoas da comunidade têm por ela, como evidenciado pela menção de uma vizinha que a chamou para fazer a garrafada mesmo seguindo os tratamentos médicos indicados. Isso ressalta a importância das/dos terapeutas populares e suas práticas dentro das comunidades, não apenas como uma alternativa de cuidado, mas também como um apoio emocional.

O longo suspiro seguido de silêncio no relato demonstra a carga emocional envolvida nessas situações, enfatizando a seriedade e a profundidade das práticas de saúde tradicionais para Dona Maria Doró. Ao final, o comentário “Garrafada é bom”, reforça a crença na eficácia dos remédios do mato e a satisfação em ver resultados positivos em quem os utiliza.

A rezadeira sofre junto com a pessoa adoecida e pede para fazer a garrafada. Logo, as doenças, na comunidade em que ainda existem os/as terapeutas populares, são vividas do modo coletivo, e os familiares e pessoas próximas passam a ser incluídas no “espaço de sofrimento do enfermo”. Assim, o sofredor não era apenas o doente, mas todos aqueles que se viam impotentes, e estavam ligados a pessoa diagnosticada (Witter, 2006).

Entendo que o pensamento de Witter ressalta a importância das rezadeiras e terapeutas populares nas comunidades, especialmente no contexto das doenças. A ideia de que a rezadeira “sofre junto” mostra como esses/as cuidadores/as tradicionais não apenas oferecem tratamentos,

mas também compartilham emocionalmente o fardo das doenças de seus rezados/rezadas. A referência à garrafada indica uma prática comum de cura adotada por esses terapeutas, evidenciando sua atuação ampla no cuidado da saúde da comunidade.

A análise aponta para uma dinâmica coletiva no enfrentamento das doenças, em que o sofrimento não é apenas do paciente, mas se estende aos familiares e pessoas próximas. Isso cria um "espaço de sofrimento do enfermo" que envolve não apenas o indivíduo doente, mas todos ao seu redor que compartilham das dificuldades e das limitações causadas pela doença. Essa compreensão coletiva do sofrimento também reflete a importância da solidariedade e da conexão entre os membros e as membras da comunidade em momentos de enfermidade.

Nesse contexto de rezas e pessoas rezadas, surge a necessidade de questionar: Como as rezadeiras/rezadores e as/os rezadas/os se perceberam diante de uma doença nova, como o Sars Cov-2 (coronavírus), que desde março de 2020 afetou inúmeras famílias no Brasil? Os sintomas da virose incluem/incluíram: febre, falta de ar e tosse, causou a interrupção abrupta de vidas, com mais de 700 mil pessoas perdendo a batalha para a Covid-19 até abril de 2022, deixando famílias enlutadas em todo o país (Brasil, 2023).

É alarmante constatar que, dentro dessa realidade, a população negra é a mais afetada pelo vírus, como apontam dados do Mapa da Desigualdade (2021). Entre os negros, cerca de 47,6% das mortes são decorrentes do coronavírus, em contraste com os 25,1% a 28% entre os brancos, conforme evidenciado em São Paulo. Esse cenário é agravado pelo descaso, considerando que as pessoas negras compõem mais de 56% da população total do país.

Além disso, a pandemia trouxe consigo um impacto econômico devastador, evidenciado pelo aumento do desemprego, principalmente entre a população negra. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego atingiu 14,1% no 2º trimestre de 2021, afetando mais de 14,4 milhões de brasileiros/as, com um impacto desproporcional para as pessoas negras (Alvarega; Silveira, 2021).

Essa crise socioeconômica se reflete diretamente na fome, que aumentou consideravelmente desde o início da pandemia. O relatório *O vírus da fome se multiplica* revela um aumento exponencial no número de pessoas em situação de fome e extrema pobreza, ultrapassando os 20 milhões. Cenas de pessoas revirando lixo em busca de comida para suas famílias trazem à mente as descrições de Carolina Maria de Jesus, ressaltando a gravidade da crise humanitária vivenciada no país (OXFAM Brasil, 2021).

Nesse contexto de pandemia, é fundamental destacar que os remédios naturais, especialmente aqueles destinados a tratar os sintomas associados à Covid-19, ganharam relevância e foram compartilhados tanto entre os mais jovens quanto entre aquelas pessoas que se mudaram

recentemente para a comunidade. Esse fenômeno evidencia a importância e a conservação dos saberes tradicionais relacionados ao uso de plantas medicinais e ervas no cuidado da saúde, tornando-se uma prática significativa durante essa fase desafiadora. Entendo que esse compartilhamento de conhecimentos contribuiu para fortalecer os laços comunitários e promover alternativas terapêuticas acessíveis e eficazes em meio à crise sanitária.

Eu fiz muito remédio do mato [durante a pandemia] pra minha filha, pois ela era asmática. Ela ERA asmática, mas Deus curou a minha filha. Gianne, a minha filha usava bombinha e aparelho e não dava jeito. Eu me apeguei com papai e mamãe e tá com muito mais de três anos que a minha fia nunca mais soube o que é cansaço. Eu cheguei até fazer vários chás que aprendi com os antigos pra minha fia beber. Eu cheguei pra ela e disse: “Não me pergunte de que é esse chá. Só tome! Eu sou é sua mãe e porcaria num é não. Quando minha fia tiver cansada é pra tomar”. Nunca mais ele sentiu nada. Eu comprei e fiz porque eu queria ver era a minha fia curada (Dona Maria Doró, 2023).

Nesse relato, Dona Maria Doró (2023) compartilha uma experiência pessoal impactante sobre a saúde de sua filha durante a crise sanitária. Ela relata como sua filha sofria de asma e como essa condição afetava significativamente sua qualidade de vida, levando-a a usar bombinhas e aparelhos para respirar.

No entanto, Dona Maria Doró menciona que, por meio da sua fé e dos remédios naturais do mato, conseguiu auxiliar na melhoria da saúde respiratória da sua filha. Ela enfatiza a importância da sua determinação, buscando conhecimentos ancestrais transmitidos pelos antigos para preparar chás que contribuíram para a recuperação da sua filha.

O relato ressalta a conexão entre a prática de cuidados tradicionais e a superação de desafios de saúde, destacando a perseverança e o amor materno como elementos essenciais nesse processo de cura. Além disso, a narrativa sugere uma visão de gratidão e alívio ao ver a filha livre dos sintomas da asma, refletindo a importância dos/das terapeutas populares e da confiança na cura natural.

Além dos chás, durante a pandemia, foi retomado a prática de banhos terapêuticos, como o **Banho de Jardineira**, que consiste na utilização da folha da manga amarela e folhas de jardineira juntamente com o manjerição para lavar a cabeça, especialmente quando há presença de catarro. Este banho é indicado para auxiliar na remoção do catarro e aliviar os sintomas respiratórios. Além disso, também era comum o uso de chás como o da coronha, feito a partir de uma pequena favinha encontrada em determinados tipos de árvores, especialmente durante febres altas. Outra opção era o chá de alho, utilizado para aliviar sintomas gripais e ajudar na expulsão do

catarro do sistema respiratório. Essas práticas refletem a valorização dos conhecimentos tradicionais e da utilização de recursos naturais para o cuidado da saúde, especialmente em momentos de dificuldades como uma pandemia (Dona Maria, 2023).

Diante de todo o exposto, entendo que uma história de vida também contém experiências sociais coletivas, a exemplo, a memória enquanto fator social (Bósi, 2003). Logo, entre o ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum que é conservar o narrado a fim de ser reproduzido.

Logo, a memória é a faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos dos côncavos de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos (Bosi, 1994).

Portanto, o trecho ressalta a importância da relação entre narrador e ouvinte na preservação das histórias narradas, criando assim uma tradição oral que se perpetua ao longo das gerações. A memória é destacada como uma capacidade essencial para essa transmissão, sendo descrita como a faculdade épica por excelência, responsável por manter viva a narrativa ao longo do tempo. A metáfora da "água irisada" simboliza a narrativa, algo valioso e precioso que deve ser cuidadosamente protegido e passado adiante, mesmo em meio aos desafios do tempo e das mudanças. A ideia de que a história deve ser reproduzida de geração em geração enfatiza a continuidade e a renovação constante das narrativas, conectando o passado ao presente e ao futuro. Essa transmissão é representada como um tecido complexo de histórias entrelaçadas, cada uma contribuindo para a preservação e o enriquecimento da narrativa original.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA UM ESPERANÇAR

Daniel Munduruku (2020) é o autor do livro infantil intitulado *Redondeza*, uma obra que foi finalista do Prêmio Jabuti em 2021. Neste livro, o autor convida os leitores e as leitoras para conhecerem as infâncias indígenas através das histórias narradas e das ilustrações de Roberta Asse. O livro proporciona um mergulho nos lugares e práticas próprias da cultura indígena, vistos sob a perspectiva das crianças.

O texto revela as sentimentalidades como um processo resultante da conexão profunda entre os povos indígenas e a natureza, expandindo essa ideia para incluir os rios, as plantas, a terra, e os animais, além de destacar a relação com os/as adultos/as. *Redondeza* não só educa sobre a cultura indígena, mas também celebra a harmonia e a integração desses povos com o ambiente natural, oferecendo uma visão rica e emotiva de suas vidas e tradições.

Isto posto, desejo registrar que este trabalho foi escrito nas minhas redondezas, em um lugar cercado pelas lagoas da zona norte de Teresina, bem como pelos rios Parnaíba e Poty. As reflexões que integram este escrito foram elaboradas aos sons dos passarinhos nativos, entre árvores frutíferas e os diversos cheiros da região, como o aroma da Maria Isabel, banhos de cheiro e chás que complementam o lugar.

Desta feita, assim como Daniel Munduruku, convida seus leitores e suas leitoras a explorar as infâncias indígenas, este trabalho convida o leitor e a leitora a mergulhar nas vivências e saberes dos moradores e moradoras da zona norte de Teresina, além da minha própria escrevivência. O processo de escrita foi profundamente influenciado pelo lugar, evocando uma conexão semelhante àquela que Munduruku destaca entre os povos indígenas e a natureza.

Aqui, a interação com o lugar não só enriquece a narrativa, mas também ressalta a importância de compreender e valorizar as trajetórias individuais e coletivas em sua totalidade, ampliando o entendimento das práticas culturais e da sabedoria comunitária.

Assim, neste trabalho, cruzei e entrecruzei teorias, olhares, escolhas e vivências. Compreendi a importância de não buscar respostas prontas ou apenas dados gráficos a serem interpretados, mas sim trazer à tona as falas dos moradores e moradoras da zona norte de Teresina sobre si e sobre as suas trajetórias. Esta abordagem, influenciada pela escrevivência de Conceição Evaristo e a autoetnografia, reforça a valorização das experiências pessoais e dos saberes tradicionais, imbuindo a pesquisa com a riqueza cultural que apenas a proximidade com o lugar pode proporcionar.

Logo, valorizando e respeitando o gigantesco cabedal de saberes das pessoas do lugar, moldados pela convivência comunitária e pela relação com as plantas locais, tive o privilégio de escutar as memórias e os saberes das pessoas entrevistadas. Esse processo me permitiu ampliar a visão sobre o lugar em que cresci e vivo, abrangendo não apenas a perspectiva acadêmica, mas também as dimensões sociais e interdisciplinares. A escuta atenta das narrativas revelou a riqueza cultural e a profundidade das práticas de cuidado à saúde, destacando a importância da tradição oral e do compartilhamento de experiências.

Assim, essa empreitada se tornou uma verdadeira missão para mim, uma vez que as sensibilidades e as práticas associadas às plantas medicinais e ao universo das rezas e das pessoas rezadas revelaram-se como elementos profundamente íntimos para os sujeitos e as sujeitas, vivências as quais traduzi essas em forma de uma dissertação.

Durante este processo, pude captar a essência das histórias contadas, incutindo no texto as nuances presentes nas falas, nas emoções, nos cheiros. Dessa forma, as reflexões presentes neste escrito foram moldadas pelo lugar e pela interação direta com a comunidade, destacando a importância de ouvir e registrar as vozes que frequentemente são ignoradas, mas que carregam consigo a sabedoria e a vivência coletiva da região.

No contexto dessa pesquisa, é fundamental ressaltar que, embora envolvesse um grupo considerado de difícil acesso, para mim, tratava-se de pessoas que, em sua maioria, já me conheciam há cerca de trinta anos (um total de seis pessoas entrevistadas, resultando em mais de nove horas de gravação). Nesse sentido, tornou-se inevitável não estabelecer vínculo emocional com as pessoas que participaram das entrevistas, uma vez que essa relação ultrapassa a mera relação profissional.

Esse contexto emocional abrangeu tanto aquelas pessoas versadas sobre as plantas medicinais, quanto as rezadeiras, os rezadores e os rezados e as rezadas, que são as pessoas que buscam a melhora de algum sintoma através da reza. Devo mencionar que eu também integro o grupo das pessoas rezadas, pois compartilhamos o entendimento de que certas enfermidades só podem ser tratadas efetivamente pelos ramos e pelas rezas de uma rezadeira ou rezador, além dos remédios do mato previamente indicados.

Assim, as mais diversas rezas, bem como o uso de instrumentos como agulhas, toalhas, tesouras e linhas visam amenizar e aliviar tanto as dores físicas quanto as angústias mentais dos rezados e das rezadas, promovendo um bem-estar integral.

Logo, desde a introdução deste trabalho valorizei a importância da lógica interdisciplinar, reconhecendo que frequentemente o/a pesquisador/a deve recorrer aos mais variados métodos e fontes para compreender a riqueza social-histórica de um determinado grupo.

Desta feita, no primeiro capítulo busco identificar as pessoas que constituem a Comunidade Boa Esperança a partir das suas falas, marcas e sinais. Esse processo evidencia a intrínseca relação entre os/as sujeitos/as, a comunidade e a cidade de Teresina, e seu processo de luta e resistência pelo direito à cidade, à moradia digna e à preservação de suas histórias, memórias, laços comunitários e tradições.

Ao dar voz aos moradores e moradoras da Comunidade Boa Esperança, registro as suas percepções sobre si mesmos, sobre a própria comunidade e a cidade. Essas narrativas são então confrontadas com as informações encontradas na historiografia, revelando uma visão mais complexa e irisada de Teresina. A cidade não é apenas verde, mas também marrom, dentre outras cores.

O marrom simboliza a terra fértil, resiliente e a presença de Nanã, representando as raízes profundas e a conexão das pessoas com o solo, as olarias e suas tradições. Essa cor reflete a luta contínua das comunidades por seus direitos e a preservação de suas histórias e memórias. Teresina, assim, se revela como um mosaico de experiências e resistências, onde cada tonalidade se apresenta como um arco-íris e conta uma parte importante da sua rica e diversa narrativa. Teresina é um caleidoscópio de vivências que vai além do verde, destacando-se pelas múltiplas cores que representam a complexidade de sua identidade coletiva.

Logo, essa análise permite ampliar a compreensão da cidade além dos estereótipos e das imagens convencionais, mostrando como a luta pela preservação das memórias e tradições locais é fundamental para a construção de uma identidade coletiva rica e diversificada. Assim, este capítulo não apenas documenta as vozes da comunidade, mas também realça a importância de reconhecer e valorizar a multiplicidade de cores e histórias que compõem a cidade de Teresina.

No segundo capítulo compreendi a relação entre o acesso e o uso dos serviços de saúde e o fortalecimento das redes de apoio horizontal na Comunidade. Essas redes possibilitaram a troca de cuidado entre as pessoas que integram a comunidade, além da recuperação de sua saúde, seja física ou mental das pessoas que procurarem a intervenção dos saberes tradicionais para através da utilização das plantas medicinais utilizadas em rezas, benzimentos, banhos, garrafadas, chás e lambedores na Comunidade Boa Esperança.

Logo, identifico três grupos que recorrem ao conhecimento dos terapeutas populares. O primeiro composto por pessoas carentes no que diz respeito à possibilidade de acesso a médicos

e remédios alopáticos. O segundo grupo, que independe de raça ou classe, é formado por pessoas acometidas por doenças que a medicina convencional não avançou o suficiente, no que diz respeito a pesquisas para desenvolver tratamentos eficazes. E ainda, um terceiro grupo que combina os dois tratamentos: o prescrito pelos/as médicos/as e o recomendado pelos/as terapeutas populares.

Além disso, entendo que, no processo afrodiaspórico, muitas memórias foram e continuam sendo salvaguardadas em estabelecimentos religiosos de matriz africana, nos quintais afetivos e produtivos, e à beira de rios e lagoas. Logo, esses espaços desempenham um papel crucial na preservação das tradições e saberes ancestrais, que são fundamentais para a identidade e a resistência cultural da comunidade.

Diante do exposto, torna-se evidente que a Comunidade Boa Esperança não apenas sobrevive, mas se fortalece através de suas práticas tradicionais e das redes de apoio horizontal que têm sido tecidas ao longo do tempo. A utilização de plantas medicinais, combinada com as rezas, benzimentos, banhos, garrafadas, chás, unguentos e lambedores, revela uma rica tapeçaria de conhecimentos ancestrais que resistem e coexistem com a medicina convencional.

A identificação dos três grupos que recorrem aos terapeutas populares sublinha a importância e a relevância desses saberes, especialmente em contextos de carência ou limitação da medicina alopática. Além disso, o processo afrodiaspórico ressalta como as memórias e tradições são preservadas em espaços sagrados e cotidianos, como os quintais afetivos e as margens dos corpos d'água. Esses locais não só guardam práticas curativas, mas também narrativas de resistência. Assim, a integração entre os saberes tradicionais e a medicina contemporânea não é apenas uma questão de escolha terapêutica, mas um testemunho da resiliência e adaptabilidade da comunidade ao longo do tempo.

No terceiro capítulo, discuti a relação entre saúde e lugar, bem como a concepção de saúde para uma comunidade ribeirinha. Investigo os motivos que levam as pessoas a buscarem a intervenção dos saberes dos rezadores e benzedeiros para a recuperação de sua saúde física e mental, destacando como essas práticas contribuem para a preservação dos conhecimentos ancestrais e da cosmovisão trazida para o Brasil pelos africanos em processo de diáspora. Essas práticas não apenas proporcionam alívio e cura, mas fortalecem os laços comunitários, demonstrando-se essenciais para o bem-estar individual e a manutenção da memória coletiva.

Sobre o lugar, destaco a coexistência e importância dos limites subjetivos e oficiais na definição do espaço urbano. Na Comunidade Boa Esperança, três elementos são destacados: a Avenida Boa Esperança, a Comunidade Boa Esperança e a Luta da Boa Esperança. A Avenida

Boa Esperança é uma via movimentada e essencial para a zona Norte de Teresina, marcada por hortas comunitárias e ocupações irregulares. A Comunidade Boa Esperança configura-se como um espaço com limites indefinidos, onde os moradores se identificam com o local, mas não delimitam precisamente o seu território. A Luta da Boa Esperança refere-se à resistência das famílias contra o deslocamento imposto pelo PLN, defendendo seu modo de vida e relações comunitárias. Esses elementos ilustram a subjetividade dos bairros e como ela dá coesão e significado às comunidades, transcendendo os limites administrativos e valorizando as memórias e práticas que moldam o espaço urbano.

É interessante observar também a integração da tecnologia contemporânea no processo de comunicação e ensino das rezas. O uso do *WhatsApp* como meio de comunicação para transmitir as rezas mostra como a comunidade se adapta às novas tecnologias, facilitando a comunicação e a transmissão de conhecimento de maneira mais rápida o que demonstra uma flexibilidade que permite a continuidade das tradições, garantindo que o saber ancestral permaneça relevante e acessível em um mundo cada vez mais digital.

Assim, a Comunidade Boa Esperança exemplifica a capacidade de equilibrar a preservação de suas raízes com a adaptação às mudanças contemporâneas, fortalecendo sua coesão social. Dessa forma, a Boa Esperança não apenas resiste, mas também se reinventa, demonstrando que a verdadeira força de uma comunidade reside na sua capacidade de celebrar o passado enquanto abraça o futuro.

No entanto, é importante destacar que, embora a pesquisa tenha revelado diversos achados, também identifiquei algumas lacunas que desejo aprofundar posteriormente, pois percebi que o processo de pesquisa não representa um fim, mas sim um ponto de partida para desenvolver a investigação em outro nível de abrangência.

Portanto, este escrito, pode ser interpretado como um registro, incentivando a retomada de nossos recursos ancestrais de diagnóstico, de cura, de alimentação, de relação com a natureza, com o ser humano e cada um consigo mesmo, pois entendo que, ao fazer isso, valorizamos nosso patrimônio cultural e promovemos um modelo de vida que respeita e integra a sabedoria tradicional com as exigências do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALVARENGA ARAGÃO, Janaina *et al.* Acesso à saúde prestado aos adultos e idosos de comunidades quilombolas da região centro-sul do Piauí. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 3, n. 11, p. e3112184, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i11.2184. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2184>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ALVAREGA, Darlan; SILVEIRA Daniel. Desemprego recua para 14,1% no 2º trimestre, mas ainda atinge 14,4 milhões, aponta IBGE”. **G1**, 31 de agosto de 2021, Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/31/desemprego-fica-em-141percent-no-2o-trimestre-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2024.

ALVES, Paulo Cesar. **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

AMORIM, A. N. **Quintais urbanos em Teresina (PI): cultivo de espécies úteis e apego ao lugar**. 99f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Luan Rusvell de Abreu; ROCHA, Stenny Dyego Silva. Museu Da Resistência: Relato De Experiência Da Luta Pelo Direito À Memória Em Teresina-Pi. **Anais do Seminário Internacional O direito como liberdade 30 anos de O Direito Achado na Rua**, Brasília, 2019.

ARAÚJO, Maria Mafalda. B. **Cotidiano e Pobreza: A magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO. P. Nunes. **Senhoras da Fé: A história de vida das rezadeiras no Norte do Piauí**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

ARAÚJO, Roberto. Manejo ecológico, manejos políticos: observações preliminares sobre conflitos sociais numa área do Baixo Amazonas. In: DTNCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 301-308.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papius, 1994.

BÂ, Amadou Hampaté. A Tradição Viva. In: ISKANDER, Z. (Org.). **História Geral da África**. Vol. 1. São Paulo: Ática, Unesco, 1980. p. 181-218.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: UNB, 2002.

BARROS, Sandra Augusta Leão. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de apipucos e poço da panela no Recife. **PosFAUUSP**, São Paulo, Brasil, n. 15, p. 56–74, 2004. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i15p56-74. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pos-fau/article/view/43372>. Acesso em: 1 maio. 2024.

BEZERRA, A L M. Maria-Isabel torna-se Patrimônio Cultural do Piauí. **Assembleia Legislativa do Piauí**, 2024. Disponível em: <https://www.al.pi.leg.br/tv/noticias-tv-1/maria-isabel-torna-se-patrimonio-cultural-do-piaui>. Acesso em: 31 jan. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 20 jun. 23.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>. Acesso em 14 maio 2024.

BRITO, M. A.; COELHO, M. de F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais – unidades auto-sustentáveis. **Agricultura Tropical**, v. 4, n. 1, p. 7 - 35, 2000

BUENO, J. L. C.; COSTA, Lúcia M. S. A. Teresina, cidade verde: para além da visão poética, uma necessidade. **Revista Equador**, Universidade Federal do Piauí, v. 5, p. 437-457, 2016.

CAIÇARA CASTELO BRANCO. **Entrevista**. Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. Teresina, 2023.

CANAL COMUNICATIVAS. Lagoas do Norte, pra quem? Parte 1. **Youtube**, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_SukbTFjMHA. Acesso em: 17 jul. 2021.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2019.

CAMPOS, Yussef; KRENAK, Ailton. **Lugares de Origem**. São Paulo: Jandaíra, 2021

CARMO, F. S. D. **Povos de Terreiro no contexto de intervenções urbanísticas** (Territórios sociais de religiosidade de matrizes africanas na Zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte –PLN). 147 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

CARVALHO, José Jorge; VIANNA, Letícia C R. O Encontro de Saberes nas Universidades: uma síntese dos dez primeiros anos. **Revista Mundaú**. [online]. v. 9, p. 23-49, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/11128>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Disponível em: <http://www.dominio-publico.gov.br/download/texto/me003003.pdf> Acesso em: 02 dez. 2022.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CENTRO DE DEFESA. **Novinho conta a história da comunidade Boa Esperança**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4N-9kFKkcAU>. Acesso em: 19 abr. 2023.

CHALHOUB, Sidney *et al* (Orgs.). Apresentação. In: CHALHOUB *et al*. **Artes e ofícios de curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas, SP: Unicamp, 2003. p. 11-16.

CHARTTEJEE, Partha. Comunidades imaginadas por quem? In: BALAKRISHNAN, GOPAL (org.). **Um mapa da questão nacional**. Contraponto: Rio de Janeiro, 2000. p.127-239.

CHAVES, S. C. V. V.; TAVARES, A. C.; ANDRADE, C. S. P. de. Vulnerabilidade às inundações em Teresina, Piauí e ações mitigadoras do poder público. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 175–197, 2018. DOI: 10.21680/2177-8396.2017v29n2ID12533. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/12533>. Acesso em: 13 dez. 2022.

CHAVES, Monsenhor. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013.

CHIZIANE, Paulina; PITA, Rasta Samuel. **Por quem vibram os tambores do além?** Maputo: Indico, 2013.

CHIZIANE, Paulina.; MARTINS, Mariana. **Ngoma Yethu**: o curandeiro e o Novo Testamento. Belo Horizonte: Nandyala, 2018.

CIDADE VERDE. Comunidade Boa Esperança Lança Museu Virtual. **Cidade Verde**. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/114112/comunidade-boua-esperanca-lancamuseu-virtual-memoria-lutas-e-reexistencia>. Acesso em: 19 maio 2022.

COLLICCI, Cláudia; BOTTALLO, Ana. **Dois anos após ampliação, teste do pezinho no SUS não alcança nem doenças já preconizadas**. São Paulo. 06/06/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/06/dois-anos-apos-ampliacao-teste-do-pezinho-no-sus-nao-alcanca-nem-doencas-ja-preconizadas.shtml>Acesso em: 20 jun. 23

CNS. Conselho Nacional De Saúde. **Resolução Nº 715, De 20 De Julho De 2023**. Brasil, 2ff023. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns/3092-resolucao-n-715-de-20-de-julho-de-2023>. Acesso em: 26 fev. 2024.

COSTA, E. P. **Benzedeiras no sistema oficial de saúde do Ceará**: relações entre religiosidade e medicina popular. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

CUNHA, Carlos Alberto Miranda. **A arte de curar nos tempos da colônia**: limites e espaços da cura. Recife, PE: Fundação do Recife, 2004.

CUNHA, P. A.; FONSECA, T. N. de L. Educação e religiosidade: as práticas educativas nas irmandades leigas mineiras do século XVIII nos olhares de Debret e Rugendas. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**: história: guerra e paz, 23., 2005, Londrina. Anais... Londrina: Editorial Mídia, 2005. p. 1 - 9. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=14976>>. Acesso em: 13 mai. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: UBU Editora, 2017. p. 311-374.

CUNHA, M. N. B. da. Museu brasileiros e a construção de imagens sobre o negro- Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha. In: VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI Pedro Paulo Funari; CARVALHO, Aline. (Org.). **Museus e identidades na América Latina**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2015. p. 177-187.

CUNHA, Celina Gontijo; GONÇALVES Clézio Roberto. Benzeção: uma prática social. In: Anais do **XXII Congresso Nacional De Linguística E Filologia**, 2016. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/cnlf/tomo01/020.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

DEL PRIORE, Mary. **Magia e medicina na Colônia**: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

DEMARCA Boa Esperança. **Demarca Boa Esperanca**, 2021. Disponível em: <https://demarcaboaesperanca.info/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

DIAS, Cid de Castro. **PIAUHY**: Das origens à nova capital. Piauí: Nova Expansão Gráfica & Editora LTDA, 2008.

DONA ISADORA. **Entrevista**. Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. Teresina, 2023.

DONA MARIA. **Entrevista**. Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. Teresina, 2023.

DONA GRAÇA. **Entrevista**. Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. Teresina, 2024.

DONA MARIA DORÓ. **Entrevista**. Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. Teresina, 2023.

DONA HELENA. **Entrevista**. Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. Teresina, 2023.

EVARISTO, Conceição Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. p. 16-21.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Título original: *Peau noire, masques blancs*; trad. Sebastião Nascimento; prefácio Grada Kilomba. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **CIDADES** – Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC/SP. v. 1. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo e história oral. **Topoi**. Rio de Janeiro, p. 314-332, 2002.

FERREIRA, L. O. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830 – 1840). In: CHALHOUB, S. (org.) **Artes e ofícios de Curar no Brasil**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2003.

FONTENELLE, Sarah. **Mulheres nos Terreiros da Esperança**: Projeto de comunicação fortalece resistência em defesa de territórios. Cidade Verde, Teresina, 26/07/2017. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/85711/mulheres-nos-terreiros-da-esperanca-projeto-de-comunicacao-fortalece-resistencia-em-defesa-de-territorios>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Lançamento do Museu Virtual da Boa Esperança Reconexão Periferias. **Youtube**, 5 jun. 2021. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=DickkRXZ20o>. Acesso em: 21 maio 2022.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. **História (São Paulo)** [online], v. 30, n. 1, p. 90-113, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100005>>. Epub 16 Ago. 2011. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100005>. Acesso em: 28 nov. 2022.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, 1998

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória**. Reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HAMENOO, Michael. A África na ordem mundial. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 109-131. Coleção Sankofa – Volume 1.

HEBERLÊ, Mariluz Oliveira. **Um estudo da concepção dos profissionais de saúde sobre as práticas integrativas e complementares em saúde**. Universidade Federal De Santa Maria - Centro De Ciências Sociais E Humanas Programa De Pós-Graduação Em Ciências Sociais. Santa Maria, 2013.

HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection.

KRENAK, Ailton. A Potência do Sujeito Coletivo. **Revista Periferias**. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: 1 maio 2024.

ISADORA. Entrevista. Gianne Carline Macedo Duarte Ferreira. Teresina, 2023.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICA DA SAÚDE (IEPS). **Um terço da população está fora do programa de atenção básica de saúde, mostra resultado**. Disponível em: <https://ieps.org.br/um-terco-da-populacao-esta-fora-de-programa-de-atencao-basica-de-saude-mostra-relatorio/> Acesso em: 20 jun. 2023.

IPHAN. **Manifestação sobre a 2a etapa do Programa Lagoas do Norte na comunidade impactada**. Informativo Técnico nº 68 de 2015. Teresina, 2015.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LAGOAS DO NORTE, PRA QUEM? **Lançamento Do Site Museu Da Boa Esperança**. Teresina, 2 junho 2021. Facebook: ComiteloagoasdoNorte. Disponível em: <https://www.facebook.com/ComiteLagoasDoNorte/photos/a.770268163130759/2002760346548195/>. Acesso em: 08 jul. 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. São Paulo: Editorial Presença, 2006.

LIMA, Antônia Jesuíta. Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI; Recife; BAGAÇO, 2010.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251-290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 26 jul. 2021.

MACEDO DUARTE, Juan Paul; ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **Olarias e Sua Importância Para O Desenvolvimento Do Bairro Nova Brasília, Teresina-PI**. Anais do Simpósio de Geografia da UESPI, p. 2010-2014, 2018.

MACEDO DUARTE, Juan Paul. **A memória urbana do bairro Nova Brasília**: fragmentos da expansão da zona norte da cidade de Teresina (1950-2016). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018

MACÊDO, F.C.S; EVANGERLANDY, G.M. **Pesquisa**: passo a passo para a elaboração de trabalhos científicos. Teresina: F.C.S.M, 2018.

MATHEUS, Tatiane. **“O racismo é negado no Brasil todo, aqui não é diferente”**. Museu da Boa Esperança, Teresina, 18/02/2021. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/post/o-racismo-%C3%A9-negado-no-brasil-todo-aqui-n%C3%A3o-%C3%A9-diferente>. Acesso em: 23 maio 2022.

MATO, D. Superar el racismo oculto e interculturizar las universidades. Experiencias, avances y desafíos. **Revista +E versión em línea**, 7(7), 188-203. Santa Fe, Argentina: Ediciones UNL. 2017.

MATOS, Karenina Cardoso; e AFONSO, Sônia. O Rio Parnaíba como linha de força no sistema de parques ambientais em Teresina-PI. In: COLÓQUIO QUAPÁ-SEL – Sistemas de Espaços Livres: transformações e permanências no século XXI. 11. 2016. **Anais**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

MPF. Ministério Público Federal. **Parecer Técnico Nº 393/2018/SPPEA**. Acompanhamento do projeto de duplicação da Av. Boa Esperança, 10 abr. 2018.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira; RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias. **Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

MONTERO, Paula. **Da Doença à Desordem: A Magia na Umbanda**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1985.

MOURA, Lucas. População denuncia falta de sinalização e morte de animais silvestres em Teresina. **Conecta Piauí**, Teresina, 20 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://conecta-piaui.com.br/blog/tribuna-do-povo/populacao-denuncia-falta-de-sinalizacao-e-morte-de-animais-silvestres-em-teresina-4641.html>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MOURA, M. G. B. de. **Degradação ambiental urbana: uma análise de bairros da zona norte de Teresina**. 155f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

MOTTA, P. M. R. DA .; BARROS, N. F. DE .. Resenha. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 6, p. 1339–1340, jun. 2015.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 21-24. Coleção Sankofa – Volume 1.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a Cidade: Segregação Urbana e Racial em São Paulo**. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006. p. XI - XII.

MUNDURUKU, Daniel. **Das coisas que aprendi: ensaios sobre o bem-viver**. 3. ed.. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **Redondeza**. 1. ed.. São Paulo: Criadeira Livros, 2022.

MUSEU DA BOA ESPERANÇA. **Museu da Boa Esperança**. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/> Acesso em: 15 dez. 22.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Danielle Gomes do. **Tradições Discursivas Orais**: mudanças e permanências nas rezas de cura e benzeduras populares da região de Itabaiana. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e ensino) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História Oral: teoria e prática. **Cadernos de Teresina**, Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, ano 7, n.17, agosto. 1994.

NUCS UFCG. **AULA 1 - Práticas Indígenas de Produção de Cuidado – Convidado: Ailton Krenak**. YOUTUBE, 17/03/2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FEnc2arDpJg>. Acesso: 25 nov. 2022.

NUCS UFCG. **AULA 2 – SAÚDE E INTERCULTURALIDADE**. Youtube, 31/03/2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AcQVqs4Fvc8&t=62s>. Acesso: 25 nov. 2022.

NUCS UFCG. **Práticas de cura do povo Pankararu – Elisa Urbano Ramos Pankararu**. Youtube, 17/03/2021c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YcdOwY7Dlp0>. Acesso: 25 nov. 2022.

NUNES, Benedito. Casa, praça, jardim e quintal. **Ciência e Trópico**, Recife, v.22, p. 253-264, 1994

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. A invenção de Teresina em uma perspectiva lendária. In: VASCONCELOS, José Geraldo; ADAD, Shara Jane Holanda Costa (Org.). **Coisas de cidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAP, Fund. Mons. Chaves, 2007. v. II.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **Doença, cura e benzedura**: um estudo sobre o ofício da benze-deira em Campinas. 1983. 476 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

OLIVEIRA, Eduardo David de. A epistemologia da ancestralidade. **Revista Entrelugares – Revista de Sociopoética e abordagens afins**, ISSN 1984-1787, 2009 – Disponível: <http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-resumo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

OLIVEIRA, L. C. D.; LOPES, W. G. R.. Experiencing place: a study of the relations between man and the environment and their implications in the olarias neighbourhood, Teresina, Piauí. **Ambiente & Sociedade**, 2020.

ORTIZ, Renato. Memória Coletiva e Sincretismo Científico: as teorias raciais do século XIX In: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p.13-35.

OXFAM BRASIL. **O vírus da fome se multiplica: uma receita mortal misturando conflitos armados, covid - 19 e crise climática acelera a fome no mundo**. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/o-virus-da-fome-se-multiplica>. Acesso: 14 mai. 2024.

PACCO, Eliana. **Caboclo e Preto Velho**: os pais da umbanda. Editora Vozes de Aruanda, 2020. E-book Kindle.

PALMEIRA, F; OLIVEIRA, J. Quintais Negros Urbanos e Memórias no Interior Paulista. In: Silva, Maria Nilza da *et al* (orgs.). **Memórias e Histórias de Bairros Negros e Populações Negras no Século XX**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

PANTALEÃO, Irismar Rosa Nunes da Silva. **Museu do Piauí**: memória cultural do povo piauiense. 1 ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2016.

PEREIRA, L. C. A casa vazanteira: bichos, plantas, vazantes e projetos de desenvolvimento urbano nas margens do rio Parnaíba. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 22, n. 58, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.110041. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/110041>. Acesso em: 12 maio 2023.

PEREIRA, L. C. **Os reis do quiabo**: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí. 207f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Museologia Decolonial**: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal. 2022. 332f. Tese (Doutorado em Museologia) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado. DOENÇAS. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PIMENTA, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. **Cadernos CEDES** [online]. v. 23, n. 59, p. 91-102, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622003000100007>>. Epub 20 Maio 2003. ISSN 1678-7110. Acesso em: 22 jul. 2021.

POMIECINSKI, F., GUERRA, V. M. C. de O., MARIANO, R. E. M., & LANDIM, R. C. de S. L. Estamos vivendo uma epidemia de alergia alimentar?. **Revista Brasileira Em Promoção Da Saúde**, 30(3). <https://doi.org/10.5020/18061230.2017.7080>, 2017.

PORTAL OCORRE DIÁRIO. **Ex-relatora da ONU pelo Direito à Moradia, Raquel Rolnik se lança em defesa das famílias Atingidas pelo Programa Lagoas do Norte**. Disponível em: <https://ocorrediariorio.com/ex-relatora-da-onu-pelo-direito-a-moradia-raquel-rolnik-se-lanca-em-defesa-das-familias-atingidas-pelo-programa-lagoas-do-norte>. Acesso em: 15 de dez. 2022.

PORTAL OCORRE DIÁRIO. Série **Os invisíveis que vivem do Rio, conta histórias e memórias da comunidade Boa Esperança**. Disponível em: <https://ocorrediariorio.com/serie-os-invisiveis-que-vivem-do-rio-conta-historias-e-memorias-da-comunidade-boja-esperanca/>. Acesso em: 2 maio 2022,

POUTGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade/seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

PROJETO MULHERES NOS TERREIRO DA ESPERANÇA. Religando Vivências. **YouTube**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjEU0OnjlgY>. Acesso em: 12 maio 2023.

QUINTANA, Alberto Manuel. **A ciência da benzedura: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise**. São Paulo: EDUSC, 1999.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha vó**. Companhia das Letras, 2021.

RODRIGUES, Joselina L.P.R. **Geografia e História do Piauí**. 3. ed. Teresina: Comepi, 2004.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. **Padrão de governança e grandes projetos urbanos: análise do Programa Lagoas do Norte em Teresina (PI)** Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Piauí, Teresina, 2018.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SÃO MARCOS. Conheça a história do Hospital São Marcos. **Hospital São Marcos**. Disponível em: <https://www.saomarcos.org.br/video/conheca-a-historia-do-hospital-sao-marcos>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SÃO PAULO. **Mapa Da Desigualdade 2022**. Rede Nossa São Paulo. Disponível: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf. Acesso em: 14 mai. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5a Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SENADO FEDERAL. Pesquisa do Data Senado realizada em 22/06/2020. **7 em cada 10 brasileiros não têm plano de saúde**. Brasília: Senado Federal. Coordenação DataSenado. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/7-em-cada-10-brasileiros-nao-tem-plano-de-saude>. Acesso em: 02 set.2022.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. *Physis. Rev. Saúde Coletiva*. [Online]. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a03.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SILVA, Amanda Lima da. **“Na minha veia não corre sangue, corre barro”**: histórias e memórias de mulheres trabalhadoras ceramistas do bairro Poti Velho, Teresina – PI (1960 – 2019). 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

SILVA, Ana Paula Melo da. **Benzedeiras Negras**: na benzedura a ressignificação da solidão e na busca pela cura a manifestação do amor. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SILVA, A. F. O papel das rezadeiras como protagonistas de práticas simbólicas culturais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, p. 31-43, 1 ago. 2021.

SILVA, Iraneide Soares da. **É preta, é preto em todo canto da cidade**: história e imprensa na São Luís/MA (1820 – 1850). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a Cidade**: Segregação Urbana e Racial em São Paulo. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Movimentos Sociais, Memória e História. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ANDES-SN, p. 185-193, 2008.

SOUSA, Ana Cristina Meneses de. Entre as peças do jogo de xadrez, em Teresina: algumas reflexões sobre o urbano e a dificuldade de pensar o Outro. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima. (Org.). **Cidade e Memória**. Teresina; Imperatriz: EDUFPI; ÉTICA, 2009. p. 17-38.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Palestra Negritude, povos indígenas e o pacto da nação Brasil**. Seminário de Acolhimento dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (PPGSC). Teresina, 2022.

SOUSA, C. D. F.; ROLNIK, R. **Banco Mundial e Prefeitura de Teresina ameaçam destruir modos de vida tradicionais**. 2019; Tema: Revitalização urbana. LABCIDADE. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/banco-mundial-e-prefeitura-de-teresina-ameacam-destruir-modos-de-vida-tradicionais/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SOUSA, Junio Rodrigues Costa, *et al.* “PIONERISMO EM SAÚDE: UMA CONTRIBUIÇÃO À MEMÓRIA DA MATERNIDADE SÃO VICENTE EM TERESINA – PIAUÍ”. **Serviços de saúde no Brasil**: Experiências exitosas e desafios contemporâneos, Atena Editora, 2022. p. 154–62.

SOUZA, L. de M. e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TEMPLO ESCOLA CABOCLA JUREMA. **18.03 - Mulheres que nos inspiram**: vivências, desafios e reflexões com mulheres de axé. Teresina, 18 mar 2023. Instagram: @tecj_. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cp8gNP0DsbK/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN. **Programa Lagoas do Norte - Programa de Melhoria da Qualidade de Vida e da Governança Municipal de Teresina**. Teresina, 2014a. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/421811468017449924/pdf/E46750v10EA0P10losed011012014000v10.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN. **Programa Lagoas do Norte - Avaliação Ambiental do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina**. Teresina, 2007. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/583721468021292553/pdf/E16180v20RAA04final053Mar306072.pdf> Acesso em: 07 jul. 2021.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN. **Programas Lagoas do Norte - Marco de Reassentamento Involuntário**. Teresina, 2014b. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Reassentamento-2014.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

TERESINA. História de Teresina. SEMPLAN. **Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação**. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/historia-de-teresina/>. Acesso em: 05 dez. 2022.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TRE – PI. Dr. Pessoa (MDB) eleito Prefeito de Teresina 2021 - 2024. **Justiça Eleitoral**, 2020. Disponível em: <https://www.tre-pi.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/dr-pessoa-mdb-eleito-prefeito-de-teresina-2021-2024>. Acesso em: 29 jan. 2024.

TURKÁ B. e TURKÁ M. J. História, ciência e raízes do povo Turká. In: BARRETO, Alexandre Franca (Org-Aut), et al. **Saberes ancestrais e cura integrativa**. Recife: ObservaPICS, 2024.

TV ANTARES PIAUÍ. UFPI E COMUNIDADE DA BOA ESPERANÇA REALIZAM EXPOSIÇÃO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Eby81-Ie4Fo> Acesso em: 21 jun. 2023.

UFBA. **UFBA em Movimento**. Disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br/historico/maria-bethania-viana-teles-veloso>. Acesso em: 13 maio 2024.

VASCONCELOS, Caê. **Boa Esperança, a comunidade ribeirinha em Teresina (PI) que, há 10 anos luta para continuar existindo**. Ponte,Teresina, 24/05/2019. Disponível em: <https://ponte.org/boa-esperanca-a-comunidade-ribeirinha-em-teresina-pi-que-ha-10-anos-luta-para-continuar-existindo/>. Acesso em: 12 maio 2023.

VOLPATO, Bruno. Saiba quais são as 10 redes sociais mais usadas no Brasil em 2023. **Resultados Digitais**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em: 4 jan. 2024.

WANDERLEY, Isabel Jardim de Moraes; MEDEIROS, Lucineide Barros. Aprendi lutando: falas de mulheres atingidas pelo programa lagoas do norte (PLN) em Teresina (PI). **Anais do VI Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Africanas: narrativas e direitos humanos**, 2019, p. 572 – 585.

WILLIAMS, Raymond. **Culture and Society**, 1780-1950. New york: Doubleday & Company.

WITTER, Nikelen A. **Dos Cuidados e das Curas:** a negociação das liberdades e as práticas de saúde entre escravos, senhores e libertos (Rio Grande do Sul, Século XIX). In: História Unisinos, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

TÍTULO: ENTRE RAMOS E REZAS: SABERES E PRÁTICAS DE SAÚDE DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA, TERESINA- PI (2006-2023)

QUANTIDADE DE PESSOAS A SEREM ENTREVISTADAS: 10 (dez) pessoas

MOTIVO: Conhecer os saberes e práticas de saúde vivenciadas pelas pessoas da comunidade ribeirinha em Teresina-PI e identificar o impacto do Programa Lagoas do Norte sobre esses saberes e práticas de saúde nas pessoas que vivem nessa Comunidade.

As entrevistas serão divididas em 2 (dois) blocos:

1ª Parte:

Apresentação da entrevistadora, respondendo as seguintes perguntas: quem eu sou? Onde moro? Onde me formei? Apresentação da pesquisa, leitura do TCLE, apresentação dos termos e assinatura.

2ª Parte: A Entrevista propriamente dita.

Sobre as pessoas da comunidade entrevistada

1. Qual o seu nome? E seu estado civil?
2. Qual a sua Idade? E a sua escolaridade?
3. Em que o/a senhor/a trabalha?
4. Quantos anos o/a senhor/a mora na Comunidade Boa Esperança?
5. Onde o/a senhor/a morava antes? Como soube da Comunidade? (Para quele(a)s que não nasceram na comunidade)
6. Por que mora na Comunidade Boa Esperança?

Acesso à saúde pública (Unidade Básica de Saúde)

7. Como é o acesso ao “postinho” (UBS) e aos médicos na comunidade?
8. O/A senhor/a seguia/segue as recomendações médicas?
9. Quando o/a senhor/a chegou na comunidade havia o “postinho” (UBS) e médicos?
10. Antes da UBS, como o/a senhor/a fazia para conseguir a melhora de algum sintoma?
11. Qual a distância de sua casa para o “postinho” (UBS)?

Sobre os usos sociais das plantas

12. O/A senhor/a gosta de ter plantas na sua casa?
13. Qual é a importância das suas plantas para o/a senhor/a?
14. Quais lembranças as plantas trazem para o/a senhor/a?

15. Quais plantas medicinais o/a senhor/a cultiva?
16. Como o/a senhor/a aprendeu a utilizar as plantas medicinais?
17. O/A senhor/a ensina o seu conhecimento sobre plantas para outras pessoas?
18. Qual é a origem das plantas do seu quintal?
19. O/A senhor/a utiliza as plantas do seu quintal quando está doente?
- Sim () Não ()
20. Se sim, qual planta usou/usa e para qual problema de saúde?

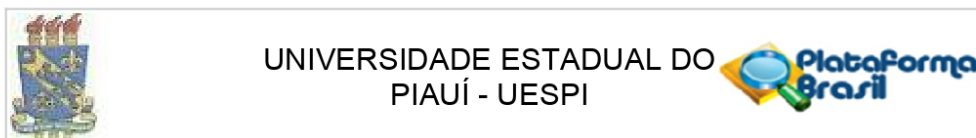
PLANTA	USO	PARTE DA PLANTA	MODO DE USAR	CONTRAINDICAÇÃO

21. Essas plantas que utiliza, são todas do seu quintal?
22. O/A senhor/a costuma indicar usos de plantas medicinais para muitas pessoas na comunidade?
23. O/A senhor/a fez uso dos seus conhecimentos sobre plantas medicinais durante a pandemia covid? De que forma?
24. O/A senhor/a pode indicar um/a rezador/rezadeira, garrafeira/o ou mateira/o para que possa ser entrevistado/a por nós?

Sobre a organização da comunidade para permanecer no local

25. Qual é a sua opinião sobre o Programa Lagoas do Norte?
26. O/A senhor/a conhece as ações que a comunidade está criando para que os moradores não deixem as suas casas?
27. O/A senhor/a participou da elaboração do Museu da Boa Esperança ou da Casa Professora Maria Sueli? Como?
28. O/A senhor/a participa do Centro de Defesa Ferreira de Sousa? De que forma? Qual a sua opinião sobre o centro?
29. O/A senhor/a tinha algum vizinho que saiu da comunidade na primeira etapa do PLN? Ainda mantém contato?
30. Caso o/a senhor/a seja obrigado/a, assim como outras pessoas a saírem de suas casas, como ficaria a relação das pessoas da Comunidades com as plantas medicinais que existem na região?
31. Algumas pessoas acreditam que a Comunidade Boa Esperança é uma comunidade quilombola, o que o/a senhor/a sabe sobre isso?

APÊNDICE B - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTRE RAMOS E REZAS: SABERES E PRÁTICAS DE SAÚDE DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA, TERESINA- PI (2006-2023)

Pesquisador: GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67305922.4.0000.5209

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.114.239

Apresentação do Projeto:

O presente projeto propõe analisar como os/as moradores/as da Comunidade Boa Esperança se utilizam dos seus saberes para desenvolver as suas práticas de saúde, em Teresina - Piauí. Discutir sobre os saberes e as práticas de saúde dos/das moradores/moradoras ameaçadas de desapropriação pelo Programa Lagoas do Norte é repensar sobre as relações étnicas e saberes de populações afro-brasileiras, suas experiências, resistências e meios de expressão. Participarão 10 moradores da comunidade acima de 21 anos e que assinarem o TCLE. Assim, faremos levantamento, mapeamento e identificação das pessoas a serem entrevistadas. Em seguida, a organização do roteiro de entrevistas coletivas e/ou individuais que serão gravadas com a devida autorização e, por fim, a transcrição e análise das entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer as práticas de saúde da comunidade ribeirinha Boa Esperança localizada em Teresina, capital do Piauí (2006-2023).

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PIAUÍ - UESPI



Continuação do Parecer: 6.114.239

Objetivo Secundário:

- Identificar as pessoas que constituem a comunidade Boa Esperança através de suas falas, marcas e sinais, evidenciando a relação entre os sujeitos, a comunidade e a cidade de Teresina, e seu processo de luta e resistência pelo direito à cidade, moradia e o direito de preservar suas histórias, memórias, laços comunitários e tradições;
- Compreender a relação entre a ausência de políticas públicas, em relação à saúde, e o fortalecimento das redes de apoio horizontal na Comunidade que possibilitou as pessoas a procurarem a intervenção dos saberes tradicionais para a recuperação de sua saúde, física e mental, através da utilização de plantas medicinais utilizadas em rezas, benzimentos, banhos, garrafadas, chás, lambedores, na Comunidade Boa Esperança.
- Compreender a relação entre saúde e território, bem como uma concepção do que é saúde para uma comunidade ribeirinha, os motivos pelos quais as pessoas procuraram a intervenção dos saberes dos rezadores e benzedeiros para a recuperação de sua saúde, física e mental, e que tais práticas contribuem para a preservação dos conhecimentos e da cosmovisão trazida para o Brasil pelos africanos em processo de diáspora.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Responder a entrevista pode trazer desconforto por trazer à tona lembranças de vizinhos que foram desapropriação pelo Programa Lagoas do Norte durante a realização da 1ª etapa. No entanto, este risco é mínimo que será reduzido pela garantia da privacidade dos e das participantes durante todas as fases da pesquisa. Garante-se ainda que o/a participante não precisa continuar diante de algum incômodo. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos a pesquisadora conversará com o(s)/a(s) participantes e assumirá as devidas responsabilidades.

Benefícios:

Para o participante a pesquisa oferece uma oportunidade de escuta sensível sobre os seus saberes e práticas de saúde da comunidade ribeirinha.

Para a ciência e para a universidade pretende contribuir com a literatura oferecendo uma compreensão sobre a questão em estudo. Para a sociedade a possibilidade de maior conhecimento sobre a Comunidade Boa Esperança e sua importância para a cidade, seus saberes, práticas, histórias e memórias. Reforça-se ainda que a pesquisadora assume o compromisso de divulgar os resultados da pesquisa em formato acessível ao grupo e a população pesquisada.

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

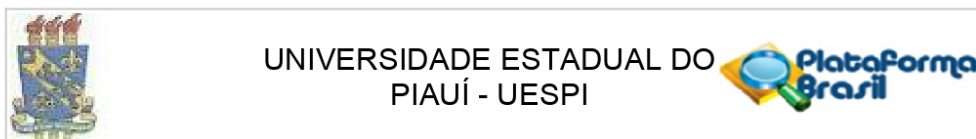
UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



Continuação do Parecer: 6.114.239

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa viável e de grande alcance social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos obrigatórios foram apresentados, inclusive a pendência gerada anteriormente, TCLE (removeu Endosso e acrescentou a paginação).

Recomendações:

APROPRIAR-SE da Resolução CNS/MS 466/12 (que revogou a Res. 196/96), nº510/16 e seus complementares que regulamenta as Diretrizes Éticas para Pesquisas que Envolvam Seres Humanos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com a análise, conforme a Resolução CNS/MS Nº466/12 e seus complementares, o presente projeto de pesquisa apresenta o parecer APROVADO por apresentar todas as solicitações indicadas na versão anterior, TCLE (removeu Endosso e acrescentou a paginação).

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1923133.pdf	01/03/2023 21:37:40		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_MODIFICADO.docx	01/03/2023 21:37:10	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	14/02/2023 19:41:40	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Outros	LATTES_GIANNE.pdf	02/02/2023 23:36:58	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Outros	INSTRUMENTO_DE_COLETA_DE_DADOS.docx	02/02/2023 23:26:53	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_DA_INSTITUICAO_E_INFRAESTRUTURA.docx	02/02/2023 23:25:37	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Outros	LATTES_PROFA_VITORIA.pdf	02/02/2023 22:08:37	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE	Aceito

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335

Bairro: Centro/Sul

CEP: 64.001-280

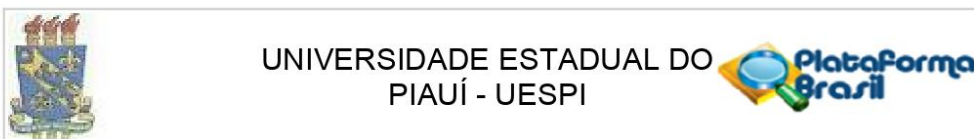
UF: PI

Município: TERESINA

Telefone: (86)3221-6658

Fax: (86)3221-4749

E-mail: comitedeeticauespi@uespi.br



Continuação do Parecer: 6.114.239

Outros	LATTES_PROFA_VITORIA.pdf	02/02/2023 22:08:37	FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	02/02/2023 22:05:10	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DO_PESQUISADOR.docx	02/02/2023 22:03:26	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	31/01/2023 21:10:58	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	31/01/2023 20:58:11	GIANNE CARLINE MACEDO DUARTE FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

TERESINA, 13 de Junho de 2023

Assinado por:
LUCIANA SARAIVA E SILVA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Olavo Bilac, 2335
Bairro: Centro/Sul **CEP:** 64.001-280
UF: PI **Município:** TERESINA
Telefone: (86)3221-6658 **Fax:** (86)3221-4749 **E-mail:** comitedeeticauespi@uespi.br